

2^{da} f. 16 7
12/12/2024
Jus

SESIMBRA

9.

Prestação de Contas 2024 Individual

A.

ÍNDICE

Introdução	1
Nota prévia	2
Processo de Descentralização das Áreas no Domínio da Educação e Ação Social	3
Capítulo I – Reporte financeiro	6
1. Análise orçamental	6
1.1. Receita	6
1.1.1. Receita própria	8
1.1.2. Transferências obtidas	10
1.2. Despesa	13
1.2.1. Despesa por natureza económica – despesa corrente e de capital	14
1.2.2. Taxa de execução da despesa corrente e de capital	17
1.2.3. Despesas com aquisição de serviços	18
1.2.4. Despesa por classificação orgânica	19
1.2.5. Análise das GOP	22
1.2.6. Compromissos e responsabilidades anos seguintes	23
1.3. Resultado Orçamental	24
1.4. Principais Indicadores Orçamentais	25
2. Passivo Financeiro e Endividamento	26
2.1. Passivo Financeiro (Dívidas de Operações Orçamentais)	26
2.2. Endividamento	27
3. Análise Económico-Financeira	28
3.1 - Balanço	28
3.2 – Demonstração de Resultados	30
3.3 – Indicadores Económico-Financeiros	33
ÍNDICE DE QUADROS	
Quadro 1 - Análise orçamental da receita	6
Quadro 2 – Evolução da Receita	7
Quadro 3 - Evolução da receita própria	8
Quadro 4 - Evolução da receita própria proveniente de impostos	8
Quadro 5 - Evolução de outras receitas próprias	9
Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas	11
Quadro 7 - Análise orçamental da Despesa	13
Quadro 8 – Análise da Despesa com Pessoal	15
Quadro 9 – Evolução da despesa por Económica	15
Quadro 10 - Evolução da despesa corrente	16
Quadro 11 - Evolução da despesa de capital em 2024/2023	15
Quando 11.1 – Evolução da despesa de Capital entre 2021 e 2024	16
Quadro 12 - Execução da despesa	18
Quadro 13 - Evolução da despesa paga com aquisições de serviços	18
Quadro 14 - Despesas por classificação orgânica	19
Quadro 15 – Quadro de Análise por Objetivos	22
Quadro 16 – Compromissos e responsabilidades anos seguintes	23
Quadro 17 - Receita vs Despesa	24
Quadro 18 - Resultado orçamental	25
Quadro 19 - Evolução dos principais indicadores orçamentais	25
Quadro 20 – Passivo Financeiro	26
ÍNDICE DE GRÁFICOS	
Gráfico 1 - Evolução dos principais impostos diretos	9
Gráfico 2 – Evolução da receita cobrada	12
Gráfico 3 – Distribuição da receita	12

SESIMBRA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Gráfico 4 – Evolução da despesa paga	14
Gráfico 5 – Evolução da despesa	14
Gráfico 6 – Execução das GOPs	23
Gráfico 7 - Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência	24
Gráfico 8 – Evolução do Endividamento	27
Gráfico 9 – Calendarização da Amortização Anual dos Financiamentos	27
Capítulo II – Gestão de Recursos Humanos	34
Capítulo III – Relato Informativo de Atividades	42
Capítulo IV - Contabilidade de Custos	60
Capítulo V – Anexo às Demonstrações Financeiras	63
0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação transitória	63
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contábilístico Q1	63
1.1. Identificação da entidade	63
1.2. Referencial contábilístico e demonstrações financeiras	65
1.3. Desagregação da caixa e depósitos	65
2. Principais políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros	66
2.1. Bases de mensuração	66
2.4 → Principais pressupostos relativos ao futuro	77
3. Ativos intangíveis	78
4. Acordos de concessão de serviços: concedente	78
5. Ativos fixos tangíveis	79
6. Locações	80
8. Propriedades de investimento	80
9. Imparidades	81
10. Inventários	81
13. Rendimentos de transações com contraprestação	81
14. Rendimentos de transações sem contraprestação	82
15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	83
17. Acontecimentos após a data do relato	83
18. Instrumentos financeiros	84
23. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período	86
Anexo às demonstrações Orçamentais	93

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (INDIVIDUAIS)

Balanço

Demonstração dos resultados por natureza

Demonstração das alterações no património líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (Classe 0 à 8) – mês 13

Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (Classe 0 à 8) – mês 14

Mapas e quadros anexos às demonstrações financeiras

Divulgação do Inventário e Património Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

DEMONSTRAÇÕES DE RELATO (INDIVIDUAIS)

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração da execução orçamental da receita

Demonstração da execução orçamental da despesa

Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos

Execução anual das AMR's

Execução anual das GOP

Execução anual do PPI

Anexo às demonstrações orçamentais

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large signature and some initials.

1. Alterações orçamentais da Receita
2. Alterações orçamentais da despesa
3. Alterações ao plano plurianual de investimentos
4. Operações de tesouraria
4. Operações de tesouraria (orçamentais)
- 5.1. Contratação Administrativa – Situação dos Contratos
- 5.2. Contratação Administrativa – adjudicações por tipo de procedimento
- 6.1. Transferências e subsídios concedidos
- 6.2. Transferências e subsídios recebidos
- Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos
- Encargos contratuais

OUTROS

Correspondência entre o plano de contas local e o central

DOCUMENTOS GENÉRICOS

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato - Modelo 2 TC

Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP) - Modelo 3.1 TC

- Elaboração - Modelo 3.1 TC

- Apresentação e divulgação - Modelo 3.1 TC

- Aprovação - Modelo 3.1 TC

Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP) - Modelo 4 TC

- Elaboração - Modelo 4 TC

- Apresentação/aprovação - Modelo 4 TC

Ata da reunião da apreciação das contas pelo órgão competente - Modelo 5 TC

Certificação legal de contas - Modelo 6 TC

Caracterização da entidade - Modelo 8.2 AL TC

Mapa dos investimentos financeiros - Modelo 9 TC

Mapa de acumulação de funções - Modelo 10 TC

Reconciliações bancárias - Modelo 11 TC

Síntese das reconciliações bancárias - Modelo 12.1 TC

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

DÍVIDA TOTAL

Entidades relevantes para efeitos da dívida total – Modelo 13 TC

Apuramento da dívida total – Modelo 14 TC

Limite da dívida total – Modelo 15 TC

Endividamento – outras dívidas a terceiros

Delegação de Competências do Município – Modelo 17 TC

Mapa de empréstimos – Modelo 18 TC

OUTROS DOCUMENTOS

Resumo diário de tesouraria

Mapa de fundos fixos

Mapa das participações da Entidade A- Participações em entidades societárias

Mapa das participações da Entidade B- Participações em entidades não societárias

Declaração de responsabilidade

Descontos e retenções

Entrega de retenções e descontos

A: K

1

u

y.

Introdução

O ano de 2024 continuou a ser um ano difícil e desafiante, em grande parte motivado pelo impacto que o conflito no Leste da Europa trouxe às famílias e organizações, continuando as incertezas e preocupações associadas a este tipo de acontecimento. Desde o início do conflito, que se tem verificado uma variação dos preços dos combustíveis, alimentos, habitação, matérias-primas e mão-de-obra. Contudo apesar das incertezas, a taxa de inflação continuou a decrescer, passando dos 4,31% registados em 2023 para os 2,42% (variação média anual) no final de 2024. Outro facto com grande impacto negativo nas contas do Município de Sesimbra continua a ser o processo de descentralização da educação, que continua a agravar o desequilíbrio que já vinha de anos anteriores, que ao longo deste relatório iremos explicar. Por último ressalva-se ainda a exponencial subida dos valores cobrados por tonelada de resíduos que subiu de 20,48 euros em 2019, para os 77,04 euros em 2024, representando um aumento de 276%.

Apesar destas condicionantes o Município de Sesimbra, continuou o ciclo de grandes investimentos, resultantes de compromissos e candidaturas assumidas anteriormente, outras que foram assumidas durante o ano de 2024, que na sua maioria finalizam em 2025, continuando a não descurar o equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em síntese, destaca-se uma taxa de execução do orçamento da receita cobrada de cerca de 85,12% e uma taxa de execução do orçamento da despesa paga de 83,68%.

Na receita, verifica-se um aumento da receita corrente em mais 6,3% em relação ao ano anterior, com destaque no aumento da receita proveniente da cobrança do IMT em cerca de 1 milhão de euros e igual crescimento verifica-se nas vendas de bens e serviços correntes, com as receitas fiscais a terem o peso mais significativo nas receitas correntes.

Ao nível das despesas pagas verifica-se um aumento de 5,23%, correspondendo a mais de 3,7 milhões de euros relativamente a 2023, com destaque, na despesa corrente a aquisição de bens e serviços, as despesas com o pessoal e as transferências correntes (em grande parte relacionadas com o processo de descentralização da Educação e Ação Social), que representam 77% da despesa total paga. Nas despesas pagas com bens de investimento o ano de 2024 foi inferior ao ano anterior em menos 2,8 milhões de euros, continuando em valores muito altos, com um valor total pago de cerca de 10,9 milhões de euros, representando 14,4% da despesa total paga. Destacam-se as empreitadas de reabilitação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho (1,3 milhões de euros), reabilitação do Edifício Aníbal Esmeriz/Centro Cultural Costeiro (974 mil euros), Auditório da Quinta do Conde (343 mil euros), requalificação de habitação no Bairro da Almoinha (788 mil euros), reabilitação da rede viária nas Freguesias do Castelo e da Quinta do Conde (470 mil euros), várias intervenções no abastecimento público de água à população (842 mil euros), ampliação/manutenção e aquisição de equipamento e programas informáticos (486 mil euros) e ainda 1,8 milhões com a aquisição de equipamento circulante (viaturas pesadas com grua para verdes e monos, viaturas ligeiras, hidro-combinado, viatura de RSU e autocarros de 37 e 43 lugares). Por

último, realçamos que o prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 60 dias (dados provisórios 3.º trimestre de 2024) e a capacidade de endividamento do município é de 77.067.691,99 euros e a dívida financeira de médio longo prazo no final de 2024 é de 3.475.292,48 euros. Através de uma gestão de recursos rigorosa, cautelosa e planeada, bem como com a colaboração e empenho dos colaboradores, permiti-nos ficar centrados no que é realmente importante: o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes, e daqueles que, em lazer ou férias, escolhem o nosso município.

Nota prévia

O presente relatório integra um conjunto de documentos de prestação de contas, que relata e analisa a execução do orçamento do Município de Sesimbra e dos projetos/ações/sub-ações inscritos e executados nas Grandes Opções do Plano, em suma analisa a situação económico-financeira do Município. Igualmente apresenta em anexo às demonstrações financeiras que permitem, não só, a avaliação e o desempenho municipal na gestão dos ativos e na sustentabilidade financeira, bem como aferir o efeito da tomada das decisões municipais ocorridas sobre a afetação de recursos públicos ocorridos.

As demonstrações financeiras que integram o presente relatório incluem detalhes sobre os resultados atingidos com base em indicadores de desempenho, a avaliação de programas, descrição de atividades, transações e outros acontecimentos ocorridos ao longo do exercício de 2024.

Processo de Descentralização das Áreas no Domínio da Educação e Ação Social

Educação

Decorrido o terceiro ano do processo de descentralização da Educação, o mesmo apresenta, em valores acumulados desde abril de 2022 até ao final de 2024, na ordem dos 21,9 milhões de euros, que inclui as despesas com pessoal não docente (PND) de cerca de 14,4 milhões de euros (66% do total pago), o pagamento de apoio alimentar (refeições escolares) na ordem dos 3,4 milhões de euros, Escola a Tempo Inteiro 2,5 milhões de euros, conservação e encargos das instalações escolares de cerca de 1,4 milhões de euros e o leite escolar 123 mil euros.

No mesmo período o Município de Sesimbra recebeu do Fundo de Financiamento da Descentralização quase 15,9 milhões de euros e dos encarregados de educação cerca de 2,2 milhões de euros.

Tem sido feito um acompanhamento da execução financeira dos montantes recebidos via DGAL relativos ao Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) e valores recebidos dos Encarregados de Educação relativo ao pagamento das refeições escolares e Escola a Tempo Inteiro (AAAF, CAF, AEC) dos montantes pagos ao pessoal não docente (vencimentos) e verbas transferidas para os Agrupamentos de Escolas, no âmbito dos Contratos de delegação de competências entre o Município de Sesimbra e os agrupamentos de escolas do Concelho de Sesimbra, para assegurar as várias componentes, desde o apoio alimentar, atividades de animação e apoio à família (AAAF, CAF, AEC), circuitos especiais de transporte, conservação e encargos de instalações.

Do acompanhamento feito desde 2022 a 2024, resulta o seguinte quadro resumo:

Atividade/proveniência	Valores recebidos		Despesa	Saldo (recebimentos -despesa)
	FFD	EE		
APOIO ALIMENTAR, LEITE ESCOLAR, ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA, CIRCUITOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE, CONSERVAÇÃO E ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	4 160 381,89	2 222 096,54	7 524 229,83	-1 141 751,40
VENCIMENTOS DO PESSOAL NÃO DOCENTE DAS ESCOLAS	11 697 497,85		14 418 041,51	-2 720 543,66
Total	15 857 879,74	2 220 096,54	21 942 271,34	-3 862 295,06

Da análise do quadro anterior, verifica-se que os montantes transferidos via FFD, acrescidos dos valores pagos pelos Encarregados de Educação, são manifestamente insuficientes para o volume de despesa paga pelo Município de Sesimbra no âmbito do processo de descentralização da Educação que até ao final do ano de 2024, já tem um défice de quase 3,9 milhões de euros.

Ressalva-se que no pessoal não docente no final de 2022, o rácio do PND definido pela DGEST afetos aos cinco agrupamentos de escola era de 310 trabalhadores e o Município de Sesimbra afetou mais 39

trabalhadores (extra-rácio) para um total de 349 trabalhadores. Em comparação, no final de 2024 esse número aumentou para 373 trabalhadores, sendo considerados 323 afetos ao rácio (PND definidos pela DGEST) e mais 50 trabalhadores alocados pelo Município de Sesimbra (extra-rácio).

No quadro a seguir demonstra-se os valores pagos e recebidos em 2024:

Atividade/proveniência	Valores recebidos		Despesa	Saldo (recebimentos- despesa)
	FFD	EE		
APOIO ALIMENTAR, LEITE ESCOLAR, ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA, CIRCUITOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE, CONSERVAÇÃO E ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	1 688 550,00	1 324 343,27	3 513 814,50	-500 921,23
VENCIMENTOS DO PESSOAL NÃO DOCENTE DAS ESCOLAS	4 220 207,00	-	5 632 658,60	-1 412 451,60
TOTAL	5 908 757,00	1 324 343,27	9 146 473,10	-1 913 372,83

Em 2024 o défice cifra-se em cerca de 1,9 milhões de euros, salientando-se, assim, o contínuo acréscimo de gastos no setor da Educação desde que se verificou o exercício completo da descentralização de competências no Município, sem, contudo, se verificar um correspondente aumento nos rendimentos.

Decorridos dois anos letivos completos, desde que se iniciou o processo de descentralização, como se verifica os recursos financeiros não são adequados e são manifestamente insuficientes face às necessidades e exigências da comunidade educativa.

É urgente, um reforço das verbas provenientes do Fundo Financeiro de Descentralização (FFD) e uma alteração legislativa ao Código do IVA no sentido de considerar o fornecimento das refeições escolares pelas empresas fornecedoras uma operação isenta de IVA ao abrigo do artigo 9.º do CIVA, possibilitando o alívio mensal da Tesouraria dos Municípios dos 13% do valor do IVA.

Ação Social

De acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, “As autarquias locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade”.

Neste sentido foram transferidas uma série de valências ou respostas para o município que eram da competência da administração direta e indireta do Estado, de modo a fortalecer o papel deste e a possibilitar uma maior adequação dos serviços prestados à população, traduzida num melhor atendimento e numa resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis socialmente.

Foram elas:

- ✓ Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
- ✓ Elaboração da Carta Social Municipal;
- ✓ Diagnóstico técnico de acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social;
- ✓ Celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

O ano de 2024 foi o segundo ano que decorreu o processo de descentralização da Ação Social, que do acompanhamento financeiro e orçamental resulta o seguinte quadro (valores acumulados entre 2023 e 2024):

(Valores em Euros)

Atividade/proveniência	Valores recebidos FFD	Despesa	Saldo (recebimentos-despesa)
RSI, SUBSÍDIOS, FUNCIONAMENTO, SEGUROS E HIGIENE NO TRABALHO	588 217,00	481 517,74	106 699,26
VENCIMENTOS	303 810,00	286 164,49	17 645,51
TOTAL	892 027,00	767 682,23	124 344,77

Em 2024, temos:

(Valores em Euros)

Atividade/proveniência	Valores recebidos FFD	Despesa	Saldo (recebimentos-despesa)
RSI, SUBSÍDIOS, FUNCIONAMENTO, SEGUROS E HIGIENE NO TRABALHO	338 521,00	305 073,98	33 447,02
VENCIMENTOS	177 074,00	144 222,20	32 851,80
TOTAL	515 595,00	449 296,18	66 298,82

Contrariamente ao setor da Educação, a Descentralização de competências na área da Ação Social não é deficitária nos custos diretos e reportados à DGAL, destacando-se um saldo positivo de aproximadamente 66 mil euros.

Capítulo I – Reporte financeiro

Neste capítulo vai ser feita uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão no ano de 2024.

1. Análise orçamental

1.1. Receita

No exercício de 2024 o Município de Sesimbra arrecadou um montante global de receita cobrada líquida na ordem dos €76.689.478,35 correspondendo a uma taxa de execução de 85,12% face à receita corrigida, um valor superior em 2,9 milhões de euros em termos globais mas, uma diminuição de 0,57 pontos percentuais em termos de execução em relação do ano anterior (85,69%).

Do total cobrado, cerca de 66,6 milhões de euros são respeitantes a cobranças de natureza corrente, 7,9 milhões de euros a receitas de capital e 2,2 milhões de euros (valores aproximados) a outras receitas – reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP) e saldo de gerência correspondendo a uma taxa de execução geral de 85,12%.

No quadro 1, podemos analisar em mais detalhe a receita previsional, a corrigida e a cobrada no ano de 2024.

Quadro 1 - Análise Orçamental da Receita

Análise Orçamental	(Valores em Euros)			
	Orçamento da Receita 01/01/2024	Receita Corrigida 31/12/2024	Receita Cobrada (valores líquidos)	Taxa de Execução
Receita Corrente	73 826 414,00	73 808 485,60	66 563 184,92	90,18%
IMPOSTOS DIRETOS	31 704 010,00	31 347 810,00	30 323 587,32	96,73%
IMPOSTOS INDIRETOS	10,00	10,00	0,00	0,00%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6 340 536,00	6 502 636,00	3 634 715,27	55,90%
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1 326 591,00	1 357 591,00	1 340 542,67	98,74%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15 948 708,00	15 743 079,60	14 418 473,13	91,59%
VENDAS DE BENS/SERV. CORRENTES	17 768 716,00	18 344 516,00	16 384 299,86	89,31%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	737 843,00	512 843,00	461 566,67	90,00%
Receita de Capital	10 066 339,00	14 098 738,40	7 938 918,23	56,31%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	60,00	18 060,00	16 820,00	93,13%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10 016 279,00	10 025 678,40	3 917 098,23	39,07%
ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	4 005 000,00	4 005 000,00	100,00%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	1 000,00	2 187 979,72	2 187 375,20	99,97%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 000,00	6 000,00	5 395,48	89,92%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	2 181 979,72	2 181 979,72	100,00%
Total da Receita	83 893 753,00	90 095 203,72	76 689 478,35	85,12%

Da análise do quadro anterior, verifica-se que a receita corrente obteve uma taxa de execução na ordem dos 90,18% do total da receita corrigida na qual se destaca o bom desempenho da receita dos impostos diretos com uma taxa de execução a rondar os 96,73%, significando um aumento em relação a 2023 de mais 1 milhão de euros, tendo o IMI atingido um valor de €14.141.480,05 e o IMT €13.505.877,36 (quadro seguinte). O recebimento da Derrama, assente no volume de negócios das empresas, foi superior ao ano transato (15,98%) e o valor mais alto de sempre deste imposto, um claro indicador económico e da atratividade do concelho de Sesimbra.

Quadro 2 – Evolução da Receita

(Valores em Euros)

Designação	31/12/2024			31/12/2023			Δ Face a período homólogo
	Dot. Corrigida	Cobrada *	% Execução	Dot. Corrigida	Cobrada *	% Execução	
IMPOSTOS DIRETOS	31 347 810,00	30 323 587,32	96,73%	30 783 606,00	29 320 506,52	95,25%	3,42%
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	14 150 000,00	14 141 480,05	99,94%	15 000 000,00	14 269 738,92	95,13%	-0,90%
IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	1 900 000,00	1 816 184,87	95,59%	1 700 000,00	1 789 116,99	105,24%	1,51%
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES	14 433 700,00	13 505 877,36	93,57%	13 500 000,00	12 519 107,22	92,73%	7,88%
DERRAMA	860 000,00	859 970,79	100,00%	557 273,00	741 474,49	133,05%	15,98%
OUTROS	4 110,00	74,25	1,81%	26 333,00	1 068,90	4,06%	-93,05%
IMPOSTOS INDIRETOS	10,00	0,00	0,00%	4 035,00	0,00	0,00%	0,00%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6 502 636,00	3 634 715,27	55,90%	5 918 168,00	2 430 857,82	41,07%	49,52%
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1 357 591,00	1 340 542,67	98,74%	1 209 233,00	1 287 155,84	106,44%	4,15%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15 743 079,60	14 418 473,13	91,59%	15 283 606,00	13 788 447,44	90,22%	4,57%
VENDAS DE BENS/SERV. CORRENTES	18 344 516,00	16 384 299,86	89,31%	15 498 841,00	15 206 244,55	98,11%	7,75%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	512 843,00	461 566,67	90,00%	600 580,00	336 242,99	55,99%	37,27%
Total Receitas Correntes	73 808 485,60	66 563 184,92	90,18%	69 298 069,00	62 369 455,16	90,00%	6,72%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	18 060,00	16 820,00	93,13%	42 955,00	0,00	0,00%	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10 025 678,40	3 917 098,23	39,07%	7 523 235,00	2 182 622,29	29,01%	79,47%
PASSIVOS FINANCIEROS	4 005 000,00	4 005 000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50 000,00	0,00	0,00%	38 994,00	20 688,34	53,06%	0,00%
Total Receitas de Capital	14 098 738,40	7 938 918,23	56,31%	7 605 184,00	2 203 310,63	28,97%	260,32%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	6 000,00	5 395,48	89,92%	8 380,00	10 897,13	130,04%	-50,49%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2 181 979,72	2 181 979,72	100,00%	9 254 342,32	9 254 342,32	100,00%	-76,42%
Outras Receitas	2 187 979,72	2 187 375,20	99,97%	9 262 722,32	9 265 239,45	100,03%	-76,39%
Total das Receitas	90 095 203,72	76 689 478,35	85,12%	86 165 975,32	73 838 005,24	85,69%	3,86%

A análise da receita corrente, mostra um desempenho positivo face a 2023, de cerca de 4,2 milhões de euros. Salientam-se os Impostos Diretos sustentados pela subida de quase todas as rubricas, com exceção do Imposto Municipal sobre Imóveis que registou uma ligeira diminuição (-0,9%), em resultado da redução da taxa de IMI para os imóveis de habitação própria e permanente (n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento de Isenções e Benefícios Fiscais de Impostos Municipais do Município de Sesimbra) e do IMI Familiar, consoante o número de dependentes.

Ressalva-se, igualmente, o aumento da receita proveniente das taxas e tarifários municipais, com destaque:

- A rubrica Taxas Multas e outras penalidades registou uma cobrança superior a 2023 em 1,2 milhões de euros/ +49,52% referente, essencialmente, a processos de loteamento e obras;
- As vendas de bens e serviços correntes (principalmente as receitas de Água, Saneamento, Resíduos Sólidos Urbanos) registaram uma cobrança superior igualmente em 1,2 milhões de euros/ +7,75%, embora aqui o aumento fosse generalizado em todas as rubricas.

A receita de capital aumentou cerca de 5,7 milhões de euros, em grande parte motivada pela utilização do empréstimo de curto prazo no valor de 4 milhões de euros ao Banco Millennium BCP em 23 de Abril de 2024 e das Transferências de Capital (79,47%), mais detalhadas no ponto 1.1.2 – Transferências Obtidas.

1.1.1 Receita própria

Em 2024 a receita própria efetiva atingiu os 52,1 milhões de euros, um valor superior ao registado em 2023, na ordem dos 3,5 milhões de euros, um acréscimo de 7,29% comparativamente resultando, essencialmente, do aumento de cerca de 1 milhão de euros em cada uma das rubricas de Impostos Diretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades (loteamentos) e na Venda de Bens e Serviços Correntes.

Quadro 3 - Evolução da Receita Própria

(Valores em Euros)

Receita Própria Cobrada	2021	2022	2023	2024	Δ 23/24
IMPOSTOS DIRETOS	27 775 717,75	30 864 771,40	29 320 506,52	30 323 587,32	3,42%
IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2 587 641,40	3 663 108,13	2 430 857,82	3 634 715,27	49,52%
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1 123 898,76	1 293 691,72	1 287 155,84	1 340 542,57	4,15%
VENDAS DE BENS/SERV. (CORRENTES E CAPITAL) E OUTRAS	13 486 400,94	14 356 352,65	15 563 175,88	16 845 866,53	8,24%
Total de Receitas Próprias	44 973 658,85	50 177 923,90	48 601 696,06	52 144 711,69	7,29%

Quadro 4 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos

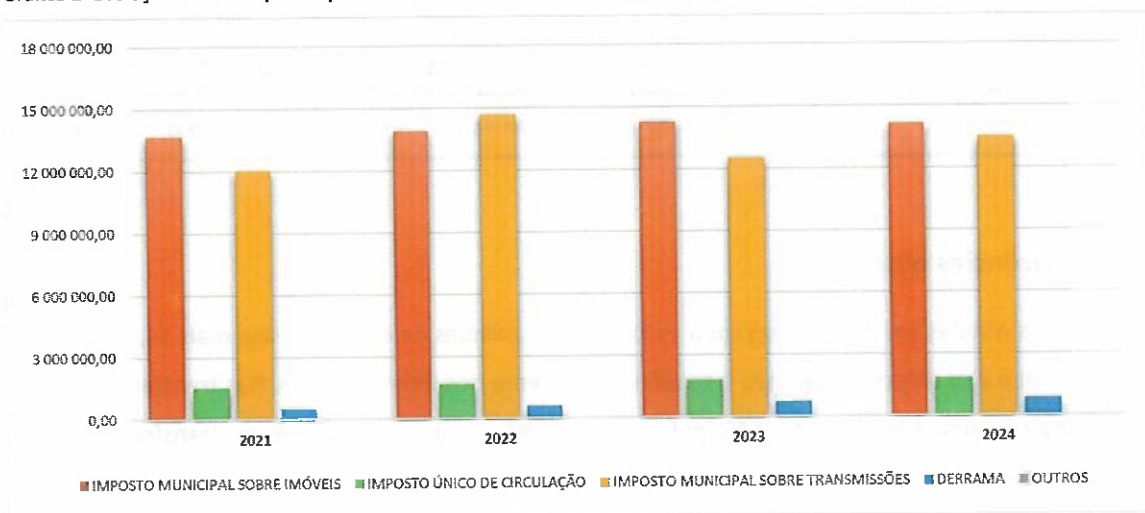
(Valores em euros)

Impostos	2021	2022	2023	2024	Δ 23/24
Impostos Diretos	27 775 717,75	30 864 771,40	29 320 506,52	30 323 587,32	3,42%
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	13 688 109,37	13 914 788,81	14 269 738,92	14 141 480,05	-0,90%
IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	1 531 464,33	1 664 963,15	1 789 116,99	1 816 184,87	1,51%
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES	12 030 623,20	14 681 487,94	12 519 107,22	13 505 877,36	7,88%

DERRAMA	519 193,51	597 193,94	741 474,49	859 970,79	15,98%
OUTROS	6 327,34	6 337,56	1 068,90	74,25	-93,05%
Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	27 775 717,75	30 864 771,40	29 320 506,52	30 323 587,32	3,42%

Como se verifica nos quadros anteriores e no gráfico seguinte, as receitas dos impostos locais teve uma ligeira subida relativamente ao ano transato, justificado pelo aumento da arrecadação do IMT. Relativamente a este imposto, o Município arrecadou, por intermédio da DGAL, cerca de 82 mil euros referente à compensação do IMT Jovem. Esta compensação, decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de Julho, que alterou o Código do Imposto Municipal sobre as Transições Onerosas de Imóveis (CIMT) e o Código do Imposto do Selo (CIS), que confere uma isenção em sede de IMT e IS para a primeira aquisição de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos.

Gráfico 1- Evolução dos Principais Impostos Diretos



Quanto à evolução das outras receitas próprias, o ano de 2024 foi positivo, com valores ligeiramente superiores ao ano transato, como se comprova no quadro seguinte.

Quadro 5 - Evolução de Outras Receitas Próprias

(Valores em euros)

Outras Receitas Próprias	2021	2022	2023	2024	Δ 23/24
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2 587 641,40	3 663 108,13	2 430 857,82	3 634 715,27	49,52%
MERCADOS E FEIRAS	23 677,73	28 519,98	148 976,45	126 591,78	-15,03%
LOTEAMENTOS E OBRAS	2 191 940,55	3 288 160,18	1 948 367,95	3 094 129,28	58,81%
Ocupação da Via Pública	12 606,04	14 791,97	48 615,90	57 300,66	17,86%
SANEAMENTO	3 408,88	2 178,90	1 377,43	217,28	-84,23%
OUTRAS	130 718,85	136 308,34	134 087,50	154 065,19	14,90%
JUROS DE MORA	171 005,38	133 176,79	80 731,83	98 023,27	21,42%

COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	46 151,80	46 008,74	54 432,07	83 897,33	54,13%
MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	8 132,17	13 963,23	14 268,69	20 490,48	43,60%
Rendimentos de Propriedade	1 123 898,76	1 293 691,72	1 287 155,84	1 340 542,67	4,15%
JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,20	0,16	0,16	0,16	0,00%
DIVIDENDOS PARTICIPAÇÃO SOC. QUASE- SOC NÃO FINANC.	1 066 308,56	1 205 215,72	1 199 948,06	1 257 568,60	4,80%
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	0,00	20 445,41	12 672,24	0,00	-100,00%
RENDAS	57 590,00	68 030,43	74 535,38	82 973,91	11,32%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	13 300 081,85	14 044 645,64	15 206 244,55	16 384 299,86	7,75%
VENDA DE BENS	3 025 903,04	3 206 423,23	3 371 548,50	3 484 743,80	3,36%
SERVIÇOS	9 935 708,65	10 509 247,69	11 468 871,05	12 532 247,83	9,27%
RENDAS	338 470,16	328 974,72	365 825,00	367 308,23	0,41%
Outras Receitas Correntes	186 219,09	225 957,01	336 242,99	461 566,67	37,27%
OUTRAS	186 219,09	225 957,01	336 242,99	461 566,67	37,27%
Venda de Bens de Investimento	100,00	85 750,00	0,00	16 820,00	NA
TERRENOS	0,00	85 000,00	0,00	16 820,00	0,00%
HABITAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
EDIFÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTROS	100,00	750,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	0,00	77 988,24	20 688,34	0,00	-100,00%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	14 153,19	2 606,78	10 897,13	5 395,48	-50,49%
Total	17 212 094,29	19 393 747,52	19 292 086,67	21 843 339,95	13,22%

1.1.2 Transferências obtidas

As transferências obtidas em 2024 atingiram a verba de 18,3 milhões de euros, ou seja mais 14,8% em comparação com o ano anterior, seguindo a tendência crescente dos últimos 4 anos. Nas transferências correntes, ocorreu um aumento de 630 mil euros (4,6%). Aqui, destacam-se as transferências provenientes da Administração Central, através da Direção-geral das Autarquias Locais (DGAL) – 97,35%, que são constituídas pela participação variável sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), a participação fixa na receita do IVA (calculado com base na referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial do Município, relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás, apurado com base no penúltimo ano relativamente àquele a que a Lei do Orçamento de Estado (LOE) se refere), o Fundo de equilíbrio financeiro, o Fundo Social Municipal que totalizam 7,6 milhões de euros, bem como as transferências no âmbito do Fundo de Financiamento da Descentralização de competências, totalizando 6,4 milhões de euros.

Nas transferências de capital, verificou-se, em relação a 2023, igualmente um aumento na ordem dos 1,7 milhões de euros (79,5%). Os cerca de 2,6 milhões de euros, nos *Outros*, provenientes da Administração central são respeitantes a financiamentos comunitários, destacando-se os recebimentos provenientes da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo referente à instalação da Unidade de Saúde de Sesimbra (1 milhão de euros), da Direção Geral do Património Cultural – Candidatura *EEA Grants* (806 mil euros) para criação do Centro de Conhecimento e Cultura Marítima, do Instituto de Financiamento da

Agricultura e Pescas – IFAP (634 mil euros) para preservação, recuperação e valorização da Lagoa de Albufeira e construção do passadiço sobrelevado de acesso da marginal poente de Sesimbra à APSS e do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (455 mil euros) para requalificação da habitação social do Bairro de Almoinha.

Apresenta-se o seguinte quadro com a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

Quadro 6 - Evolução das Transferências Obtidas

(Valores em euros)

Transferências	2021	2022	2023	2024	Δ 23/24
Transferências Correntes	7 658 217,64	12 098 346,15	13 788 447,44	14 418 473,13	4,57%
DGESTE	797 680,16	471 166,45	0,00	0,00	0,00%
DGAL	6 094 235,05	5 978 491,12	6 800 531,21	7 612 479,09	11,94%
FFD Educação	0,00	3 586 949,88	5 627 619,00	5 908 757,00	5,00%
FFD Ação Social	0,00	0,00	376 432,00	515 595,00	36,97%
AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO COESÃO, IP	0,00	40 424,90	247 216,93	0,00	-100,00%
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP	30 923,40	0,00	0,00	0,00	0,00%
INSTITUTO GESTÃO FINANCEIRA SEGURANÇA SOCIAL	646 196,14	16 539,92	359 858,51	44 468,24	-87,64%
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	49 540,34	38 388,05	62 869,04	69 622,91	10,74%
SECRETARIA GERAL - MAI	23 099,43	20 427,76	40 798,37	37 145,59	-8,95%
INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, IP	0,00	1 897 621,72	0,00	0,00	0,00%
ICNF - DEP. CONSERVAÇÃO NATUREZA FLORESTAS DE LVT	0,00	0,00	80 169,97	35 569,18	-55,63%
OUTROS	16 543,12	48 336,35	192 952,41	194 836,12	0,98%
Transferências de Capital	3 452 242,71	3 674 526,24	2 182 622,29	3 917 098,23	79,47%
DGAL	268 848,00	183 526,00	186 049,00	308 460,49	65,80%
DGESTE	173 954,52	0,00	0,00	0,00	0,00%
AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO COESÃO, IP	2 605 007,01	2 576 990,84	546 609,63	211 190,53	-61,36%
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	0,00	715 000,00	331 457,89	65 387,00	-80,27%
AUGIS	286 933,18	184 009,40	178 092,50	183 935,64	3,28%
IHRU - INSTITUTO DE HABITAÇÃO E REAB. URBANA	0,00	0,00	340 023,27	526 177,32	54,75%
OUTROS	117 500,00	15 000,00	600 390,00	2 621 947,25	336,71%
Total	11 110 460,35	15 772 872,39	15 971 069,73	18 335 571,36	14,80%

Em conclusão dos dados anteriormente apresentados, a receita cobrada maioritariamente de natureza corrente tem tido um bom comportamento conforme se constata no gráfico 2, um claro indicador da atração pelo território de Sesimbra.

Gráfico 2 - Evolução da receita cobrada

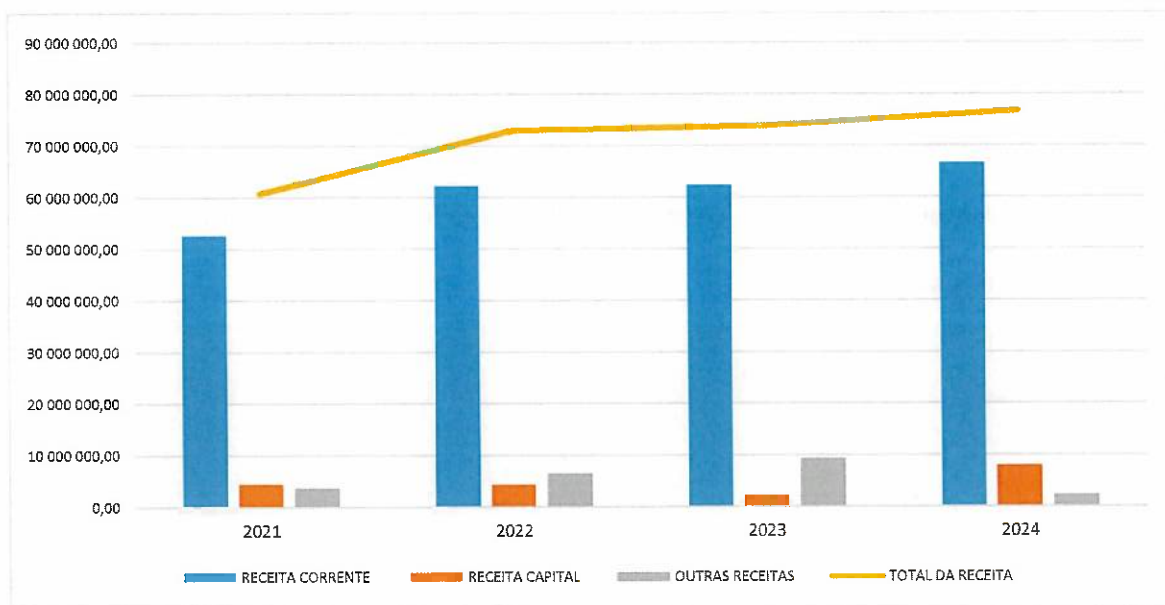
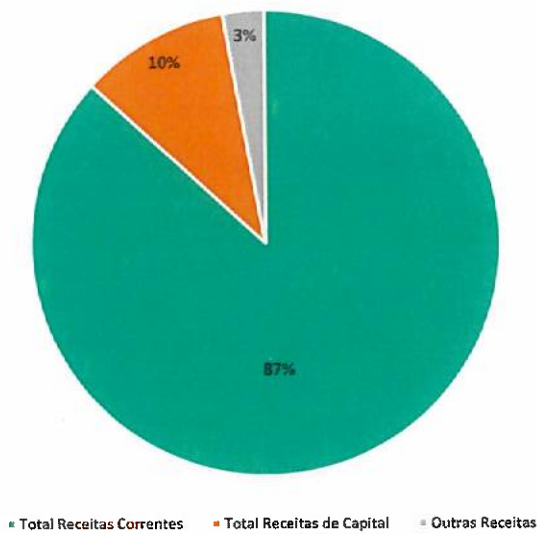


Gráfico 3 - Distribuição da receita



1.2. Despesa

No final de 2024, o montante global da despesa paga ascendeu a 75.401.325,59 milhões de euros, representado uma taxa de execução de 83,69% em relação à dotação corrigida de aproximadamente 90,1 milhões de euros.

Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa

(Valores em euros)

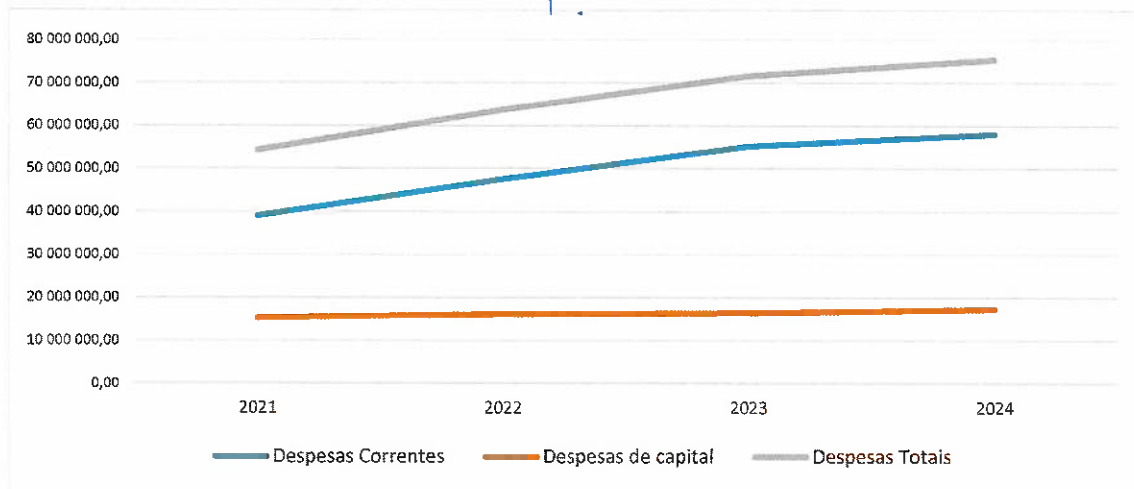
Execução da despesa	Orçamento da Despesa 01/01/2024	Dotação Corrigida 31/12/2024	Despesa Paga	Taxa de Execução
Despesa Corrente	62 865 602,00	66 893 603,32	58 042 535,54	86,77%
PESSOAL	36 808 050,00	33 558 220,00	32 098 047,78	95,65%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	19 257 252,00	25 772 318,32	19 132 173,79	74,24%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	273 000,00	480 000,00	342 995,02	71,46%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 397 700,00	6 684 365,00	6 139 254,84	91,84%
SUBSÍDIOS	300,00	300,00	0,00	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	129 300,00	398 400,00	330 064,11	82,85%
Despesa de Capital	21 028 151,00	23 201 600,40	17 358 790,05	74,82%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	18 672 500,00	16 674 699,40	10 881 323,11	65,26%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	703 310,00	845 560,00	824 630,08	97,52%
ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	1 652 321,00	5 653 321,00	5 652 836,86	99,99%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	20,00	28 020,00	0,00	0,00%
Total da Despesa	83 893 753,00	90 095 203,72	75 401 325,59	83,69%

A despesa corrente apresenta uma execução de 58 milhões de euros, constituindo 76,98% da despesa orçamental, registando um aumento generalizado em todas as suas componentes, com particular expressão para as despesas com pessoal 42,57%, conforme análise mais detalhada no II capítulo deste relatório.

A despesa de capital totalizou cerca de 17,4 milhões de euros, representando 23% da estrutura da despesa orçamental total, em comparação com o ano anterior, sofreu um aumento de 5,42%, em parte justificado pela utilização do empréstimo de curto prazo.

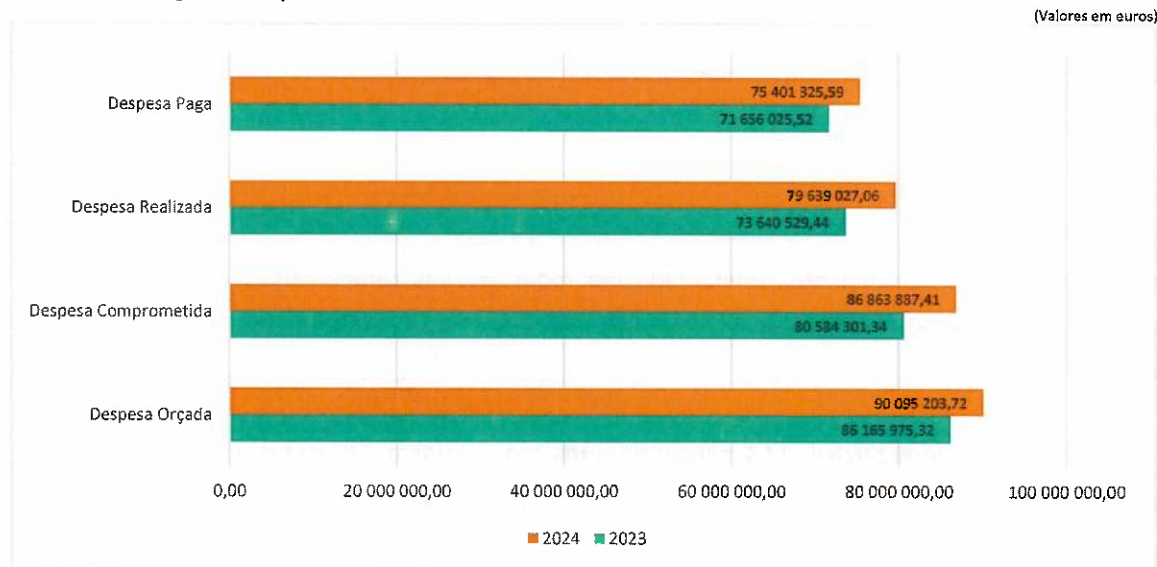
Da análise do gráfico seguinte, constata-se que os montantes da despesa paga tem vindo a aumentar nos últimos anos com subidas nas despesas correntes, em resultado do acréscimo da atividade municipal nos diversos domínios, com particular incidência na área da Educação, relacionado com o processo de descentralização e na prestação de serviços aos munícipes com grande enfoque nas despesas com a recolha dos resíduos urbanos, saneamento e distribuição de água à população.

Gráfico 4 - Evolução da despesa paga



No próximo gráfico temos um comparativo entre os anos de 2023 e 2024, em relação à despesa orçada, comprometida, realizada e paga, constatando-se o crescimento da execução em 2024, justificado e explicado ao longo deste relatório.

Gráfico 5 - Evolução da despesa



1.2.1 Despesa por natureza económica-despesa corrente e de capital

A despesa corrente paga em 2024, reporta-se em grande parte com o pagamento da despesa com pessoal 32,1 milhões euros (55,3%), e das aquisições de bens e serviços (33%) do total da despesa corrente paga, no valor de cerca de 19,1 milhões de euros.

O aumento nas despesas com pessoal em cerca de 1,7 milhões de euros resulta da implementação e da entrada em vigor da nova estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal, bem como da atualização

dos vencimentos dos funcionários públicos, que se traduziu num aumento mínimo de 52,62€ ou 3% dependendo do vencimento base.

Quadro 8 - Análise Despesa com Pessoal

(Valores em euros)

Despesas com Pessoal	2021	2022	2023	2024	Δ 23/24
Total	21 864 380,01	25 760 296,18	30 359 323,42	32 098 047,78	5,73%
Remunerações Certas e Permanentes	15 162 502,42	18 095 480,77	21 242 582,38	22 843 933,31	7,54%
Abonos Variáveis ou Eventuais	1 913 439,40	2 307 809,37	2 812 580,32	3 141 345,24	11,69%
Segurança Social	4 788 438,19	5 357 006,04	6 304 160,72	6 112 769,23	-3,04%

A despesa de capital paga em 2024 situou-se em 17,4 milhões de euros, tendo as aquisições de bens de capital atingido o montante aproximado de 10,9 milhões de euros, um valor inferior do ano de 2023, conforme se comprova no quadro 9. O pagamento das amortizações dos empréstimos bancários (Passivos Financeiros) fixou-se em 5,7 milhões de euros, sendo 4 milhões de euros do empréstimo de curto prazo de antecipação de receitas e 1,7 milhões de euros da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro 9 - Evolução da Despesa por Económica

(Valores em euros)

Class.	Designação	2024			2023			Δ 23/24
		Dotação corrigida	Pago	Taxa de Execução	Dotação corrigida	Pago	Taxa de Execução	
01	DESPESAS COM O PESSOAL	33 558 220,00	32 098 047,78	95,65%	32 616 820,00	30 359 323,42	93,08%	5,73%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	25 772 318,32	19 132 173,79	74,24%	23 627 408,32	18 360 155,91	77,71%	4,20%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	480 000,00	342 995,02	71,46%	288 700,00	270 577,88	93,72%	26,76%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 684 365,00	6 139 254,84	91,84%	6 497 515,00	6 105 976,89	93,97%	0,55%
05	SUBSÍDIOS	300,00	0,00	0,00%	200,00	0,00	0,00%	0,00%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	398 400,00	330 064,11	82,85%	252 830,00	94 406,72	37,34%	249,62%
	Despesas Correntes	66 833 603,32	58 042 535,54	86,77%	63 283 473,32	55 190 440,82	87,21%	5,17%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	16 674 699,40	10 881 323,11	65,26%	20 063 557,00	13 722 384,36	68,39%	-20,70%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	845 560,00	824 630,08	97,52%	855 414,00	790 966,08	92,47%	4,26%
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00%	2 300,00	0,00	0,00%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	5 653 321,00	5 652 836,86	99,99%	1 960 331,00	1 952 234,26	99,59%	189,56%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	28 020,00	0,00	0,00%	900,00	0,00	0,00%	0,00%
	Despesas de Capital	23 201 600,40	17 358 790,05	74,82%	22 882 502,00	16 465 584,70	71,96%	5,42%
	Despesas Totais	90 095 203,72	75 401 325,59	83,69%	86 165 975,32	71 656 025,52	83,16%	5,23%

Nos quadros seguintes verifica-se a evolução da despesa corrente e de capital realizada e a paga, nos anos de 2024 e 2023, e em que se comprova, que a maioria da despesa realizada foi paga até ao final de cada exercício.

Quadro 10 - Evolução da Despesa Corrente

(Valores em euros)

Designação	Realizado		Pago	
	2024	2023	2024	2023
Despesa Corrente				
PESSOAL	32 863 812,69	31 095 783,23	32 098 047,78	30 359 323,42
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	21 405 077,96	18 893 477,80	19 132 173,79	18 360 155,91
JUROS E OUTROS ENCARGOS	356 030,36	270 608,63	342 995,02	270 577,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 195 234,94	6 106 594,64	6 139 254,84	6 105 976,89
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	331 143,57	95 677,00	330 064,11	94 406,72
Total	61 151 299,52	56 462 141,30	58 042 535,54	55 190 440,82

Quadro 11 - Evolução da Despesa de Capital em 2024/2023

(Valores em euros)

Designação	Realizado		Pago	
	2024	2023	2024	2023
Despesa de Capital				
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	12 004 253,41	14 435 187,80	10 881 323,11	13 722 384,36
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	830 637,27	790 966,08	824 630,08	790 966,08
ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS FINANCEIROS	5 652 836,86	1 952 234,26	5 652 836,86	1 952 234,26
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	18 487 727,54	17 178 388,14	17 358 790,05	16 465 584,70

Quadro 11.1 - Evolução da Despesa de Capital entre 2021 e 2024

(Valores em euros)

Investimento	2021	2022	2023	2024	Δ 23/24
DESPESA LIQUIDADADA	11 436 496,03	12 437 272,23	13 722 384,36	10 881 423,11	-20,70%
TERRENOS	15 834,76	136 445,98	324 327,16	88 604,84	-72,68%
HABITAÇÕES	3 187 685,27	4 100 482,17	3 387 486,35	1 887 494,15	-44,28%
EDIFÍCIOS	1 198 295,27	1 634 726,07	1 760 376,72	1 924 738,02	9,34%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	4 251 091,21	4 624 462,82	5 607 977,46	3 287 220,14	-41,38%
MATERIAL DE TRANSPORTE	1 082 792,99	480 132,77	842 309,31	2 032 310,55	141,28%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	88 938,77	200 502,70	343 769,92	202 542,59	-41,08%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	47 959,51	17 622,86	44 505,55	32 648,35	-26,64%
EQUIPAMENTO BÁSICO	1 443 434,78	1 182 183,40	1 135 478,53	1 156 386,27	1,84%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	16 245,29	16 683,14	33 258,88	14 128,21	-57,52%
OUTROS INVESTIMENTOS	104 218,18	44 030,32	242 709,98	255 349,99	5,21%
EDIFÍCIOS (DOMÍNIO PÚBLICO)	0,00	0,00	184,50	0,00	-100,00%

No quadro anterior constata-se a evolução do investimento do município de Sesimbra nos últimos quatro anos.

Como principais investimentos a decorrer durante 2024 podemos referir:

- ✓ A conclusão da obra de construção da Unidade de Saúde de Sesimbra (214 mil euros);
- ✓ Início da construção do Auditório Municipal da Quinta do Conde (343 mil euros);
- ✓ Continuação da empreitada de reabilitação de 60 habitações no Bairro Municipal de Almoinha (788 mil euros);
- ✓ Execução de infraestruturas de ITUR, Águas e Saneamento na Rua 2 de Abril em Sesimbra (138 mil euros);
- ✓ Continuação da empreitada de ampliação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, em Sesimbra (1.269 milhões de euros);
- ✓ Reabilitação de troços da rede viária e arruamentos nas freguesias do Concelho (893 mil euros);
- ✓ Requalificação dos campos relvados sintéticos do Concelho de Sesimbra (ADQC/Maçã/Alfarim) e Polidesportivo de Santana (246 mil euros);
- ✓ Beneficiação de infraestruturas de abastecimento de água (655 mil euros);
- ✓ Execução de infraestruturas elétricas para a iluminação do passadiço na Praia do Ouro (121 mil euros);
- ✓ Construção de ossários na Quinta do Conde (75 mil euros).

Destacamos, ainda, a rubrica Material de Transporte, onde os pagamentos totalizaram aproximadamente 2 milhões de euros. O investimento na renovação da frota municipal, vai beneficiar a prestação de serviços à população, com os seguintes equipamentos a saber (valores aproximados):

- ✓ Fornecimento de viaturas ligeiras de carga (54 mil euros);
- ✓ Aquisição de viatura de recolha RSU de 14 toneladas (200 mil euros);
- ✓ A aquisição de um autocarro (349 mil euros);
- ✓ Aquisição de viaturas 4x4 (92 mil euros);
- ✓ A aquisição de viatura de lavagem e aspiração de ecopontos enterrados (123 mil euros);
- ✓ Aquisição de viaturas para recolha de verdes/monos (envolventes) (408 mil euros);
- ✓ Aquisição de viatura de 26 toneladas 6x2 (337 mil euros);
- ✓ Aquisição de viaturas ligeiras (279 mil euros).

1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital

No seguimento do que já foi referido, a despesa corrente paga teve um nível de execução orçamental superior à despesa de capital paga, 86,77% contra 74,82%, como se comprova no quadro seguinte em

mais detalhe, destacando-se as rubricas de pessoal, pagamento de juros e outros encargos financeiros, bem como os subsídios são as que apresentaram maior taxa de execução com valores acima dos 91%.

Quadro 12 - Execução da Despesa

(Valores em euros)

Análise Orçamental	Dotação	Cabimentado	% Cabimentação	Comprometido	% Compromisso	Realizado	% Realização	Pago	% Pagamento
Despesa Corrente:	66 893 603,32	65 357 086,83	97,70%	64 620 496,87	96,60%	61 151 299,52	91,42%	58 042 535,54	86,77%
PESSOAL	33 558 220,00	32 891 408,21	98,01%	32 891 406,98	98,01%	32 863 812,69	97,93%	32 098 047,78	95,65%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	25 772 318,32	25 081 421,57	97,32%	24 708 496,55	95,87%	21 405 077,96	83,05%	19 132 173,79	74,24%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	480 000,00	388 415,84	80,92%	388 415,84	80,92%	356 030,36	74,17%	342 995,02	71,46%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 684 365,00	6 632 868,38	99,23%	6 279 912,49	93,95%	6 195 234,94	92,68%	6 139 254,84	91,84%
SUBSÍDIOS	300,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	398 400,00	362 972,83	91,11%	352 265,01	88,42%	331 143,57	83,12%	330 064,11	82,85%
Despesa de Capital	23 201 600,40	22 886 820,08	98,64%	22 243 390,54	95,87%	18 487 727,54	79,68%	17 358 790,05	74,82%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	16 674 699,40	16 394 112,39	98,32%	15 752 263,85	94,47%	12 004 253,41	71,99%	10 881 323,11	65,26%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	845 560,00	839 869,83	99,33%	838 288,83	99,14%	830 637,27	98,24%	824 630,08	97,52%
ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	5 653 321,00	5 652 837,86	99,99%	5 652 837,86	99,99%	5 652 836,86	99,99%	5 652 836,86	99,99%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	28 020,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total da Despesa	90 095 203,72	88 243 906,91	97,95%	86 863 887,41	96,41%	79 639 027,06	88,38%	75 401 325,59	83,69%

1.2.3. Despesas com Aquisições de Serviços

18

A despesa paga com as aquisições de serviços em 2024 atingiu quase os 16,7 milhões de euros um valor acima dos últimos 4 exercícios económicos, 4,3% em relação ao ano anterior, justificado, tal como já foi referido na introdução, pelo aumento dos custos dos serviços prestados pelas entidades contratadas, derivado do aumento dos preços, da dificuldade no acesso a produtos e matérias-primas e aumento dos custos com a energia, como se constata no quadro seguinte:

Quadro 13 - Evolução da Despesa paga com Aquisições de Serviços

(Valores em euros)

Rubrica	Aquisição de Serviços	2021	2022	2023	2024	Δ 23/24
020201	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	1 241 323,65	1 354 469,28	1 718 629,95	1 154 260,09	-32,84%
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	6 823,43	9 644,23	5 762,93	16 107,44	179,50%
020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	257 232,38	282 308,20	338 670,44	304 303,38	-10,15%
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	77 492,22	223 809,31	186 105,03	117 834,54	-36,68%
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	79 731,67	39 712,96	55 322,65	26 459,77	-52,17%
020209	COMUNICAÇÕES	288 527,86	270 215,94	293 132,67	247 397,27	-15,60%
020210	TRANSPORTES	121 570,00	121 262,00	190 999,05	140 365,48	-26,51%
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	0,00	0,00	88,55	0,00	-100,00%
020212	SEGUROS	162 362,18	164 762,77	168 917,44	200 403,65	18,64%
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	0,00	7 711,22	46 045,43	18 184,53	-60,51%
020215	FORMAÇÃO	24 556,32	18 662,60	43 229,45	51 858,62	19,96%
020217	PUBLICIDADE	77 071,26	75 608,14	74 945,00	72 589,21	-3,14%

020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	8 918,72	52 634,22	55 812,10	22 846,09	-59,07%
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	51 699,01	39 768,07	88 341,17	97 511,60	10,38%
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	69 029,93	91 828,77	61 312,55	66 128,71	7,86%
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	689 615,58	756 689,41	714 475,82	729 237,22	2,07%
020225	OUTROS SERVIÇOS	8 448 160,76	11 242 381,60	11 949 015,31	13 419 198,40	12,30%
Total		11 604 114,97	14 751 468,72	15 990 805,54	16 684 686,00	4,34%

1.2.4. Despesa por classificação orgânica

No quadro seguinte, verifica-se a distribuição da despesa orçada, realizada e paga em 2024 por classificação orgânica. As unidades que utilizaram maior volume do orçamento municipal foram as Infraestruturas e Serviços com 16,7 milhões de euros (22,2%), com destaque no Saneamento (3,8 milhões de euros) e Logística e Gestão de Frota (4,8 milhões de euros). Em segundo lugar, surge a Educação com um custo na ordem dos 12,5 milhões de euros (16,6%), seguido do Ambiente Urbano com 9,1 milhões de euros (12,1%).

Quadro 14 - Despesas por Classificação Orgânica

(Valores em euros)

Designação	Orgânica	Orçado	Realizado	Pago	Taxa de Execução
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	01	13 494 998,00	12 808 642,38	12 565 582,79	93,11%
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	0101	81 900,00	59 558,93	59 459,54	72,60%
CÂMARA MUNICIPAL	0102	7 251 757,00	6 740 216,23	6 510 291,37	89,78%
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	0103	6 161 341,00	6 008 867,22	5 995 831,88	97,31%
APOIO, ASSESSORIA E COORDENAÇÃO	02	1 940 470,00	1 848 793,30	1 813 521,64	93,46%
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA	0201	246 480,00	239 244,08	233 858,61	94,88%
GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO	0202	212 120,00	204 683,70	201 082,45	94,80%
GABINETE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	0203	905 680,00	878 225,63	867 279,54	95,76%
UN. TÉCNICA PLANEAMENTO INF E SENS, PÚBLICA	0204	40 110,00	37 964,28	36 572,59	91,18%
GABINETE TÉCNICO-FLORESTAL	0205	290,00	0,00	0,00	0,00%
GABINETE MÉDICO - VETERINÁRIO	0206	338 370,00	312 590,90	303 874,58	89,81%
UN. TÉCNICA DO BEM ESTAR ANIMAL E HIGIENE ALIMENTAR	0207	39 000,00	35 931,84	34 506,15	88,48%
GABINETE DE PROTEÇÃO DE DADOS	0208	35 660,00	32 368,88	30 938,70	86,76%
GABINETE DE MODERNIZAÇÃO, QUALIDADE E AUDITORIA	0209	45 890,00	40 502,37	39 596,21	86,29%
GABINETE APOIO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E FREGUESIAS	0210	76 870,00	67 281,62	65 812,81	85,62%
GESTÃO RECURSOS HUMANOS	03	1 324 720,00	1 274 044,97	1 201 458,38	90,70%
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	0301	116 010,00	108 990,79	105 434,48	90,88%
GABINETE DE APOIO AO SIADAP	0302	160,00	0,00	0,00	0,00%
SERVIÇO ADMINISTRATIVO DE PESSOAL	0303	153 070,00	151 471,79	148 087,06	96,74%
DIVISÃO GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	0304	445 950,00	419 066,15	366 223,14	82,12%
SERV. RECRUT. SELEÇÃO, MODERNIDADE ORGANIZAÇÃO	0305	127 990,00	126 147,60	123 046,39	96,14%
DIVISÃO DESENV. COMPETÊNCIAS SEG. SAÚDE TRABALHO	0306	170 560,00	165 205,08	160 456,83	94,08%
REFETÓRIO	0307	310 980,00	303 163,56	298 210,48	95,89%
ACTIVIDADES ECONÓMICAS	04	2 117 797,00	1 895 611,69	1 758 445,06	83,03%

SESIMBRA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

2

DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS	0401	2 900,00	0,00	0,00	0,00%
DIVISÃO DE TURISMO	0402	493 107,00	434 156,56	427 508,42	86,70%
DIVISÃO DE EMPREENDEDORISMO	0403	139 360,00	126 664,91	123 615,96	88,70%
UN. TÉCNICA DE APOIO ÀS PESCAS	0404	38 250,00	15 685,22	15 685,22	41,01%
UN. TÉCNICA DE APOIO À RURALIDADE	0405	221 760,00	193 853,21	163 097,31	73,55%
DIVISÃO DE ECONOMIA LOCAL	0406	597 560,00	537 080,61	479 774,99	80,29%
UN. TÉCNICA GESTÃO EQUIPAMENTOS, FEIRAS E MERCADOS	0407	624 700,00	588 171,18	548 763,16	87,84%
SERVIÇO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL	0408	160,00	0,00	0,00	0,00%
ESTUDOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	05	1 816 321,00	1 406 067,31	1 309 102,01	72,07%
DEPARTAMENTO ESTUDOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	0501	2 510,00	0,00	0,00	0,00%
UNIDADE TÉCNICA DE INOVAÇÃO	0502	160,00	0,00	0,00	0,00%
DIVISÃO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	0503	1 442 931,00	1 059 082,60	968 368,60	67,11%
SERVIÇO DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS E SISTEMAS	0504	160,00	0,00	0,00	0,00%
DIVISÃO DE ESTUDOS E CANDIDATURAS	0505	117 700,00	113 774,77	111 503,34	94,74%
DIVISÃO DE SUSTENTABILIDADE E AÇÃO CLIMÁTICA	0506	252 860,00	233 209,94	229 230,07	90,65%
ASSUNTOS JURÍDICOS	06	1 327 500,00	1 272 343,84	1 239 444,93	93,37%
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS	0601	199 070,00	192 460,37	187 427,90	94,15%
SERVIÇO DE APOIO À CÂMARA MUNICIPAL	0602	52 710,00	50 975,30	49 984,56	94,83%
SERVIÇO DE APOIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL	0603	75 880,00	73 998,58	72 241,61	95,21%
SERVIÇO DE EXPEDIENTE	0604	76 630,00	74 427,95	72 735,31	94,92%
SERVOÇO DE APOIO JURIDICO	0605	212 680,00	197 328,85	193 363,57	90,92%
UNIDADE TÉCNICA DE CONTRAORDENAÇÕES	0606	150,00	0,00	0,00	0,00%
DIVISÃO DE ATENDIMENTO E PROXIMIDADE AO CIDADÃO	0607	134 890,00	121 569,18	118 582,42	87,91%
SERVIÇO DE COORDENAÇÃO DOS ATENDIMENTOS AO CIDADÃO	0608	404 690,00	402 217,43	391 065,55	96,63%
DIVISÃO DE APOIO À CONTRATAÇÃO PÚBLICA	0609	68 100,00	64 337,97	61 894,83	90,89%
SERVIÇO DE APOIO ÀS FORMALIDADE	0610	60 000,00	57 164,62	56 076,82	93,46%
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PROCESSOS	0611	42 700,00	37 863,59	36 072,36	84,48%
AMBIENTE URBANO	07	10 450 590,00	9 727 315,22	9 138 657,20	87,45%
DEPARTAMENTO DE AMBIENTE URBANO	0701	18 290,00	11 863,23	11 863,23	64,86%
UNIDADE TÉCNICA DE LIMPEZA DE INSTALAÇÕES	0702	384 060,00	358 611,25	341 920,78	89,03%
SERVIÇO DE APOIO AO AMBIENTE URBANO	0703	10 790,00	9 844,77	9 844,77	91,24%
DIVISÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS	0704	7 340 600,00	6 910 451,98	6 420 814,65	87,47%
DIVISÃO DE HIGIENE URBANA E ZONAS VERDES	0705	2 696 850,00	2 436 543,99	2 354 213,77	87,29%
FINANCEIRO	08	2 142 120,00	1 777 750,61	1 666 669,90	77,80%
DEPARTAMENTO FINANCEIRO	0801	148 200,00	128 267,39	123 924,82	83,62%
DIVISÃO DE GESTÃO COMERCIAL	0802	1 407 060,00	1 081 691,65	989 648,39	70,33%
UN. TÉCNICA DE APOIO AO CLIENTE AS	0803	164 050,00	163 186,58	158 895,79	96,86%
SERVIÇO DE APOIO À GESTÃO COMERCIAL	0804	150,00	0,00	0,00	0,00%
DIVISÃO FINANCEIRA	0805	63 820,00	59 405,52	57 825,75	90,61%
UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO ORÇAMENTAL	0806	107 860,00	102 842,95	100 239,86	92,94%
UNIDADE TÉCNICA DE CONTABILIDADE	0807	79 750,00	78 581,32	76 150,33	95,49%
SERVIÇO DE CONTABILIDADE	0808	95 060,00	90 507,18	88 333,04	92,92%
SERVIÇO DE TESOURARIA	0809	76 170,00	73 268,02	71 651,92	94,07%
INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS	09	21 560 609,72	18 396 002,11	16 727 432,25	77,58%
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS	0901	250 500,00	220 393,97	216 596,25	86,47%
SERV. APOIO ÀS INFRAESTRUTURAS E GESTÃO DE OBRAS	0902	5 270,00	4 413,10	4 413,10	83,74%
DIVISÃO DE LOGÍSTICA E GESTÃO DE FROTA	0903	6 169 440,00	5 250 809,42	4 757 236,94	77,11%

UNIDADE TÉCNICA DE LOGÍSTICA	0904	293 090,00	290 315,67	283 343,53	96,67%
UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DE FROTA	0905	1 134 780,00	1 121 408,69	1 092 361,49	96,26%
SERVIÇO DE APOIO À LOGÍSTICA E GESTÃO DE FROTA	0906	150,00	0,00	0,00	0,00%
DIVISÃO DE SANEAMENTO	0907	4 457 580,00	4 258 300,10	3 770 783,29	84,59%
SERVIÇO DE APOIO AO SANEAMENTO	0908	150,00	0,00	0,00	0,00%
DIVISÃO DE ÁGUAS	0909	2 019 390,00	1 066 716,24	967 616,81	47,92%
UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DE ÁGUA	0910	1 089 060,00	1 041 434,16	1 017 684,95	93,45%
UNIDADE TÉCNICA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA	0911	1 294 039,72	1 221 379,63	1 024 689,07	79,19%
SERVIÇO DE APOIO À ÁGUA	0912	98 750,00	95 790,26	93 471,47	94,65%
DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS	0913	2 413 350,00	1 761 093,33	1 557 087,32	64,52%
UNIDADE TÉCNICA DE TRÂNSITO E REDE VIÁRIA	0914	1 032 890,00	1 001 761,97	959 428,15	92,89%
SERVIÇO DE APOIO ÀS OBRAS MUNICIPAIS	0915	202 690,00	201 404,04	196 703,25	97,05%
UNID. TÉCNICA GESTÃO DE EDIFÍCIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS	0916	1 099 480,00	860 781,53	786 016,63	71,49%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	10	1 869 430,00	1 721 026,53	1 690 238,07	90,41%
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	1001	647 150,00	534 595,74	528 699,80	81,70%
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA URBANÍSTICA	1002	390 350,00	386 489,85	378 208,64	96,89%
SERVIÇO DE APOIO PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA URBANÍSTICA	1003	113 870,00	110 080,56	107 576,16	94,47%
DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA	1004	427 450,00	416 938,47	406 808,62	95,17%
SERVIÇO DE APOIO À GESTÃO URBANÍSTICA ZOC	1005	20 460,00	11 764,38	11 764,38	57,50%
SERVIÇO DE APOIO À GESTÃO URBANÍSTICA ZOR	1006	139 350,00	136 455,81	133 337,15	95,69%
UNIDADE TÉCNICA DAS AUGI	1007	96 290,00	95 041,32	92 608,61	96,18%
SERVIÇO DE APOIO ÀS AUGI	1008	160,00	0,00	0,00	0,00%
UNID. TÉCNICA PROMOÇÃO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES	1009	34 350,00	32 660,40	31 234,71	90,93%
CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE	11	9 576 596,00	8 118 056,87	7 553 481,85	78,87%
DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE	1101	238 650,00	230 639,01	226 003,43	94,70%
SERVIÇO DE APOIO À CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE	1102	5 850,00	4 993,24	4 993,24	85,35%
DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL, JUVENTUDE E ARTESN PERFORM.	1103	3 243 878,00	2 173 918,59	1 964 207,69	60,55%
UNID. TÉCNICA DE BIBLIOTECAS E PROMOÇÃO DA LEITURA	1104	799 470,00	740 395,19	725 099,54	90,70%
UNID. TÉCNICA GESTÃO DE EVENTOS E EQUIPAMENTOS	1105	572 160,00	503 519,53	450 230,14	78,69%
DIVISÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL	1106	2 046 530,00	1 983 138,53	1 948 681,06	95,22%
UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DO MUSEU	1107	34 110,00	20 211,74	17 909,79	52,51%
DIVISÃO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO	1108	367 660,00	348 995,43	339 874,84	92,44%
DIVISÃO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	1109	1 629 528,00	1 537 232,29	1 311 976,72	80,51%
UNID. TÉCNICA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	1110	638 760,00	575 013,32	564 505,40	88,38%
HABITAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE	12	4 363 790,00	3 583 756,58	3 438 630,80	78,80%
DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE	1201	267 750,00	256 257,41	251 902,25	94,08%
SERVIÇO DE APOIO À HABITAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE	1202	150,00	0,00	0,00	0,00%
DIVISÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA	1203	1 808 890,00	1 469 885,24	1 356 400,17	74,99%
DIVISÃO DA AÇÃO SOCIAL	1204	1 542 390,00	1 442 129,74	1 418 650,02	91,98%
UNIDADE TÉCNICA DE SAÚDE	1205	744 610,00	415 484,19	411 678,36	55,29%
EDUCAÇÃO	13	14 975 532,00	12 955 162,39	12 549 531,66	83,80%
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	1301	173 200,00	155 037,17	152 893,58	88,28%
SERVIÇO DE APOIO À EDUCAÇÃO	1302	79 460,00	76 474,26	74 596,94	93,88%
DIVISÃO DA ESTRATÉGIA E PROJETOS EDUCATIVOS	1303	984 290,00	823 228,62	802 654,89	81,55%
SERVIÇO DE APOIO AOS PROJETOS EDUCATIVOS	1304	45 500,00	43 970,30	42 708,56	93,86%
DIVISÃO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E REC. EDUCATIVOS	1305	8 301 572,00	6 486 565,36	6 229 562,52	75,04%
SERVIÇO APOIO À GESTÃO DE EQUIP. E REC. EDUCATIVOS	1306	61 260,00	60 100,14	58 736,45	95,88%

SERVIÇO DE APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SAMPAIO	1307	1 504 810,00	1 500 144,48	1 467 122,34	97,50%
SERVIÇO DE APOIO AO AGRUP. DE ESCOLAS DA BOA ÁGUA	1308	1 040 680,00	1 037 913,89	1 014 888,91	97,52%
SERVIÇO APOIO AO AGR. DE ESC. M ^ª DO CARMO SERROTE	1309	902 580,00	896 500,31	875 545,97	97,00%
SERVIÇO APOIO AO AGRUP. DE ESC. MICHEL GIACOMETTI	1310	943 590,00	940 098,36	916 519,36	97,13%
SERVIÇO APOIO AO AGRUP. ESC. NAV. ROD. SOROMENHO	1311	938 590,00	935 129,50	914 302,14	97,41%
GESTÃO PATRIMONIAL E APROVISIONAMENTO	14	782 810,00	704 003,24	678 217,35	86,54%
DEPARTAMENTO GESTÃO PATRIMONIAL E APROVISIONAMENTO	1401	100 400,00	97 201,29	94 471,41	94,10%
DIVISÃO DE ASSUNTOS PATRIMONIAIS	1402	2 760,00	0,00	0,00	0,00%
SERVIÇO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO	1403	86 460,00	78 898,25	76 849,80	88,88%
SERVIÇO DE PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO	1404	63 050,00	57 989,23	56 540,31	89,68%
SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO	1405	163 350,00	160 241,82	156 113,67	95,57%
UNIDADE TÉCNICA DE APROVISIONAMENTO	1406	112 650,00	83 383,71	79 279,08	70,38%
UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DE STOCKS	1407	254 140,00	226 288,94	214 963,08	84,58%
FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL	15	439 430,00	416 842,77	404 890,35	92,14%
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL	1501	179 260,00	167 746,29	163 511,43	91,21%
SERVIÇO DE APOIO À FISCALIZAÇÃO	1502	80 860,00	77 410,63	75 535,19	93,41%
UNIDADE TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO DE OP URGANÍSTICAS	1503	117 060,00	114 266,14	110 351,54	94,27%
UNIDADE TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	1504	62 250,00	57 419,71	55 492,19	89,14%
PROJETOS MUNICIPAIS	16	427 840,00	404 200,99	395 695,30	92,48%
DIVISÃO DE PROJETOS MUNICIPAIS	1601	215 320,00	198 174,72	193 182,17	89,72%
DIVISÃO DE ACOMP. DE PROJETOS INTERESSE MUNICIPAL	1602	212 370,00	206 026,27	202 513,13	95,36%
SERVIÇO DE APOIO AOS PROJ. DE INTERESSE MUNICIPAL	1603	150,00	0,00	0,00	0,00%
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	17	212 350,00	202 497,42	197 126,77	92,83%
DIVISÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	1701	158 080,00	151 624,70	147 587,21	93,36%
SERVIÇO DE APOIO À GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	1702	54 270,00	50 872,72	49 539,56	91,28%
INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	18	1 272 300,00	1 123 908,84	1 073 199,28	84,35%
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	1801	1 218 550,00	1 071 256,71	1 022 668,88	83,93%
UNIDADE TÉCNICA DE TRALÇÕES PÚBLICAS	1802	53 750,00	52 652,13	50 530,40	94,01%
Total		90 095 203,72	79 639 027,06	75 401 325,59	83,69%

1.2.5 - Análise das GOP

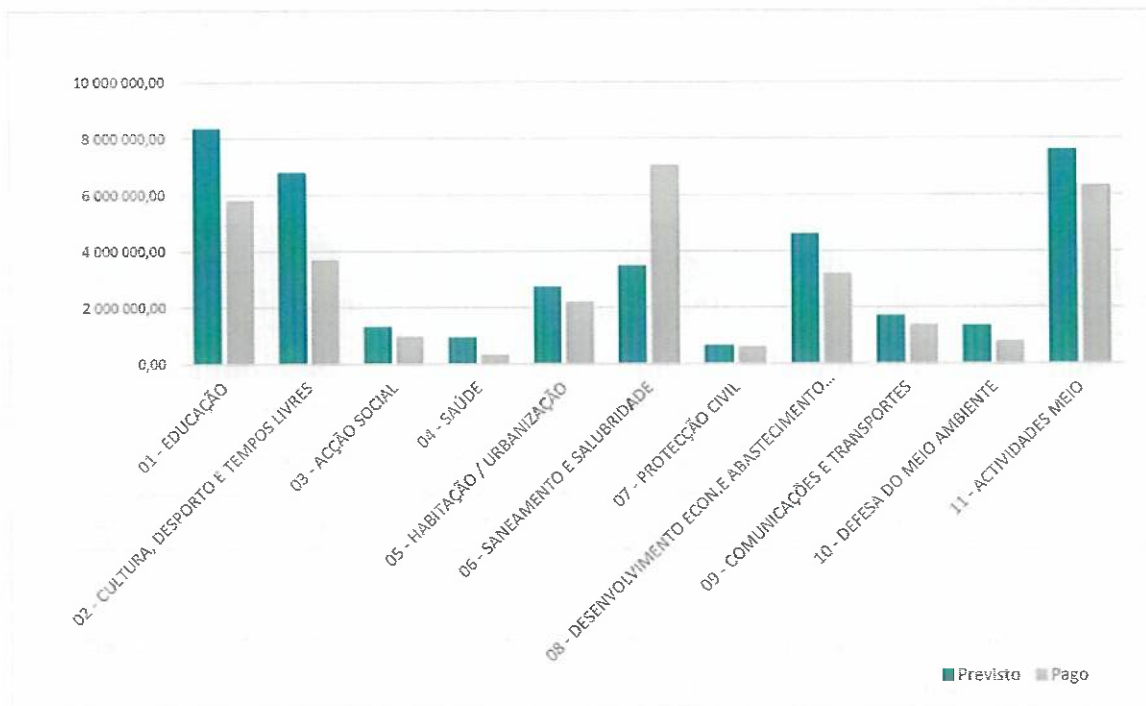
Nos quadros seguintes demonstra-se a execução das GOP durante o ano de 2024, nos diferentes objetivos, cuja taxa de execução situou-se nos 81,7%.

Quadro 15 - Quadro de análise por objetivos

Designação dos Objetivos (1)	Previsto		Pago (3)	%
	(2)			
01 - EDUCAÇÃO	8 337 052,00		5 776 577,96	69,29%
02 - CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES	6 772 400,00		3 676 164,35	54,28%
03 - ACÇÃO SOCIAL	1 290 700,00		940 179,67	72,84%
04 - SAÚDE	918 100,00		305 429,25	33,27%
05 - HABITAÇÃO / URBANIZAÇÃO	2 718 200,00		2 185 908,82	80,42%
06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE	3 460 500,00		7 041 823,52	203,49%

07 - PROTEÇÃO CIVIL	636 800,00	587 924,69	92,32%
08 - DESENVOLVIMENTO ECON. E ABASTECIMENTO PÚBLICO	4 590 500,00	3 175 014,37	69,16%
09 - COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	1 686 700,00	1 361 763,27	80,74%
10 - DEFESA DO MEIO AMBIENTE	1 332 600,00	771 676,90	57,91%
11 - ACTIVIDADES MEIO	7 568 600,00	6 304 223,97	83,29%
Total	39 312 152,00	32 126 686,77	81,72%

Gráfico 6 - Execução das GOP's



1.2.6 Compromissos e responsabilidades anos seguintes

No quadro seguinte referem-se os compromissos que dizem respeito a processos assumidos em 2024 e que implicam responsabilidades futuras.

Quadro 16 - Compromissos e Responsabilidades Anos Seguintes

		(Valores em euros)				
Objetivo	Designação	2025	2026	2027	2028	2029 e seguintes
01	EDUCAÇÃO	5 708 982,09	1 266 155,86	86 913,31	51 857,92	311 147,52
02	CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES	2 862 242,53	762 283,92	164 303,03	145 638,08	735 828,48
03	ACÇÃO SOCIAL	379 859,67	221 400,31	212 496,12	210 996,12	913 639,92
04	SAÚDE	1 200 949,33	19 100,05	0,00	0,00	2 025,00
05	HABITAÇÃO/URBANIZAÇÃO	10 575,95	0,00	0,00	0,00	0,00
06	SANEAMENTO E SALUBRIDADE	614 613,78	196 814,55	79 231,04	50 550,00	303 300,00
07	PROTEÇÃO CIVIL	555 650,00	555 650,00	555 650,00	505 650,00	3 333 900,00
08	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO	625 618,95	104 230,16	46 893,80	46 687,80	280 162,80
09	COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	2 036 968,04	0,00	0,00	0,00	0,00

10	DEFESA DO MEIO AMBIENTE	314 362,61	147 556,55	114 174,13	114 174,13	685 045,58
11	ATIVIDADES MEIO	2 348 736,93	339 722,47	107 354,85	0,00	0,00
-	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1 611 082,62	1 320 323,32	461 552,08	461 552,08	5 151 183,13
-	OUTROS	2 582 995,29	1 593 222,13	1 479 869,44	464 400,67	4 059 325,98
Total		20 852 637,79	6 526 459,32	3 308 437,80	2 051 506,80	15 775 558,41

1.3 Resultado Orçamental

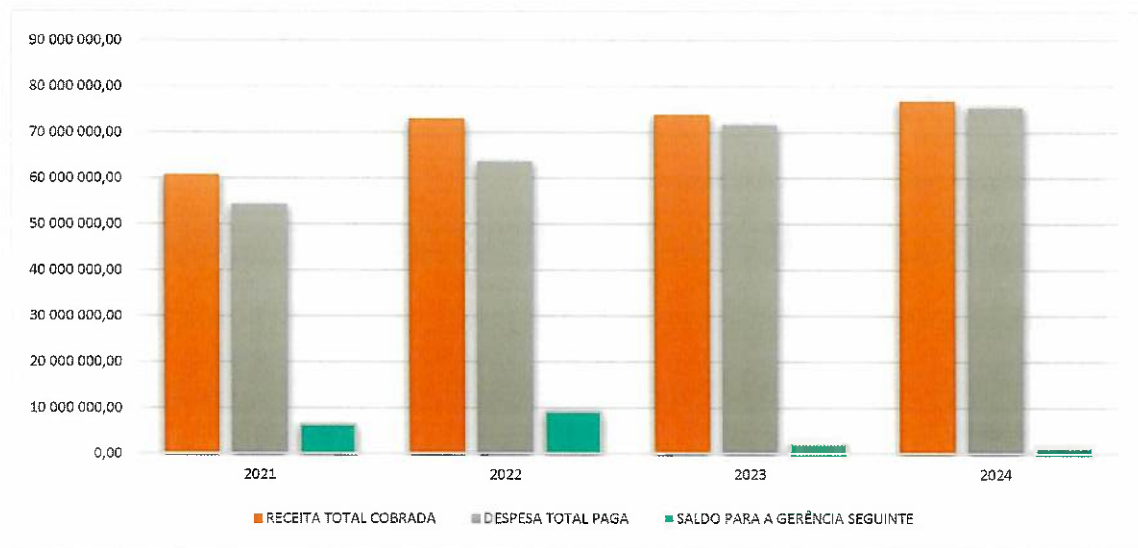
Do anteriormente descrito a nível da receita e da despesa, apesar da conjuntura económica ter melhorado face ao ano transato, o ano de 2024 cifrou-se com um excedente de aproximadamente 1,3 milhões de euros de saldo de gerência, conforme se pode verificar no quadro 17 e gráfico 7.

Quadro 17 - Receita vs Despesa

(Valores em euros)				
Designação	2021	2022	2023	2024
RECEITA TOTAL COBRADA	60 701 366,51	72 941 252,33	73 838 005,24	76 689 478,35
DESPESA TOTAL PAGA	54 291 505,49	63 686 910,01	71 656 025,52	75 401 325,59
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	6 409 861,02	9 254 342,32	2 181 979,72	1 288 152,76

No gráfico 7, é analisada a evolução da despesa total paga, da receita total cobrada e o respetivo saldo para a gerência seguinte nos últimos quatro anos.

Gráfico 7 - Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência



Quadro 18 - Resultado Orçamental

(Valores em euros)

Resultado Orçamental	2024
RECEITA CORRENTE COBRADA	66 563 184,92
DESPESA CORRENTE PAGA	58 042 535,54
POUPANÇA CORRENTE	8 520 649,38
RECEITA CAPITAL COBRADA	7 938 918,23
DESPESA CAPITAL PAGA	17 358 790,05
SALDO DE CAPITAL	-9 419 871,82
RECEITA TOTAL COBRADA	74 507 498,63
DESPESA TOTAL PAGA	75 401 325,59
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2 181 979,72
SALDO ORÇAMENTAL	1 288 152,76

No quadro ao lado, podemos verificar que a poupança corrente obtida em 2024, foi canalizada para fazer face às despesas de capital, à semelhança do ocorrido nos anos mais recentes.

Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Quadro 19 - Indicadores Orçamentais de Estrutura

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2024	2023	2022
Da receita			
IMPOSTOS DIRETOS/RECEITAS CORRENTES	46%	47%	50%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES	22%	22%	19%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL/RECEITAS DE CAPITAL	49%	99%	85%
PASSIVOS FINANCEIROS/RECEITAS DE CAPITAL	50%	0%	12%
RECEITAS CORRENTES/RECEITAS TOTAIS	87%	84%	85%
RECEITAS DE CAPITAL/RECEITAS TOTAIS	10%	3%	6%
Da despesa			
PESSOAL/DESPESAS CORRENTES	55%	55%	54%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS/DESPESAS CORRENTES	33%	33%	36%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES/DESPESAS CORRENTES	11%	11%	9%
AQUISIÇÃO BENS INVESTIMENTO/DESPESAS DE CAPITAL	63%	83%	77%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL/DESPESAS DE CAPITAL	5%	5%	7%
PASSIVOS FINANCEIROS/DESPESAS DE CAPITAL	33%	12%	16%
DESPESAS CORRENTES/DESPESAS TOTAIS	77%	77%	75%
DESPESAS DE CAPITAL/DESPESAS TOTAIS	23%	23%	25%
Da Capacidade Financeira			
COBERTURA DAS DESPESAS PELAS RECEITAS	1,02	1,03	1,15
RECEITAS PRÓPRIAS DE FUNCIONAMENTO	70 082 658,49 €	71 434 790,96 €	70 218 658,50 €
DESPESAS CORRENTES + PASSIVOS FINANCEIROS	63 695 372,40 €	57 142 675,08 €	50 088 617,76 €
Prazo médio de Pagamentos em dias		25 Dias	<30 Dias

2. Passivo Financeiro e Endividamento

2.1. Passivo financeiro (dívidas de operações orçamentais)

O passivo financeiro global do Município de Sesimbra atingiu no final do ano de 2024 o montante global de 14,4 milhões de euros, valor acima do registado em 2023, em cerca de 1,5 milhões euros.

Entre 2019 e 2024, o passivo financeiro (dívidas de operações orçamentais) global do Município registou uma diminuição de 2,4 milhões de euros, justificado em parte pela diminuição do endividamento bancário de médio e longo prazo, que representa em termos percentuais uma redução de 12,5%.

O passivo financeiro está decomposto na seguinte forma:

Quadro 20 - Passivo financeiro

(Valores em euros)

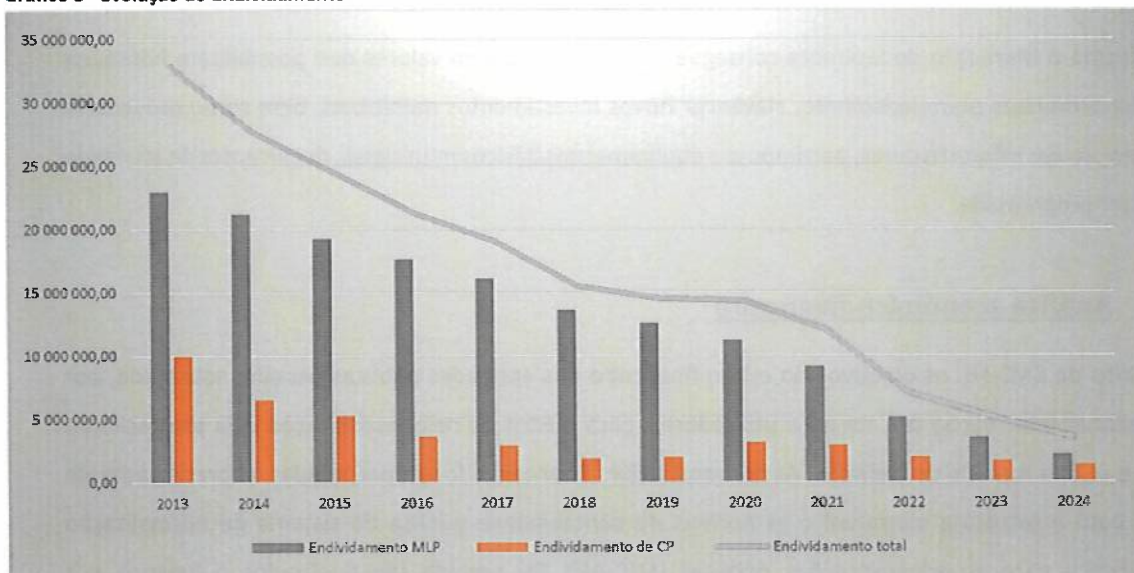
Descrição		2020	2021	2022	2023	2024
Dívida financeira	1 Stock de empréstimos de MLP (considerados no MLP do Balanço)	9 091 710,57	7 075 901,51	5 115 033,71	3 470 809,77	2 132 947,55
	2 Stock de empréstimos de MLP (considerados no CP do Balanço)	2 097 534,07	2 051 708,43	1 960 329,89	1 652 319,57	1 342 344,93
	2.1 Empréstimo de curto prazo					
	3 Soma (1+2)	11 189 244,64	9 127 609,94	7 075 363,60	5 123 129,34	3 475 292,48
Outras dívidas a terceiros	FAM 4 268126- Credores de administrações públicas-FAM-MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5 268126- Credores de administrações públicas-FAM-CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras 6 Outras dívidas a terceiros (inclui OT 10 e adiantamentos 11)	5 853 560,40	5 555 207,42	6 331 571,88	7 804 652,61	10 958 102,47
	7 Soma (4+5+6)	5 853 560,40	5 555 207,42	6 331 571,88	7 804 652,61	10 958 102,47
Total	8 Dívidas de operações orçamentais (3+7)	17 042 805,04	14 682 817,36	13 406 935,48	12 927 781,95	14 433 394,95
	9 Dívidas de operações orçamentais exceto FAM (8-4-5)	17 042 805,04	14 682 817,36	13 406 935,48	12 927 781,95	14 433 394,95
	10 Saldo de operações de tesouraria	1 701 052,81	1 601 357,41	1 800 896,49	1 630 606,53	1 664 275,69
	11 Adiantamentos Clientes, contribuintes e utentes	777 000,00	777 000,00	777 000,00	777 000,00	777 000,00
	12 Total da dívida sem FAM e OT e adiantamentos clientes (9-10-11)	14 564 752,23	12 304 459,95	10 829 038,99	10 520 175,42	11 992 119,26
	13 Credora de retenções (IRS, IRC, CGA, SS)	254 521,95	282 953,29	634 448,36	730 245,90	763 760,25
	14 Outras dívidas a terceiros CP (sem OT, adiantamentos e credora de retenção) (6-10-11-13)	3 120 985,64	2 893 896,72	3 119 227,03	4 666 800,18	7 753 066,53

Como já foi referido anteriormente, houve uma diminuição acentuada na dívida bancária aproximadamente 7,7 milhões de euros desde 2020. Contudo a dívidas a terceiros de curto prazo (sem OT e adiantamentos) sofreu uma subida em 2023 e agravou em 2024, na ordem dos 3,1 milhões de euros.

2.2. Endividamento

O Município de Sesimbra desde 2013, ano em que utilizou os montantes provenientes do PAEL, a dívida global foi diminuindo até ter atingido o seu valor mais baixo em 2024, como se verifica no gráfico seguinte:

Gráfico 8 - Evolução do Endividamento

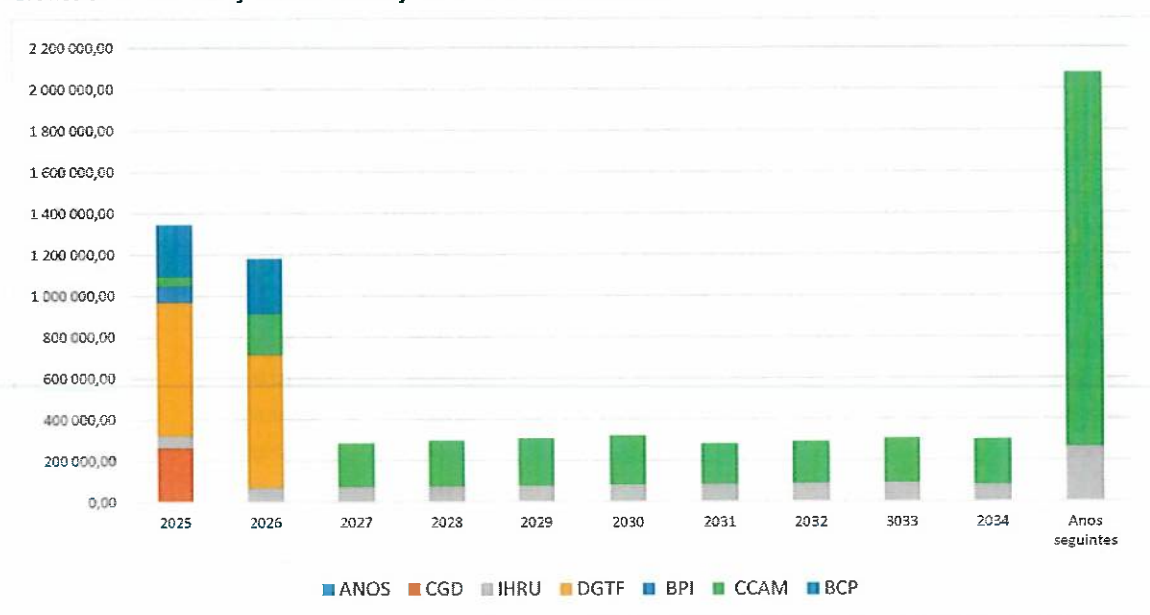


A dívida de médio e longo prazo situou-se um pouco acima dos 3,4 milhões de euros, correspondente a 24,07% do valor global da dívida e representando 4,53% do total da receita orçamental.

27

Com os atuais financiamentos acrescido do novo financiamento aprovado para a Reabilitação da Rede Viária do Castelo, após um horizonte de 2 anos o serviço da dívida de médio longo prazo ficará situada em valores abaixo dos €320.000,00 anuais como se comprova no próximo gráfico:

Gráfico 9 - Calendarização da Amortização Anual dos Financiamentos



A dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores sofreu uma subida, atingindo no final do ano o valor de 7,8 milhões de euros, originando o agravamento do prazo médio de pagamentos situando num prazo de 60 dias (dados provisórios 3T 2024), mas continuando sem pagamentos em atraso a mais de 90 dias conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e DL n.º 127/2012, de 21 de Junho (Lei e Decreto Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).

Desta forma o Município de Sesimbra consegue manter a dívida em valores que possibilitam honrar os seus compromissos atempadamente, alavancar novos investimentos municipais, bem como proceder à manutenção das infraestruturas, património e equipamentos básicos municipais, decorrentes da atividade municipal programada.

3. Análise económico-financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP). De seguida são analisados o balanço e a demonstração de resultados.

3.1. Balanço

Em 2024, o ativo do Município de Sesimbra atingiu os 183.559.144,12 milhões de euros o que significa um aumento aproximado de 2 milhões de euros face ao ano anterior (1,10%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

(Valores em euros)

Componentes do Ativo	2024	2023	Δ 2024/2023
Ativos fixos tangíveis	144 266 873,02	140 708 586,99	2,53%
Ativos intangíveis	2 268 874,28	2 232 695,27	1,62%
Investimentos Participações Financeiras	1 806 303,50	1 806 303,50	0,00%
Outros ativos financeiros	7 633,89	7 633,89	0,00%
Outras contas a receber	547 681,66	546 624,34	0,19%
Ativo Não Corrente	148 897 366,35	145 301 843,99	2,47%
Inventários	300 972,04	296 841,02	1,39%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 421 509,81	3 248 502,08	-25,46%
Clientes, contribuintes e utentes	11 157 640,69	11 758 112,06	-5,11%
Estado e outros entes públicos	355 394,95	436 318,29	-18,55%
Outras contas a receber	17 265 907,11	16 508 007,13	4,59%
Diferimentos	207 924,40	196 432,79	5,85%
Caixa e depósitos	2 952 428,77	3 812 586,57	-22,56%
Ativo Corrente	34 661 777,77	36 256 799,94	-4,40%
Total do Ativo	183 559 144,12	181 558 643,93	1,10%

Os ativos fixos tangíveis representam 78,5% do total do ativo registando uma subida líquida de 3,6 milhões de euros (novas adições 11,3 milhões de euros, abatidas das depreciações 6 milhões e diminuições de 1,7 milhões de euros). Este aumento deve-se sobretudo a obras efetuadas tais como a Reabilitação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho (1,4 milhões de euros), Reabilitação de 60 habitações no Bairro Municipal da Almoinha (900 mil euros), Reabilitação do Edifício da Aníbal Esmeriz (763 mil euros), Auditório da Quinta do Conde (537 mil euros), aquisição de equipamento de transporte no valor de 2,7 milhões de euros, e 500 mil euros em equipamento básico, entre outras continuando o Município de Sesimbra uma política de forte investimento público.

As dívidas de terceiros correntes representam 16,9% do ativo e tiveram uma diminuição de cerca de 750 mil euros, justificado em parte com o pagamento do valor em dívida da construção da Unidade de Saúde de Sesimbra (1 milhão de euros). Os diferimentos ascendem a 207 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer. É de salientar a diminuição do saldo de disponibilidades de 3,8 milhões de euros em 2023 para 2,9 milhões de euros em 2024.

(Valores em euros)

Componentes do Património Líquido	2024	2023	Δ 2024/2023
Património/Capital	69 480 168,72	69 480 168,72	0,00%
Reservas	66 211 585,01	66 211 585,01	0,00%
Resultados transitados	(3 157 233,81)		-
Ajustamentos em ativos financeiros	18 374,89	18 374,89	0,00%
Outras variações no património líquido	18 514 446,05	18 605 385,40	-0,49%
Resultado líquido do período	(1 990 375,88)	(3 157 233,81)	-36,96%
Total do Património Líquido	149 076 964,98	151 158 280,21	-1,38%

O Património Líquido diminui em relação a 2023 cerca de 2 milhões de euros em parte justificado com o resultado líquido do exercício negativo de 2 milhões de euros e dos *Resultados Transitados* em 3,2 milhões de euros negativos.

(Valores em euros)

Componentes do Passivo	2024	2023	Δ 2024/2023
Provisões	2 676 535,15	2 708 424,51	-1,18%
Financiamentos obtidos	2 132 947,55	3 470 809,77	-38,55%
Diferimentos	362 555,92	439 685,92	-17,54%
Outras contas a pagar	917 316,02	535 982,99	71,15%
Passivo Não Corrente	6 089 354,64	7 154 903,19	-14,89%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	63 447,66	614,00	10233,50%
Fornecedores	5 820 601,92	3 274 243,66	77,77%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	777 000,00	777 000,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	766 763,45	735 023,44	4,32%
Financiamentos obtidos	1 342 344,93	1 652 319,57	-18,76%
Fornecedores de investimentos	1 836 849,41	1 364 875,76	34,58%
Outras contas a pagar	6 806 432,75	6 753 800,58	0,78%
Diferimentos	10 979 384,38	8 687 583,52	26,38%

Passivo Corrente	28 392 824,50	23 245 460,53	22,14%
Total do Passivo	34 482 179,14	30 400 363,72	13,43%
Total do Património Líquido e Passivo	183 559 144,12	181 558 643,93	1,10%

No passivo não corrente, verificou-se uma diminuição de 1,1 milhão de euros justificado pela diminuição da dívida dos financiamentos obtidos.

Quanto ao passivo corrente este aumentou 5,1 milhões de euros fundamentado pelo registo do diferimento dos valores do Centro de Conhecimento e valorização do património cultural costeiro (EEA Grants), do passadiço, da valorização da Lagoa de Albufeira, bem como o aumento das dívidas a fornecedores conta corrente e de investimento.

3.2. Demonstração de resultados

O resultado líquido no final de 2024 ascendeu a cerca de 2 milhões de euros negativos, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza. Os rendimentos em 2024 foram de 69,7 milhões de euros para um nível de gastos de 71,7 milhões de euros, tendo-se verificado um ligeiro aumento relativamente a 2023 ao nível dos rendimentos (7,30%) e dos gastos (5,25%).

(Valores em euros)				
RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	14	+	34 480 061,26	31 969 697,11
Vendas	13	+	5 367 426,74	4 997 824,59
Prestações de serviços e concessões	13	+	10 797 314,01	9 435 803,02
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-	-1 033,87	-17 347,77
Transferências e subsídios correntes obtidos	23	+	14 418 032,19	13 987 486,20
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	-1 475 649,00	-1 697 219,96
Fornecimentos e serviços externos	23	-	-21 166 587,27	-19 108 523,94
Gastos com pessoal	23	-	-31 678 532,82	-30 196 943,60
Transferências e subsídios concedidos	23	-	-6 976 820,16	-6 826 910,63
Prestações sociais		-		
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		+/-		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	+/-	-232 471,20	-838 226,62
Provisões (aumentos/reduções)	15	+/-	31 889,36	357 193,63
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Aumentos/reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	23	+	3 777 176,67	3 466 743,68
Outros gastos e perdas	23	-	-1 942 919,83	-568 765,67
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			5 397 886,08	4 960 810,04
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	+/-	-6 992 183,97	-7 846 584,41
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-1 594 297,89	-2 885 774,37
Juros e rendimentos similares obtidos		+	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-	-396 077,99	-271 459,44
Resultado antes de impostos			-1 990 375,88	-3 157 233,81

Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-1 990 375,88	-3 157 233,81
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam			-1 990 375,88	-3 157 233,81

Evolução dos Gastos

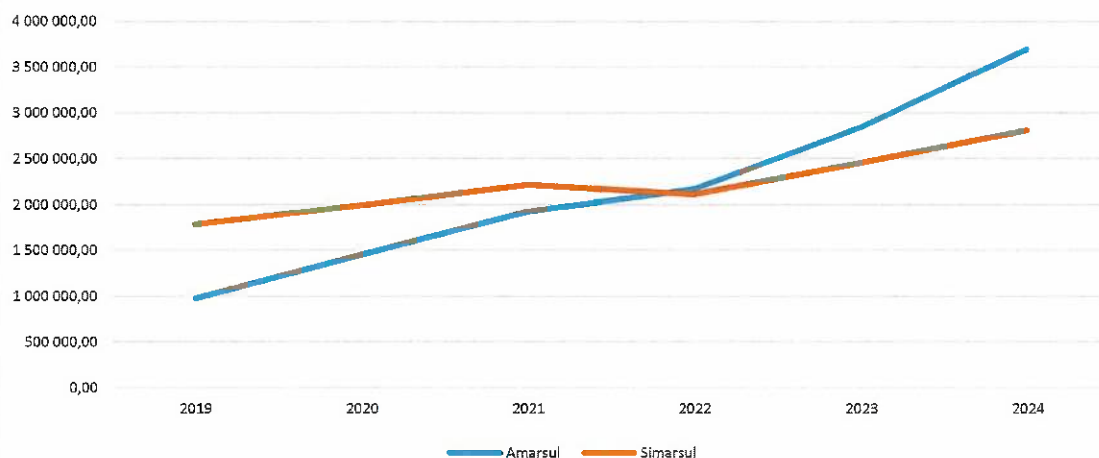
(Valores em euros)			
Gastos	2024	2023	Δ 2024/2023
Transferências e subsídios concedidos	6 976 820,16	6 826 910,63	2,20%
CMVMC	1 475 649,00	1 697 219,96	-13,05%
FSE	21 166 587,27	19 108 523,94	10,77%
Gastos com o pessoal	31 678 532,82	30 196 943,60	4,91%
Gastos de depreciação e de amortização	7 000 215,98	7 847 754,03	-10,80%
Perdas por imparidade	1 064 324,56	1 519 276,06	-29,95%
Provisões do período	7 910,64	67 459,91	-88,27%
Outros gastos e perdas	1 943 953,70	598 785,68	224,65%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	396 077,99	271 459,44	45,91%
Total	71 710 072,12	68 134 333,25	5,25%

No global os gastos em comparação a 2023 aumentaram 3,6 milhões de euros, como se verifica no quadro anterior. Essa subida deve-se ao aumento de 1,3 milhões de euros (224,65%) nos Outros Gastos e perdas; nos fornecimentos e serviços eternos (FSE) o aumento de mais 2,1 milhões de euros (10,77%) relacionado com o aumento dos preços dos serviços de saneamento básico cuja tarifa passou dos 0,6669/m³ para os 0,7204/m³, o que originou mais 354 mil euros, aumento dos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos em mais 852 mil euros cuja tarifa passou de 60,58€/Ton para 77,04€/Ton, um aumento de 27%.

No quadro e gráfico seguinte, demonstra-se o crescimento exponencial das tarifas e correspondente faturação dos serviços prestados pela Simarsul e Amarsul no Concelho de Sesimbra:

Faturação	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 2024/2019
Amarsul	975 056,82	1 452 713,00	1 921 953,90	2 169 342,30	2 842 292,20	3 693 816,08	278,83%
Simarsul	1 781 326,62	1 992 363,96	2 215 676,94	2 111 143,11	2 454 250,77	2 808 659,29	57,67%
TARIFA AMARSUL Tonelada	20,48	29,70 €	32,68 €	43,58 €	60,58 €	77,04 €	276,17%
TARIFA SIMARSUL M³	0,5648	0,5796	0,5873	0,6041	0,6669	0,7204	27,55%

Valores Faturados



Outro aumento, foi o dos gastos com pessoal em mais 1,5 milhões de euros que se deve em grande parte com atualizações salariais e a implementação da nova estrutura orgânica dos diversos serviços Municipais.

Por último refira-se que no ano de 2024 diminuíram as perdas por imparidade para clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa em quase 500 mil euros.

Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2024	2023	Δ 2024/2023
Impostos, contribuições e taxas	34 480 061,26	31 969 697,11	7,85%
Impostos	30 599 145,87	29 363 796,03	4,21%
Derrama	1 007 819,03	876 538,48	14,98%
IMI	14 080 979,23	13 892 381,35	1,36%
IUC	1 830 112,27	1 910 806,04	-4,22%
IMT	13 680 235,34	12 684 070,16	7,85%
Taxas, multas e outras penalidades	3 880 915,39	2 605 901,08	48,93%
Mercados e feiras	125 355,80	153 622,60	-18,40%
Loteamento e obras	3 127 046,79	1 981 430,03	57,82%
Ocupação da via pública	70 829,46	51 276,24	38,13%
Publicidade	11 117,16	8 954,38	24,15%
Outras taxas	143 647,73	122 317,73	17,44%
Multas e outras penalidades	402 918,45	288 300,10	39,76%
Vendas	5 367 426,74	4 997 824,59	7,40%
Prestações de serviços e concessões	10 797 314,01	9 435 803,02	14,43%
Transferências e Subsídios Obtidos	14 418 032,19	13 987 486,20	3,08%
Reversões	879 685,37	1 106 872,60	-20,53%
Outros rendimentos	3 777 176,67	3 479 415,92	8,56%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00%
Total	69 719 696,24	64 977 099,44	7,30%

No global os rendimentos tiveram uma subida expressiva em relação a 2023 na ordem dos 4,7 milhões de euros, com destaque nos *Impostos diretos* (1,2 milhões de euros), nas *Taxas, Multas e Outras Penalidades – Loteamentos e Obras* foi uma outra das rubricas onde esse aumento foi mais significativo em cerca de 1,1 milhões de euros, bem como, as *Prestações de Serviços e Concessões* com um aumento de 1,4 milhões de euros.

3.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida, encontra-se a evolução dos principais indicadores económico-financeiros.

INDICADORES	RÁCIO	2024	2023
AUTONOMIA FINANCEIRA	PATRIMÓNIO LÍQUIDO / ATIVO	81%	83%
SOLVABILIDADE	PATRIMÓNIO LÍQUIDO / PASSIVO	433%	497%
LIQUIDEZ GERAL	ATIVO CORRENTE / PASSIVO CORRENTE	122%	156%
LIQUIDEZ REDUZIDA	(ATIVO CORRENTE - INVENTÁRIO) / PASSIVO CORRENTE	121%	155%
LIQUIDEZ IMEDIATA	DISPONIBILIDADES / PASSIVO CORRENTE	10%	16%

Da análise dos rácios do quadro anterior, destaca-se a boa autonomia financeira, como um bom indicador da boa capacidade de liquidar as suas obrigações não correntes, mostrando a pouca dependência dos credores. Quanto ao rácio da solvabilidade, verificamos a capacidade do Município de Sesimbra em cumprir com as suas obrigações de médio e longo prazo, apresentando um valor acima dos 100%, um claro indicador da vitalidade da situação financeira.

Por último, a liquidez geral demonstra que as obrigações de curto prazo, estão cobertas pelos ativos correntes, apresentando este rácio um valor acima dos 100%.

Capítulo II - Gestão de Recursos Humanos

Em 2024, as despesas com pessoal totalizaram cerca de 32 milhões de euros e registaram, face a 2023, um aumento aproximado de 1,7 milhões de euros (+5,7%). Este aumento é justificado pelas atualizações salariais decorrentes do Decreto-Lei n.º 13/2024, de 10 de Janeiro, que aprovou as medidas de valorização dos trabalhadores da Administração Pública, contemplando a revisão do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) e, as alterações à posição remuneratória, com a nova tabela de remunerações que se traduziu num aumento de 52,62€ ou 3% dependendo do vencimento base, bem como a implementação da nova estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal de Sesimbra.

Unidade: euro	2023	2024				
Designação		Dotação	Pagamentos	Taxa Execução	Crescimento 2024/2023	
					Valor	%
Pessoal do Quadro	14 010 532,91	15 995 500,00	15 670 993,88	98,0%	1 660 460,97	11,9%
Contratos a Termo Certo	187 287,43	279 300,00	253 632,69	90,8%	66 345,26	35,4%
Novos Postos trabalho	598 801,85	440 410,00	395 145,39	89,7%	-203 656,46	-34,0%
Pessoal Regime Tarefa ou Avença	633 197,68	725 800,00	710 990,02	98,0%	77 792,34	12,3%
Subsídio de Refeição	1 734 384,85	1 829 540,00	1 763 991,36	96,4%	29 606,51	1,7%
Subsídio de Férias e de Natal	2 717 607,20	2 952 060,00	2 921 242,79	99,0%	203 635,59	7,5%
Outras Remunerações	1 360 770,46	1 339 350,00	1 127 937,18	84,22%	-232 833,28	-17,1%
Total de Remun. Certas e Perm.	21 242 582,38	23 561 960,00	22 843 933,31	96,95%	1 601 350,93	7,5%
Horas Extraordinárias e Outros Abonos	1 793 015,32	2 166 800,00	2 075 167,04	95,77%	282 151,72	15,7%
Subsídio Turno e Trabalho Noturno	800 098,33	877 380,00	845 109,49	96,32%	45 011,16	5,6%
Outros	219 466,67	302 010,00	221 068,71	73,20%	1 602,04	0,7%
Total de Abonos Variáveis ou Eventuais	2 812 580,32	3 346 190,00	3 141 345,24	93,88%	328 764,92	11,7%
Segurança Social	6 304 160,72	6 650 070,00	6 112 769,23	91,92%	-191 391,49	-3,0%
Total	30 359 323,42	33 558 220,00	32 098 047,78	95,65%	1 738 724,36	5,7%

Relativamente ao Departamento de Recursos Humanos, destacam-se as seguintes atividades:

1. EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

1.1. Refeitório Municipal:

Confeção e fornecimento de refeições, tendo sido atingido o total de 20744 almoços.

1.2. Segurança e Saúde no Trabalho:

a) No âmbito das consultas de medicina do trabalho, compareceram 201 trabalhadores para a realização de exames periódicos, tendo ainda sido realizados 601 exames ocasionais e 131 exames de admissão.

Prosseguiu o apoio e acompanhamento psicológico a trabalhadores da Autarquia, tendo sido atendidos 9 indivíduos, num total de 16 consultas.

b) Realizaram-se 39 visitas programadas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho aos serviços da CMS. As visitas em causa tiveram como objetivo a verificação das condições de trabalho, a sensibilização e informação dos trabalhadores sobre os riscos inerentes às atividades profissionais, bem como sobre boas práticas e cumprimento das normas de segurança.

c) Foram elaborados 90 Relatórios Individuais dos Acidentes de Trabalho ocorridos no ano 2024.

d) Foram elaborados 99 Relatórios de Acompanhamento de Ficha de Aptidão Médica.

e) Foram dinamizados 2 procedimentos para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, 1 procedimento para aquisição de Calçado de Segurança e Proteção e 3 procedimentos para aquisição de Vestuário de Segurança.

1.3 – Formação Profissional

No âmbito da qual foram contabilizadas 806 participações em 112 ações (incluindo seminários, sessões de sensibilização, palestras, cursos), dirigidas a diversas áreas funcionais dos serviços da Câmara Municipal de Sesimbra.

2. AVALIAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE GESTÃO DE EFECTIVOS

Relativamente ao programa de gestão de efectivos, esta foi feita de acordo com as disposições legais e com a observância dos princípios de adequação das carreiras às tarefas a executar pelos serviços e do enquadramento do pessoal, numa perspetiva de avaliação global.

3. COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

No âmbito da colaboração com outras entidades, prosseguiram os estágios curriculares de alunos de várias instituições de ensino e a colaboração com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação com 3 sessões de colheita de sangue.

4. ESTÁGIOS

Foram ainda proporcionados 34 estágios curriculares, a jovens estudantes e recém-licenciados, de um total de 38 que foram requeridos.

5. MEDIDAS/PROGRAMAS/CANDIDATURAS

Relativamente aos Contratos Emprego-Inserção, Contrato Emprego-Inserção + e Medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto, cujos destinatários são beneficiários do subsídio de desemprego, pessoas portadoras de deficiência e incapacidades, desempregadas ou à procura do primeiro emprego ou beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, respetivamente, transitaram 10 beneficiários e foram integrados 3 beneficiários no âmbito de candidaturas aprovadas em 2024.

6. FORMAÇÃO

6.1 Formação interna: planeamento, organização, monitorização e avaliação de 348 participações em 22 ações de formação internas.

6.2. Formação externa: planeamento, organização e monitorização de 457 participações em 90 ações de formação externas.

7. OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MAPA DE PESSOAL**Procedimentos de Cargos Dirigentes:**

- 1 Procedimento para renovação de nomeação em comissão de serviço de cargo dirigente (DAS);
- 55 Procedimentos para nomeação de Dirigentes em regime de substituição (9 Diretores de Departamento, 29 Chefes de Divisão e 17 Dirigentes Intermédios do 3º Grau);
- Cessação do regime de substituição de 1 cargo de Dirigente intermédio de 3º. Grau (UTBM).

Procedimentos concursais para constituição de vínculos de emprego público:

- 4 Procedimentos concursais iniciados em 2023 e terminados em 2024
 - 2 Assistentes Operacionais – DOM – contrato de trabalho por Tempo Indeterminado (2 Pedreiros);
 - 2 Assistentes Operacionais – DOM - contrato de trabalho por tempo indeterminado (2 calceteiros);
 - 1 Assistente Operacional – DOM – contrato de trabalho por Tempo Indeterminado (1 Carpinteiro);
 - 1 Assistente Operacional – DAU – contrato de trabalho por Tempo Indeterminado (1 Coveiro).
- 13 Procedimentos concursais iniciados em 2024, dos quais:
 - a) Foram concluídos:
 - 35 Assistentes Operacionais – DE/DGERE - contrato de trabalho por tempo indeterminado;
 - 18 Assistentes Operacionais – DHUEV - contrato de trabalho a termo resolutivo certo;
 - 4 Assistentes Operacionais – DGRU - contrato de trabalho a termo resolutivo certo;
 - 10 Assistentes Operacionais – DOM - contrato de trabalho a termo resolutivo certo;
 - 4 Assistentes Operacionais – DEL - contrato de trabalho a termo resolutivo certo;
 - 2 Assistentes Técnicos - DEL - contrato de trabalho a termo resolutivo certo;
 - 2 Assistentes Técnicos - DT - contrato de trabalho a termo resolutivo certo.

b) Não foram concluídos:

- 5 Assistentes Técnicos – Vários Serviços – contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- 12 Assistentes Operacionais – DGRU - contrato de trabalho por tempo indeterminado (cantoneiros);
- 6 Assistentes Operacionais – DGRU - contrato de trabalho por tempo indeterminado (Motorista);
- 2 Assistentes Operacionais – DGRH/DRH - contrato de trabalho por tempo indeterminado (refeitório);
- 1 Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação – DTSI -- contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- 1 Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação – DTSI - contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- 2 Assistentes Operacionais – GSMPC - contrato de trabalho por tempo indeterminado.

- Foram celebrados 73 contratos de trabalho por tempo indeterminado dos quais:

- Por recurso a reserva de recrutamento para preenchimento de 33 postos de trabalho (1 Técnico Superior e 32 Assistente Operacionais);

- Foram celebrados 40 contratos de trabalho a termo resolutivo certo, dos quais:

- 18 Assistentes Operacionais – DHUEV;
- 4 Assistentes Operacionais – DGRU;
- 10 Assistentes Operacionais – DOM;
- 4 Assistentes Operacionais – DEL;
- 2 Assistentes Técnicos – DEL;
- 2 Assistentes Técnicos DT.

- 34 Procedimentos administrativos de mobilidade intercarreiras (17), intercategorias (6), e na categoria (11):

a) Mobilidade Intercarreiras

- 5 Técnicos Superiores;
- 8 Assistentes Técnicos;
- 2 Especialistas de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- 2 Técnicos de Sistemas e Tecnologias de Informação.

b) Mobilidade Intercategorias

- 4 Coordenadores Técnicos;
- 2 Encarregados Operacionais.

c) Mobilidade na categoria

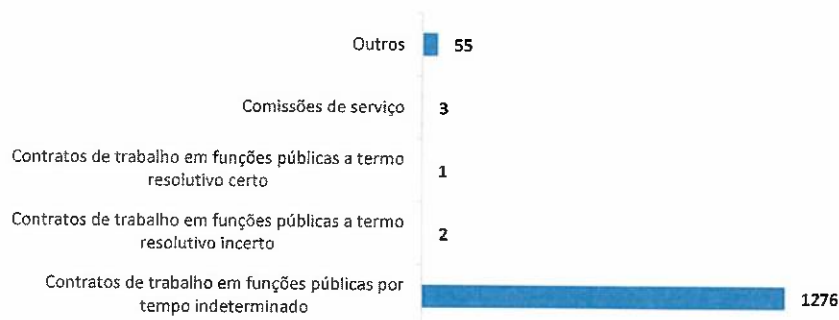
- 5 - Câmara Municipal de Sesimbra (1 Técnico Superior, 4 Assistentes Técnicos);
- 6 - Noutas Entidades (3 Técnicos Superiores, 1 Assistente Técnico, 1 Coordenador Técnico e 1 Assistente Operacional).

- 2 Procedimentos de prorrogação de mobilidade na categoria (1 Assistente Técnico na Junta de Freguesia da Quinta do Conde e 1 Técnico Superior na Câmara Municipal do Seixal);
- 46 Procedimentos de consolidação de mobilidade intercarreiras (25), intercategorias (14) e na categoria (7):
- Cessação de Mobilidade Interna:
 - 1 Intercategorias (Encarregado Operacional UTGA);
 - 1 Intercarreiras (Assistente Técnico DFM);
 - 4 na categoria (diversos serviços).

8. Sobre o pessoal existente em 31 de dezembro de 2024, são os seguintes dados e os indicadores mais significativos:

8.1. EFETIVOS (Balanço Social)

Mapa de Pessoal

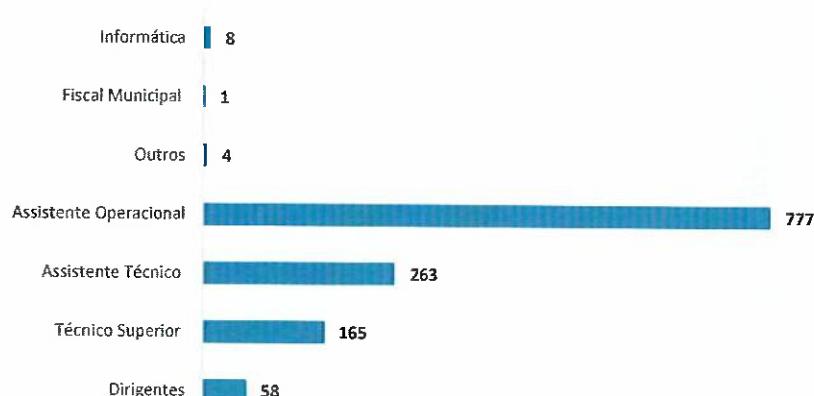


38

8.2. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Formam contabilizados 50 contratos de prestação de serviços durante o ano de 2024.

9. DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PESSOAL (Mapa SIAL)



9.1. DESOCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E MOBILIDADE



10. LICENÇAS SEM REMUNERAÇÃO



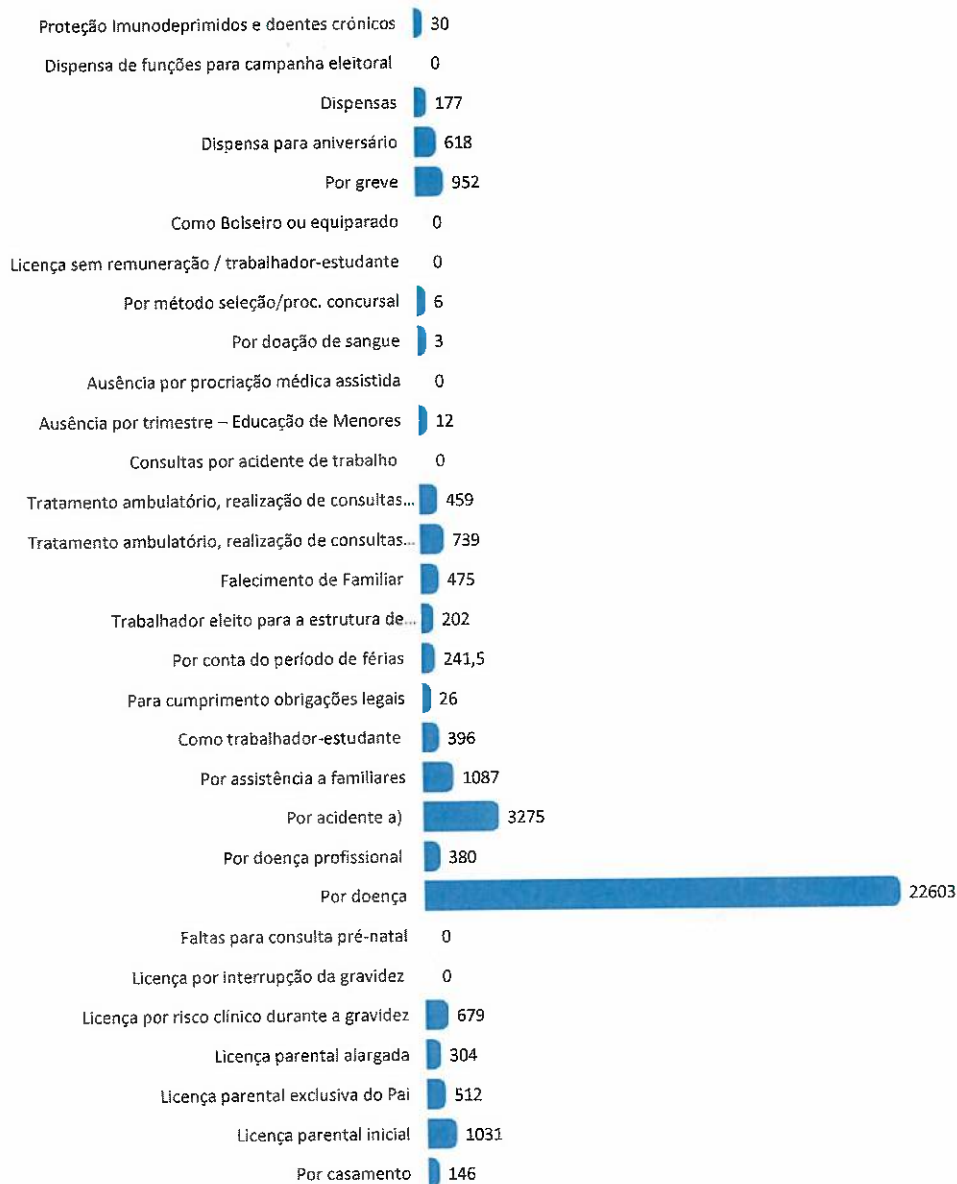
11. ACUMULAÇÕES DE FUNÇÕES

Foram apresentados 12 requerimentos para acumulações de funções durante o ano de 2024.

12. PERÍODO EXPERIMENTAL

Foram registados 56 procedimentos relativos a período experimental durante o ano de 2024.

13.1. Faltas Justificadas



a) Correspondente a 88 trabalhadores sinistrados

13.2 Faltas injustificadas

Foram registadas 927,5 faltas injustificadas durante o ano de 2024.

14. TRABALHO SUPLEMENTAR E TRABALHO NOTURNO (Nº DE HORAS) EM FUNÇÃO DO TIPO DE VÍNCULO

TRABALHO SUPLEMENTAR E TRABALHO NOTURNO (Nº DE HORAS) EM FUNÇÃO DO TIPO DE VÍNCULO	N.º
Total de Trabalho Suplementar	194 755,50
Contratados por tempo indeterminado	187 523,00
Contratados a termo certo	7 232,50
Trabalho noturno	15 972,50
Contratados por tempo indeterminado	14 263,00
Contratados a termo certo	1 709,50
Total	210 728,00

15. OUTROS DADOS E ATIVIDADES RELATIVOS AO ANO DE 2024

Entrevistas de avaliação de competências	8
Avaliações psicológicas (procedimentos concursais)	207
Requisições de reparação de equipamentos	8
Requisição de material	24
Aquisições de serviços	7
Mapas de receita	57
Guias de receita	126
Nº. de declarações de cadastro	145
Nº de atendimentos	35000
Nº de emails expedidos	2463
Nº de ofícios expedidos	596

Capítulo III - Relato Informativo de Atividades

No presente relatório destacam-se as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Município de Sesimbra em 2024, contributos determinantes para o consolidar dos objetivos definidos para o mandato, tendo em vista o desenvolvimento equilibrado e sustentável do Concelho, assim como a afirmação de Sesimbra nos contextos nacional e internacional.

EDUCAÇÃO

- Continuação da empreitada de ampliação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho em Sesimbra;
- Manutenção dos equipamentos escolares do Concelho;
- Instalação de sistemas AVAC em diversas instalações escolares;
- Promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro designadamente através das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) no âmbito da educação pré-escolar, Componente de Apoio à Família (CAF) destinada a assegurar o acompanhamento de alunos do 1º ciclo e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) também no 1º ciclo;
- Apoiar os alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico através da ação social escolar, através de um subsídio para aquisição de material escolar e apoio a visitas de estudo aos alunos posicionados nos escalões A ou B do abono de família, ou outras situações enquadráveis na lei;
- Serviço de refeições escolares, continuando o bom funcionamento das unidades escolares, e uma resposta social imprescindível na rede pública da educação pré-escolar e do 1º, 2.º E 3.º ciclos do básico, garantindo uma refeição nutricionalmente adequada;
- Continuou-se a assegurar, organizar e gerir os transportes escolares para os alunos do ensino básico e secundário (Regular e Profissional) da rede pública;
- Gestão e planeamento das necessidades ao nível da requalificação, conservação, manutenção e apetrechamento das instalações escolares e respetivos equipamentos e espaços;
- Funcionamento do Conselho Municipal de Educação;
- Cedência de viaturas municipais para apoiar os agrupamentos de escolas nas deslocações dentro e fora do concelho, no âmbito de visitas, ou atividades de carácter pedagógico/educativo;
- No âmbito da transferência da transferência de competências, gestão do pessoal não docente dos cinco agrupamentos de escolas;

- Acompanhamento e monitorização da execução dos contratos de competências celebrados com os agrupamentos de escolas, no âmbito da descentralização de competências DL n.º 21/2019, de 30 de Janeiro;
- Congresso do Grupo de Intervenção em Saúde Comunitária, com o objetivo de sensibilizar os participantes para os inúmeros problemas e/ou riscos de saúde existentes na sociedade; promover a adoção de comportamentos saudáveis e conscientes, através do domínio de competências pessoais e sociais; incentivar o debate, a partilha e reflexão de temas inerentes à saúde e adolescência; promover a aproximação entre os diferentes participantes e os serviços públicos promotores do projeto de intervenção;
- Dia Internacional da Cidade Educadora, com o objetivo de reforçar junto da comunidade local, a adesão do município à Rede de Cidades Educadoras, bem como continuar a promover os princípios da Carta das Cidades Educadoras;
- Encontro de Educação, com o objetivo de celebrar os 50 anos do 25 de Abril e assinalar o Dia Internacional de Educação, por forma a sensibilizar a sociedade civil para o cumprimento do direito à educação e associar-se à iniciativa, através do debate, da partilha de experiências, conhecimentos e novas aprendizagens; valorizar o direito à Educação e ensino de qualidade e o papel do professor, apontar sugestões para os desafios, no âmbito do processo de transferência de competências e na construção de territórios educativos; destacar a importância de uma escola mais inclusiva e participativa, o direito à Educação, à Inclusão e à Educação ao longo da vida e também dar voz aos jovens;
- Equipa Intervenção para o sucesso escolar. “Devagar se vai ao Longe” é um programa universal de promoção de competências socioemocionais, de origem portuguesa, que tem como objetivos a melhoria das competências socioemocionais e do desempenho académico, assim como a prevenção ou redução de problemas de comportamento e emocionais em crianças do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico;
- Equipa Intervenção para o sucesso escolar – Rede de Mediadores de capacitação para o sucesso escolar, com o objetivo de promover o sucesso escolar e a inclusão social de crianças e jovens. De um modo mais específico, através do programa: “Geração de Sucesso”, que desenvolve a potenciação de alunos do 1º ciclo, para que estes adquiram as competências necessárias à entrada no 2º ciclo. O programa: “Rede de Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar”, em que é realizado um acompanhamento em proximidade com alunos do 2º e 3º ciclos, que evidenciam risco de insucesso ou abandono escolar;
- Comemorações do 25 de Abril de 1974, visando integrar as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 e ao mesmo tempo valorizar e enaltecer os valores de Abril, desenvolver um conjunto de atividades em conhecer a história do 25 de Abril;
- Exposição “As portas que Abril Abriu” Integrar as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, ao mesmo tempo que se valoriza e enaltece os valores de Abril, a partir de um

excerto do poema de Ary dos Santos, que inspirou a decoração de 25 portas pelas crianças, jovens, professores e educadores dos vários estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, privada e solidária;

- Fórum Jovem “Peço a Palavra”, com o objetivo de envolver os jovens, estimular a sua participação, de modo que façam parte ativa do processo democrático e contribuir para a sua formação enquanto cidadãos conscientes e interventivos na sociedade; fomentar a educação para a cidadania e o diálogo para uma participação ativa, seja na escola ou no espaço onde vivem. Ao mesmo tempo, que esta possa ser uma iniciativa com futuro, em que anualmente, no âmbito das várias disciplinas, seja inserida no plano de atividades das escolas e marcar as comemorações do 25 de Abril e através da sua participação, dar voz aos jovens;
- Mostra de Teatro Escolar (19.ª Edição), com o objetivo de promover, apoiar e valorizar as iniciativas artísticas e culturais, divulgando o trabalho desenvolvido, na expressão teatral, pelas instituições educativas do nosso concelho; Divulgar a arte do teatro entre as crianças/alunos, enquanto se enriquece o conhecimento daqueles que apostam nesta área; Desenvolver a autoexpressão por meio da arte cénica; Promover a criação de grupos de teatro infantil;
- “Natal é Onde as Escolas Quiserem”, com o objetivo de Divulgar junto da comunidade o trabalho desenvolvido pelos estabelecimentos de educação e ensino; Decorar espaços públicos do concelho com alusões à época natalícia; Envolver os 5 agrupamentos de escolas do concelho; Aumentar a participação da rede solidária e privada;
- Orquestra Geração da Boa Água, com o objetivo de Combater o abandono e o insucesso escolar; promover o trabalho de grupo, a disciplina e a responsabilidade para uma melhor cidadania; promover a autoestima dos alunos e das suas famílias; aproximar os pais do processo educativo dos filhos; promover o acesso a formação musical que seria impossível para a maioria dos alunos que vivem em contexto de exclusão social e urbana;
- Planos Pedagógicos para a Inclusão – Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas, com o objetivo de Os Planos Pedagógicos para a Inclusão englobam um conjunto de projetos que visam combater o insucesso e o abandono escolar, a promoção do sucesso educativo, a recuperação de aprendizagens, a capacitação de docentes e não docentes, com o envolvimento dos encarregados de educação;
- Projeto SER+FELIZ - Para uma Educação Inclusiva Intervenção que visa dar resposta a uma necessidade manifestada pela comunidade educativa, tendo como principais objetivos proporcionar as condições para a prática de atividades terapêuticas, nomeadamente Hipoterapia/Equitação Terapêutica; Musicoterapia; Adaptação ao Meio Aquático (AMA) e Snoezelen, de modo a que os alunos com Necessidades Específicas de Educação (NEE), tenham a oportunidade de vivenciar novas experiências, melhorar o seu bem-estar físico, psicológico, emocional e social, complementando e otimizando o seu processo de

aprendizagem; Contribuir para adequar o processo de ensino/aprendizagem às necessidades específicas destes alunos, através da mobilização complementar de recursos e de apoios especializados em prol da inclusão e equidade na educação;

- Receção à Comunidade Educativa, com o objetivo de Homenagear professores, assistentes técnicos e assistentes operacionais que passaram à situação de aposentação no ano letivo anterior; Homenagear os alunos com melhor desempenho; Promover o encontro, a partilha de experiências e aprendizagens e o convívio entre os intervenientes no processo educativo;
- Projeto “Ser Profissional”, com o objetivo de Melhorar a relação professor aluno nos cursos profissionais; promover o desenvolvimento da autoestima nos alunos e uma dinâmica de grupo saudável; melhorar o comportamento dos alunos; ensino de técnicas de relaxamento, concentração, perceção de si, movimento, escuta, atenção plena e conexão com o próprio e o outro;
- Serviço de Orientação Vocacional, com o objetivo de Ajudar os jovens a tomar a decisão mais adequada no que diz respeito ao seu prosseguimento de estudos, despertando o autoconhecimento, através de sessões de dinâmicas de grupo com vista ao desenvolvimento/aquisição de competências socio-emocionais; esclarecimento de toda a oferta formativa adequada ao perfil do aluno e aplicação de testes psicotécnicos (aptidões e interesses);
- Sesimbra Município Educador, com o objetivo de promover os princípios da Carta das Cidades Educadoras; fomentar o debate e a reflexão sobre as atividades e iniciativas que os municípios desenvolvem, a nível nacional e internacional; promover a cooperação entre municípios na partilha de boas práticas e experiências educativas; participar e cooperar em projetos e intercâmbios de experiências com grupos e instituições com interesses comuns; fomentar uma cultura de educação contínua, envolvendo os cidadãos nos processos de aprendizagem ao longo da vida; fomentar a participação ativa dos munícipes na comunidade, fortalecendo a cidadania e a promoção da igualdade.

45

Biblioteca Municipal

- Biblioteca Municipal de Sesimbra/Gestão do Equipamento através da manutenção e reparações, aquisição de mobiliário e equipamento de audiovisuais e materiais de educação, cultura e recreio,
- Biblioteca Municipal de Sesimbra e Polo de Leitura da Quinta do Conde/Gestão da Coleção e tratamento técnico e gestão do catálogo bibliográfico;
- Diversa aquisição de bibliografia, publicações periódicas e apoio a novas edições de Livros de Sesimbra, continuando a conservação e restauro de documentos;
- Continuação da dinamização do projeto Bibliotecas de Praia, Jardim e Ecobiblioteca, Feira do Livro de Sesimbra, e diversos projetos em parceria (Falar de... e Espaço Aqui Brincamos Todos);

- 
- Atividades de promoção do livro e da leitura para os estabelecimentos de ensino do concelho e famílias (horas do conto, bebeteca, biblioterapia e ateliês de expressão plástica);
 - Dinamização de exposições documentais e bibliográficas com a apresentação e lançamento de livros, de ações de formação, de workshops e ateliês dinamizados por voluntários e de projetos de literacia digital (informática sénior, navegar em segurança e comunicação digital de proximidade).
 - Biblioteca Municipal de Sesimbra / Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) com a aquisição de bibliografia de apoio aos centros de recursos/bibliotecas escolares do pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º ciclos e secundário, e a dinamização do Concurso Concelhio de Leitura;

Ação Cultural, Juventude e Artes Performativas

- Dinamização do Projeto Zbigens no Sesimbra Natura Park;
- Fórum Local de Juventude, na Fortaleza de Santiago;
- Dia Z pela Sustentabilidade na Quinta do Conde;
- Criação de um Espaço de Coworking na Biblioteca de Sesimbra;
- Transforma-T um Serviço de Atendimento Psicológico individual, gratuito e acessível para jovens;
- Lança-te - projeto distribuídos pelas 3 freguesias do concelho, com a dinamização do Spot Jovem e zona envolvente, com o apoio logístico ao projeto Férias Jovem e Academias de Verão, Bibliotecas de Praia, Jardim e Ecobibliotecas;
- Academias (de Páscoa e de Verão) - com temáticas diversificadas, tais como, desportos aquáticos, sustentabilidade, artesanato, dança, fotografia e vídeo, skate e graffiti, multimédia e robótica e exploração do meio ambiente;
- Projeto X - com três jovens, que se enquadram no público-alvo do projeto e que solicitaram apoios diversificados: 1) ajuda para encontrar um local para apresentação de um livro escrito por uma jovem do concelho, 2) ajuda para encontrar um local para apresentação de uma curta-metragem produzida por um jovem do concelho, 3) ajuda para construir um projeto de street art com um jovem artista de graffiti do concelho;
- Bora Lá - Iniciativas Realizadas: Museu *Quake* e *Lx Escape* e *Quantum Parks*, com destino ao Quantum Adrenaline Parks em Sintra;
- *Keep Calm* & Forma-te - ação de formação sobre sexologia, no Cineteatro João Mota, com a psicóloga clínica e sexóloga Tânia Graça. A segunda ação de formação foi sobre literacia LGBTQIA+, nas Escolas Básica e Secundária Michel Giacometti e Secundária de Sampaio, com André Tecedero e Laura Falésia.
- *Loop Gate Fest* - decorreram 5 sessões e o espetáculo final, com o Rizumik, sobre o improviso, com a Rita Brütt, sobre teatro;

- **Férias Jovem** - O projeto decorreu, nas 3 freguesias do concelho, programa que constitui uma resposta fundamental para as famílias que precisam de inscrever os seus educandos em atividades durante o período de férias de verão, oferecendo uma abordagem pedagógica de carácter informal;
- **Faz Parte** - No Hot Spot Fest, que contou com o voluntariado de uma jovem, com 16 anos, para realizar o papel de apresentadora e no projeto Férias Jovem também contou com uma voluntária, com 17 anos, que integrou a equipa técnica do núcleo de Sesimbra;
- Outras iniciativas pontuais do Spot Jovem:
- **Disfarça-T**: Descrição: Workshop de construção de disfarces de Carnaval;
- **Skate Jam** : Descrição: Campeonato de Skate no âmbito do *Hot Spot Fest*;
- **Artes Marciais e Defesa Pessoal**: Descrição: Workshop de Choi Kwang Do (arte marcial biomecânica);
- **Movie Time**: Descrição: Projeção de filme;
- **Matraquilhos Summer Cup**: Descrição: Torneio de Matraquilhos;
- **Escape Room**.

Cultura

47

- **Início da Construção do Auditório Municipal da Quinta do Conde**;
- **Conclusão da obra do Centro de Cultura e Conhecimento Marítimo de Sesimbra**, no edifício da Rua Aníbal Esmeriz;
- **Restauro, montagem e readaptação do mobiliário da mercearia do Centro Cultural Costeiro**;

AÇÕES E PROJETOS REGULARES EM CURSO

- **Gestão, verificação e manutenção de instalações e equipamentos municipais da responsabilidade da DPC**;
- **Conceção, implementação e execução de atividades integradas no Serviço Educativo do Museu**, enquadradas nos SPES – Serviços e Projetos Educativos, num total de 180 ações para cinco mil participantes, entre comunidade escolar, público sénior e utentes com necessidades específicas das IPSS do concelho;
- **Dinamização do programa domingo às onze... no Museu**: Iniciativas Informais com a Comunidade e com os vários públicos que visitam o concelho;
- **Dinamização do programa quintas no Museu**: Iniciativas Informais com a Comunidade e com os vários públicos que visitam o concelho;

- Elaboração, e implementação, em parceria com a Comunidade, de iniciativas âncora, que celebram e dão visibilidade ao Património Cultural do concelho, nomeadamente: Dia Internacional dos Monumentos e Sítios; Dia Internacional dos Museus; Noite Europeia dos Museus; Jornadas de Estórias de Mar; Jornadas Europeias do Património, Aniversário do Museu Marítimo;
- Dinamização do programa “Sesimbra, Memória, Identidade: Tertúlias informais em torno da história e cultura do concelho”;
- Dinamização do programa “Conversas na Capela”;
- Implementação do programa “Conversas sem género”;
- Terminus do projeto Centro Cultural Costeiro | Sesimbra, e implementação do plano de sustentabilidade, o qual terá a duração de cinco anos;
- Conceção, e implementação, do projeto: “Museu Estaleiro-Escola Acácio Vidal Farinha”, apoiado pelo programa financeiro Mar 2030;
- Elaboração de planos de gestão e segurança para todos os imóveis históricos, e de cariz museológico, sob gestão do município;
- Atualização e reformulação integral do programa museológico do Museu de Sesimbra, incluindo estratégia de comunicação;
- Conceção, e implementação do projeto “Museu Take Over”;
- Fiscalização arqueológica a intervenções urbanas realizadas no concelho, em zonas integradas nas Zonas de Proteção de Edifícios Históricos Classificados ou consideradas de elevada relevância arqueológica;
- Reformulação dos conteúdos museológicos, museográficos e multimédia do Museu Marítimo de Sesimbra;
- Reformulação do conceito museológico da Moagem de Sampaio, tendo em vista a implementação de uma nova estratégia que promova, e valorize, as históricas atividades económicas e social da zona rural do concelho;
- Incorporação, limpeza, higienização e acondicionamento dos objetos que compõem os acervos / coleções do Museu;
- Definição de novo conceito museológico e museográfico da antiga Farmácia Lopes, com inclusão de estudos prévios nos domínios da investigação histórica, arqueológica e geofísica;
- Participação em congressos, seminários, fóruns, visitas técnicas, ações de formação e outras iniciativas de cariz científico, a nível nacional e internacional;
- Elaboração de recolhas orais com a comunidade, tendo em vista a criação de uma base de dados de PCI – Património Cultural Imaterial;
- Elaboração das atas correspondentes ao “I Fórum Ibérico sobre o Património Cultural da Água;
- Conceção, avaliação e revisão de artigos a integrar o próximo número da revista municipal “Akra Barbarion: Sesimbra, Cultura e Património”;

- Elaboração do catálogo imaterial do Museu: “Museu Marítimo de Sesimbra. Uma Peça, uma Estória de Vida”;
- Preparação, e conceção, em parceria com a Comunidade, das ações integradas nas celebrações dos Santos Populares, nomeadamente a decoração da Rua dos Pescadores, Noite de Fados, Marcha do Museu e Caldeirada Coletiva”;
- Preparação, e implementação, do programa de atividades que integram a iniciativa: “Caminhar, Pedalar e Navegar pelo Património”;
- Dinamização de residências e projetos de investigação científica, tendo como espaço de ação central o Centro Cultural Costeiro | Sesimbra;
- Apoio e acolhimento de estágios académicos, em parceria com instituições universitárias, nomeadamente a Universidade Nova de Lisboa;
- Dinamização da continuidade da tradição “Caminhada da Espiga”;
- Apoio a grandes eventos organizados pelo município, nomeadamente o Carnaval, BTL e Passagem de Ano;
- Dinamização, a nível nacional e internacional, de candidaturas a prémios e outras distinções e reconhecimentos que visem a promoção do Museu e do património cultural do concelho;
- Implementação do plano de comunicação incluído no projeto Centro Cultural Costeiro | Sesimbra – programa financeiro EEA Grants;
- Conceção e implementação de visitas dramatizadas aos vários espaços do património cultural do concelho;
- Dinamização de procedimentos aquisitivos, de bens e serviços;
- Análise e emissão de pareceres técnicos a pedidos internos e externos, que visem o património cultural, e museológico, do concelho.

APOIO A AÇÕES PONTUAIS:

- Festa *Remember La Belle Epoque*;
- Festa *Remember Sesimbra*;
- Exposições temporárias realizadas pela Comunidade e outras entidades, nomeadamente a Junta de Freguesia de Santiago;
- Caminhada pela luta contra o Cancro de Mama, na baía de Sesimbra;
- Desfile-evento de apresentação da coleção “Monstros” de Blanquet;
- Temporada de Opera da Casa da Música do Cabo Espichel;
- Temporada Aqui há Jazz;
- Animação de Natal;
- Animação de Verão;
- Filmagens nos vários espaços do Património Cultural;

- 
- Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril;

Arquivo e Documentação

AÇÕES REGULARES EM CURSO

- Exposições no âmbito do projeto: Sesimbra pela lente de...;
- Edição da revista Akra Barbarion nº 7;
- Disponibilização de documentos/fotografias para o projeto da Revista Sesimbra Acontece: Sesimbra Bilhete Postal (parceria com a DIRP);
- Protocolos com entidades externas;
- Digitalização de documentos históricos;
- Disponibilização de conteúdos *on-line* na plataforma do Arquivo;
- Ações do Serviço Educativo.

PONTUAIS:

- Adesão à Rede Portuguesa de Arquivos (em curso);
- Edição do livro do Tombo da Vila de Sesimbra – O legado;
- Exposição: Roteiro do Livro do Tombo de Sesimbra: Monumentos, edifícios e paisagens dos séculos XIII a XV;
- Tertúlia na Capela Espírito Santo dos Mareantes no âmbito da Exposição do Roteiro do Livro do Tombo - Contributos para o estudo da toponímia de Sesimbra a partir do Tombo do Concelho (Séculos XIII-XV);
- Dia Internacional dos Arquivos;
- Envolvimento nas Comemorações dos 50 Anos de 25 de Abril de 1974.

Serviço Educativo:

- Atividades Económicas Mais Antigas em Sesimbra/Imagens do Mundo do Trabalho;
- A Importância dos Documentos;
- A História dos Livros;
- Postais Com Memória;
- O Enredo Das Redes;
- Memórias Da Praia e Banhos De Mar;
- Papéis Marmoreados;
- O Que é o Tombo da Vila?;

4, m
Z
17
X
X
X
X

Além do Plano Anual de Atividades da Divisão de Arquivo e Documentação destacam-se ainda as seguintes competências e ações:

- Preservação, conservação e restauração de documentação e de material não livro;
- Elaborar e propor planos de preservação e conservação do património arquivístico municipal;
- Coordenação e gestão do arquivo corrente;
- Gestão da informação e da documentação produzida pela autarquia;
- Resposta às solicitações dos serviços internos da Câmara Municipal, receção de transferências dos serviços da Câmara;
- Avaliação e inventariação de documentação;
- Eliminação de documentação que cumpriu prazos de conservação administrativa, como prova de abate patrimonial;
- Desenvolvimento de contatos com entidades concelhias com vista a integração de novos fundos documentais, incorporação de documentação externa à autarquia;
- Digitalizações de espécies documentais, fotografias, postais ilustrados, documentos cartográficos;
- Integração de cópias de documentação histórica em posse de outras entidades, que constituem elementos essenciais para o entendimento da história local e imprescindíveis para completar o Arquivo Histórico Municipal;
- Acompanhamento dos leitores/investigadores.

51

Desporto

- Remodelação das Infraestruturas elétricas da iluminação do complexo desportivo de Alfarim;
- Requalificação dos campos de relvado sintético de futebol do Concelho;
- Requalificação
- Reabilitação dos balneários na Piscina Municipal de Sesimbra;

Regulares:

- Gestão, verificação e manutenção de instalações e equipamentos municipais da responsabilidade da DDAF ;
- Apoio técnico ao Movimento Associativo Desportivo;
- Adaptação ao Meio Aquático, Natação, Hidroginástica e Hidroterapia;
- Atividades desportivas e lúdicas no âmbito dos Serviços e Projetos Educativos;
- C.M. de Atividades Náuticas - sábados de manhã de Outubro a Julho;
- Caminhar, Pedalar e Navegar Património – Domingos de Março a Setembro;
- O Ciclismo Vai ao Parque – 1º Sábado de cada mês;

- Teambuilding/Ginástico Laboral (projeto piloto);
- Animação de Recreios;
- Sesimbr@tiva – Programa de Atividades ligadas à promoção de Atividade Física e Hábitos de Vida Saudáveis.

Pontuais (prioritários CMS e apoiados):

- Corta-Mato Escolar Concelhio;
- Encontro Distrital de Orientação (Apoio);
- Clássica da Arrábida;
- Open da Arrábida – Sesimbra;
- Jogos Desportivos Escolares do Concelho de Sesimbra;
- Marcha Oceânica (Apoio);
- Comemorações do 25 de Abril de 1974;
- AquaRace Sesimbra 2024 (Apoio);
- Torneios e Campeonatos (Nacional e Elite) de Futebol de Praia (Apoio);
- Jogos de Praia José Rocha (Apoio);
- Beach Athletics (Apoio);
- Sesimbra Night Trail (Apoio);
- Semana Europeia da Mobilidade;
- II Junta-te ao Desporto (Apoio);
- Sesimbra Night Run (Apoio);
- Beach Ténis (Apoio);
- Beach Rugby (Apoio)
- Beach Voley (Apoio);
- Regata de Aíolas;
- Caminhada da Saúde;
- Mega Aula de Hidroginástica;
- Travessia da Baía de Sesimbra;
- Corrida Louca / Corrida de Carros de Rolamentos;
- Triatlo de Sesimbra;
- Sesimbr@tiva
 - Comemorações do Dia Mundial do Combate à Obesidade
 - Comemorações do Dia Internacional da Diversão do Trabalho
 - Comemorações do Dia Mundial da Atividade Física
 - Comemorações do Dia Mundial da Prevenção e Segurança no Trabalho
 - Comemorações do Dia Nacional da Luta Contra a Obesidade

- Comemorações do Dia Mundial da Criança
- Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência
- Comemorações do Dia Internacional da Cidade Educadora

Desporto escolar:

- Celebração de protocolo de cooperação para envolvimento de alunos dos Cursos Profissionais (Desporto, Turismo e Ação Educativa) nos projetos e ações desenvolvidas pela DDAF:
 - Animação de Recreios – Capacitação (formação teórica e em contexto real) e interação intergeracional
 - Travessia da Baía de Sesimbra – Apoio ao secretariado
 - Triatlo de Sesimbra – Apoio logístico e guias de percurso
 - Corrida Louca – Animadores de estações lúdicas e desportivas
 - Corta-mato Escolar Concelhio – Apoio técnico e logístico.
- Cedência de instalações e apoio técnico ao desenvolvimento de projetos no âmbito das PAP;
- Realização de experiências náuticas para alunos e docentes (por solicitação);
- Cedência de instalações, equipamentos, apoio logístico (inclui transporte) e técnico ao Centro de Formação Desportiva do AE Michel Giacometti;
- Colaboração numa iniciativa de promoção do Desporto Adaptado no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência;
- Coorganização de ações no âmbito do Dia Internacional das Cidades Educadoras;
- Cedência da Piscina de Sesimbra para desenvolvimento da componente de natação no âmbito do Desporto Escola/Cursos Profissionais de Desporto;
- Acolhimento e capacitação de alunos no âmbito dos seus estágios curriculares;
- Coorganização do Corta-Mato Escolar Concelhio;
- Apoio logístico e técnico aos Corta-matos Escolares dos Agrupamentos de Escolas;
- Coorganização dos Jogos Desportivos Escolares do Concelho de Sesimbra;
- Cedência de instalações e apoio a atividades desenvolvidas pela Equipa do Desporto Escolar da Península de Setúbal (Encontro Distrital de Orientação; Jogos de Praia José Rocha; *Beach Athletics*);
- Ensino do uso de bicicletas no âmbito do projeto “O Ciclismo Vai ao Parque/Escolas”;
- Ensino de Jogos Tradicionais e Populares do Concelho de Sesimbra, no âmbito do Projeto “T”;
- Envolvimento da comunidade educativa nas Comemorações dos 50 Anos de 25 de Abril de 1974.

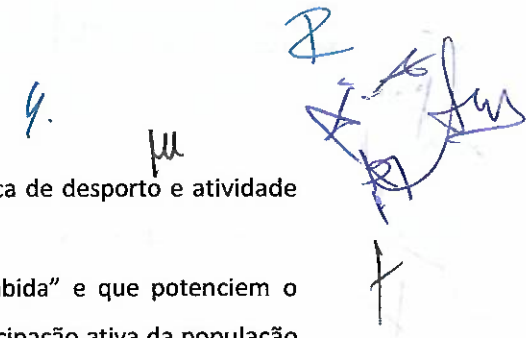
Desporto adaptado:

- Inclusão do apoio, promoção e desenvolvimento do desporto adaptado nas estratégias e prioridades para o Desporto e Atividade Física no concelho;
- Implementação de projeto de promoção e desenvolvimento do Desporto Adaptado;

- Colaboração numa iniciativa de promoção do Desporto Adaptado no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência;
- Aquisição de equipamentos e materiais de Desporto Adaptado para ficar afetas às instalações Desportivas Cobertas Municipais,
- Aquisição de elevador para a Piscina de Sesimbra a ser disponibilizada para pessoas com limitações funcionais;
- Criação de condições para a inclusão de pessoas com deficiência ou limitações funcionais nos eventos a ações desenvolvidas ou apoiadas pela DDAF;
- Apoio à aquisição de equipamento de SUP adaptado e formação de técnico;
- Inclusão de marcações de desportos adaptados nos campos das instalações desportivas municipais;
- Acolhimentos e apoio à modalidade de basquetebol em cadeira de rodas;
- Cedência das instalações desportivas municipais à Cercizimbra, ao projeto "Special Olympics" e ao projeto "Ser Feliz" dinamizado pelo Departamento de Educação.

Além do Plano Anual de Atividades da Divisão de Desporto e Atividade Física destacam-se ainda as seguintes competência e ações:

- Afetar os recursos humanos necessários ao trabalho desenvolvido e a desenvolver;
- Determinação objetiva das competências relacionadas com os Espaços de Jogo e Recreio;
- Elaborar os procedimentos necessários para contratação de serviços de manutenção, testagem e beneficiação de instalações e equipamentos desportivos, recreativos municipais;
- Aperfeiçoar os procedimentos internos de apoio ao Movimento Associativo no âmbito do Regulamento e do Programa de Apoio;
- Atualização de normas, regulamentos, planos e protocolos de parceria para gestão de instalações desportivas municipais ou sob gestão municipal;
- Manter atualizados os dados do Observatório do Desporto e da Atividade Física da AML;
- Implementação dos Planos de Prevenção – Medidas de Autoproteção nas instalações à responsabilidade da DDAF;
- Incrementar e capacitar RH para o uso de tecnologias de informação e comunicação nos serviços e na sua relação com as partes interessadas e para captar financiamentos comunitários;
- Maior envolvimento do público-alvo na implementação de estratégias e na tomada de decisão;
- Apresentação da Carta de Equipamentos Desportivos Municipais e posterior implementação de um programa contínuo de reabilitação e modernização dos equipamentos desportivos;
- Construção de proposta de Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Desporto e Atividade Física para o concelho;

- 
- Implementação de projetos estruturantes para o aumento da prática de desporto e atividade física no concelho;
 - Desenvolver projetos que projetem as marcas “Sesimbra” e “Arrábida” e que potenciem o aumento significativo de praticantes informais de desporto e a participação ativa da população sénior;
 - Lançar uma campanha de promoção de atividades físicas e desportivas, incentivando o voluntariado e o empreendedorismo, especialmente em áreas com baixos níveis de empregabilidade;
 - Desenvolver projetos e ações de promoção de hábitos de vida saudáveis, do brincar livre e de prevenção e combate ao sedentarismo e às doenças associadas ao trabalho;
 - Implementar as medidas necessárias para concretização do Plano de Desenvolvimento Desportivo da organização;
 - Concretizar o preconizado nos objetivos setoriais evidenciados na Reflexão Estratégica apresentada e aprovada pelo executivo municipal.

Ação Social

- Projeto de apoio alimentar regular através de parceiros e apoio aos parceiros sociais;
 - Desenvolvimento de atividades presenciais direcionadas para população sénior das quais se destacam o Projeto “Sempre a Mexer para não Envelhecer”, Café Memória e Passeio Borda d’água;
 - Manutenção dos apoios às instituições de solidariedade social nomeadamente no apoio financeiro e/ou alargamento das respostas sociais em termos de equipamento;
 - Continuação do apoio social aos “sem-abrigo” e “situações emergentes”, doação de bens alimentares, vestuário, entre outros, e acompanhamentos no âmbito da saúde e institucionalização em alguns casos;
 - Continuação do apoio no âmbito do RMARH;
 - Dinamização do projeto “Multiculturalidade em Comunidade”;
 - Projeto de aprendizagem do Português e Literacia Digital;
 - Elaboração do plano municipal de igualdade de género;
 - Na área do apoio à deficiência, foram dinamizadas algumas atividades que incluíram a realização do projeto “Sesimbra.Inclui” e celebração do dia internacional da pessoa com deficiência;
-
- Apoio à população carenciada através do Espaço Solidário da Quinta do Conde;
 - Continuação da atividade do Gabinete de Inserção Profissional.

Saúde

- Início da obra de construção da Unidade de Saúde da Quinta do Conde;
- Conclusão da Unidade de Saúde de Sesimbra;

- 
- 
- Aprofundamento e continuação dos apoios no âmbito do projeto "Farmácia Solidária" destinando a pessoas carenciadas;
 - Projeto "Saúde + Próxima" – PRR;
 - Dia Mundial do Coração - Rastreamentos gratuitos à população, em colaboração com várias entidades;
 - Apoio a Instituições e Associações.

Habitação e Urbanismo

- Continuação da reabilitação do Bairro Municipal de Almoinha, no âmbito da Estratégia Local da Habitação, via Programa 1.º direito / PRR;
- Elaboração do projeto do Edifício da habitação Pública a construir na Rua Conselheiro Ramada Curto;
- Início da Revisão da Estratégia Local Habitação;
- Início do processo de revisão do Regulamento de Atribuição de Fogos Municipais;
- Manutenção e conservação do Parque Habitacional do Município nas freguesias de Santiago, Castelo e Quinta do Conde.

Saneamento e Salubridade

56

- Prolongamento da rede de drenagem em baixa com ligação ao intercetor "Alfarim – Norte";
- Reforço da drenagem pluvial da Charneca da Cotovia;
- Manutenção e Conservação de Estações Elevatórias;
- Desinfestação da rede geral de esgotos;
- Aquisição de contentores para biorresíduos, no âmbito do programa de recolha de resíduos urbanos biodegradáveis;
- Finalização da candidatura "BIO RESÍDUOS";
- Manutenção dos cemitérios municipais;
- Aquisição de equipamento e viaturas;
- Continuação do programa CED e vacinação anti-rábica;

Toponímia, Trânsito, Transportes e Rede Viária

- Reparação de pavimentos e passeios nas freguesias do Concelho;
- Conservação de estradas em terra batida no Concelho;
- Repavimentação da Rua dos Agapantos, na Carrasqueira;
- Pavimentação da rua Gil Vicente e Rua Fernando Lopes Graça;
- Reabilitação da Rua dos Caetanos e Rua da Assenta;

- Reabilitação da rede viária da Freguesia do Castelo – repavimentação de arruamentos em Sampaio e no Zambujal;
- Repavimentação das Ruas da Fraternidade e da Glória e do troço sul da Avenida Norton de Matos, na Quinta do Conde;
- Conclusão do acesso pedonal da marginal poente de Sesimbra à APSS (criação do Passadiço sobrelevado).

Ambiente e Paisagismo

- Colocação de infraestruturas elétricas para a iluminação do Passadiço na Praia do Ouro;
- Instalação de Moloks e trabalhos no REMOVE;
- Manutenção dos Parques Urbanos Augusto Pólvora e Vila da Quinta do Conde;
- Criação, Valorização e Manutenção dos espaços verdes nas Freguesias do Concelho;
- Manutenção dos Protocolos de gestão de espaços verdes com associação de moradores;
- Reforço da limpeza das praias e melhorias das respetivas acessibilidades;
- Atribuição da Bandeira Azul nas praias do Ouro, Califórnia, Moinho de Baixo e Lagoa/Mar e prémios de praia acessível e “poluição zero”;
- Manutenção do Espaço de Interpretação da Lagoa Pequena;
- Apoios aos projetos “Programa Eco XXI”, “Corredor Ecológico da Quinta do Conde”

57

Proteção Civil

- Limpeza de vias e arvoredos em risco;
- Acompanhamento na prevenção, segurança e manutenção dos equipamentos e instalações municipais;
- Reforço do Protocolo de apoio aos Bombeiros garantindo os meios financeiros para a respetiva atividade;
- Vigilância no Concelho em ações de prevenção e controlo de riscos para as populações;
- Apoio a todos os serviços municipais e instituições do Concelho aquando da realização de eventos;
- Funcionamento do Conselho Municipal de Segurança.

Abastecimento de Água

- Substituição de condutas de água na Freguesia do Castelo;

- Beneficiação órgãos hidráulica de isolamento, aspiração e compressão da Central elevatória da Apostiça;
- Reformulação da rede de abastecimento de água na Rua da Palmeira – Azoia, Avenida Costa Azul – Sesimbra e Avenida das Forças Armadas e Rua da Bela Vista – Casal do Sapo;
- Construção e reabilitação de infraestruturas de água na Rua Ribeiro Sanches, Quinta do Conde;
- Colocação de calçada em valas de condutas de água na Freguesia do Castelo;
- Beneficiação da Captação RA10 da Quinta do Conde;
- Início da construção do reservatório prefabricado de 3050m³ no Cabeço do Melão;
- Realização do Programa do Controlo da Qualidade da Água;
- Higienização e beneficiação dos Reservatórios;
- Beneficiação das captações e estação de tratamento.

Atividades Económicas

- Substituição da Cobertura do Mercado Municipal da Quinta do Conde;
- Manutenção do Parque de Campismo do Forte do Cavalo;
- Dinamização da Feira Festa das Chagas, Feira Festa e Feira de Natal;
- Continuação do apoio ao programa “PROVE-Promover e Vender”;
- Comemorações dos Dias do Pescador e Nacional do Mar;
- Dinamização de vários eventos para promoção de produtos locais, como o “Zimbramel”, “Mostra da Maça Camoesa”, “Quinta na Moagem” ou as “Quinzenas Gastronómicas”;
- Continuação do desenvolvimento do projeto “Vinha de Sesimbra”;
- Lançamento do Vinho “Cezimbra”;
- Participação no festival “Queijo, Pão e Vinho”;
- Festival Gastronómico “Sesimbra é Peixe”;
- Promoção do encontro de empresárias do concelho de Sesimbra;
- Conservação das hortas solidárias de Sampaio e da Quinta do Conde;

58

Toponímia, Trânsito, Transportes e Rede Viária

- Continuação da atribuição toponímica no Concelho;
- Intensificação do programa de reabilitação da rede viária do Concelho com particular incidência nas Freguesias do Castelo e Quinta do Conde;
- Repavimentação e conservação de estradas, caminhos e arruamentos do Concelho;
- Continuação das obras de pavimentação e infraestruturas das estradas objeto de intervenção pelas obras de saneamento;

- Aquisição de viaturas e equipamentos para a melhoria das condições de trabalho dos funcionários;
- Reposição e calcetamento de passeios e bermas em Sesimbra, Santana e Quinta do Conde;
- Pintura de sinalização horizontal e passadeiras de peões;
- Aquisição de sinalética de orientação pedonal na vila de Sesimbra.

Modernização, Qualidade, Comunicação e Logística

- Melhoria das instalações dos serviços na Fonte de Sesimbra e Quinta do Conde;
- Manutenção dos edifícios municipais;
- Concretização do programa de auditorias internas;
- Ampliação e modernização do Sistema Informático;
- Implementação e desenvolvimento de diversas plataformas *online* dos serviços municipais de modo a permitir o contacto com os munícipes, empresas e público em geral;
- Renovação da Frota Automóvel;
- Aquisição de viaturas e máquinas para os serviços operacionais e urbanos;
- Aquisição de vestuário laboral e aposta na continuidade na vertente da formação e valorização profissional dos trabalhadores;
- Promoção de Eficiência Energética nos edifícios e equipamentos da Autarquia;
- Continuação da substituição das luminárias pelo sistema LED;

Capítulo IV- Contabilidade de Custos

Vem, a Câmara Municipal de Sesimbra, através do seu Departamento Financeiro, apresentar o seu relatório dedicado à contabilidade de gestão dando cumprimento às suas atribuições orgânicas.

A autarquia continua a utilizar a aplicação informática fornecida pela AIRC para o tratamento contabilístico (SNC-AP), a qual ainda não disponibiliza a informação conforme indicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, mantendo a estrutura e apresentação conforme sugerido pelo POCAL.

A contabilidade de gestão trata os custos de bens e serviços produzidos pela autarquia, apurando resultados que servirão de apoio à tomada de decisão na gestão autárquica.

Os custos apurados são divididos por função, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, conforme relatado no quadro 1. Essas funções encontram-se agrupadas em três grandes áreas de intervenção, um primeiro grupo ao nível das funções de administração geral, uma segunda área de intervenção que agrupa as funções sociais e uma terceira área que agrega as funções económicas.

Gastos por funções

Quadro 1

Código Tabela Funções	Designação	Custos diretos a Bens e Serviços	Custos indiretos a Bens e Serviços	Custo Total	Percentagem dos custos totais
1	Funções Gerais	3 045 278 €	7 777 932 €	10 823 210 €	19,47%
111	Administração geral	2 941 877 €	7 460 172 €	10 402 049 €	18,710%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	86 932 €	314 493 €	401 425 €	0,722%
122	Ordem pública	16 470 €	3 267 €	19 737 €	0,035%
2	Funções Sociais	19 960 345 €	17 882 306 €	37 842 652 €	68,07%
211	Ensino não superior	3 272 594 €	7 044 611 €	10 317 205 €	18,56%
221	Serviços individuais de saúde	0 €	255 856 €	255 856 €	0,46%
222	Saúde pública	145 003 €	213 673 €	358 675 €	0,65%
232	Ação social	767 988 €	587 135 €	1 355 123 €	2,44%
241	Habituação	53 837 €	314 481 €	368 318 €	0,66%
242	Ordenamento do território	569 274 €	2 786 722 €	3 355 996 €	6,04%
243	Saneamento	3 278 837 €	1 214 064 €	4 492 901 €	8,08%
244	Abastecimento de água	2 180 148 €	1 611 322 €	3 791 470 €	6,82%
245	Resíduos sólidos	5 173 183 €	653 211 €	5 826 394 €	10,48%
246	Proteção meio ambiente e conservação natureza	2 250 336 €	632 231 €	2 882 567 €	5,18%
251	Cultura	1 466 172 €	2 067 677 €	3 533 850 €	6,36%
252	Desporto, recreio e lazer	702 956 €	501 024 €	1 203 981 €	1,96%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	100 018 €	298 €	100 315 €	0,18%
3	Funções Económicas	3 896 072 €	3 034 683 €	6 930 755 €	12,47%
321	Indústria e energia	1 475 599 €	800 564 €	2 276 163 €	4,09%
331	Transportes rodoviários	1 038 498 €	1 306 217 €	2 344 716 €	4,22%
341	Atividades económicas	692 292 €	564 291 €	1 256 583 €	2,26%
342	Turismo	689 682 €	363 612 €	1 053 294 €	1,89%
Total de custos Diretos e Indiretos por funções		26 901 695 €	28 694 922 €	55 596 617 €	100,00%

As funções gerais consomem cerca de 19,5% do total de custos representando 10,82 milhões de euros.

Quanto às funções sociais, estas representam 68,1% do total de custos no valor de 37,84 milhões de euros. Destes, há a evidenciar o total de 16,99 milhões de euros no somatório das funções de Abastecimento de água, Saneamento de águas residuais, Resíduos sólidos e Proteção do meio ambiente e conservação da natureza (Higiene Pública), refletindo a importância que é atribuída a este conjunto de funções pela gestão autárquica a qual, reconhece a necessidade de ver assegurados todos os requisitos de qualidade que importam garantir no serviço prestado às populações. De realçar ainda o valor de 10,31 milhões de euros apurados na função Ensino não superior, relativos a 18,5% dos custos com funções sociais, derivados da implementação do processo de descentralização das áreas no domínio da Educação.

Nas funções económicas, a gestão autárquica manteve o seu enfoque no esforço de continuidade do investimento nas funções de Indústria e energia, tomando 4% dos custos totais, representando 32,8% dos custos com funções económicas, continuando o reforço de infraestruturas básicas para o concelho.

Da decomposição dos custos entre diretos e indiretos, podemos verificar que os custos diretos imputados a bens e serviços evidenciam 48% dos custos totais, atribuindo-se os restantes 52% aos custos indiretos. O município não tem imputação de custos indiretos às funções.

Evolução e média dos gastos por função nos últimos 4 anos

Quadro 2

(Valores em euros)

Designação	2021	2022	2023	2024	Média 2021/2024
Funções Gerais	9 666 025	10 980 102	10 892 349	10 823 210	10 590 422
Funções Sociais	24 146 129	28 717 555	35 284 277	37 842 652	31 497 653
Funções Económicas	5 936 711	6 410 631	7 366 843	6 930 755	6 661 235
Total de custos por funções	39 748 866	46 108 288	53 543 469	55 596 617	48 749 310

Por comparação com o ano anterior, o total de custos por funções cresceram cerca de 3,7 % tendo passado de 53,5 milhões de euros para 55,5 milhões de euros, conforme mencionado no quadro 2.

As funções gerais viram os seus custos decrescerem cerca de 1%, passando de 10,89 milhões de euros para 10,82 milhões de euros, as funções sociais cresceram cerca de 5,6%, tendo aumentado de 35,2 milhões de euros para 37,8 milhões de euros, esta variação assenta em grande parte pelo incremento do processo de descentralização da educação bem como no reforço dos serviços municipais nas áreas do saneamento, recolha de resíduos e proteção do meio ambiente e conservação da natureza (limpeza urbana), as funções económicas apresentaram uma diminuição do seu valor de custos numa percentagem de aproximadamente menos 6%, passando de 7,3 milhões de euros para 6,9 milhões de euros, no entanto manteve-se um regular funcionamento destas funções económicas.

Como síntese, apresentamos no gráfico abaixo a repartição dos custos totais por funções realizada no ano de 2024. (Figura 1)

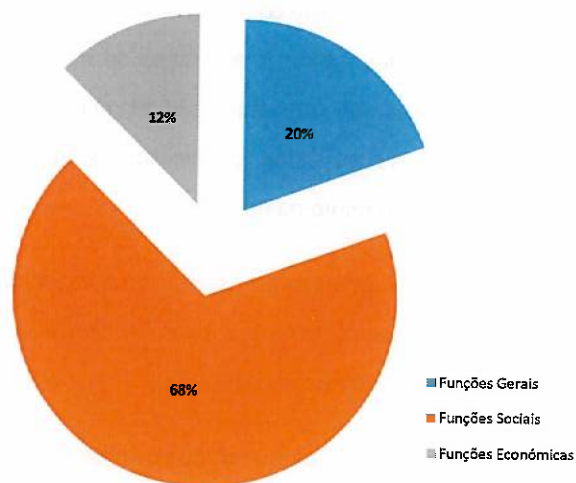


Figura 1

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam relatam as informações mais relevantes para a sua melhor compreensão.

As notas respeitam à numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

O Município de Sesimbra adotou o SNC-AP pela primeira vez no ano de 2020, tendo aplicado para o efeito as disposições do “Capítulo 2 – Aplicação pela primeira vez do SNC-AP” do Manual de Implementação, sendo 1 de janeiro de 2020 a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras. O SNC-AP integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional (PCM).

63

O período de transição do normativo anterior (POCAL) para o SNC-AP de acordo com o previsto na IPSAS 33 que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o setor Público, prevê a possibilidade do processo de transição ter uma duração de três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico, conforme FAQ 47 aprovada pela Comissão de Normalização Contabilística em 28 de Dezembro de 2021.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Designação: Câmara Municipal de Sesimbra

Número de contribuinte: 501144218

Endereço: Rua da República, n.º 3

Tutela: Direção Geral das Autarquias Locais

SESIMBRA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Regime jurídico: Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

Regime financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

Ver organograma

RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Sesimbra, a 31 de dezembro de 2024, totaliza 1276 trabalhadores discriminados da seguinte forma:

	N.º
DIRIGENTES	58
TÉCNICO SUPERIOR	165
ASSISTENTE TÉCNICO	263
ASSISTENTE OPERACIONAL	777
OUTROS	4
FISCAL MUNICIPAL	1
INFORMÁTICA	8
Total	1276

64

APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS RELEVANTES PARA A ORGANIZAÇÃO

	Data de Aprovação
Norma de controlo Interno (em revisão desde o início de 2025)	22/12/2010
Alteração 1 à Norma de controlo Interno	17/12/2014
Alteração 2 à Norma de controlo interno	09/12/2014
Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) e Orçamento 2025	20/12/2024
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas(em revisão e atualização desde o início de 2025)	23/11/2016

AÇÕES INSPETIVAS EFETUADAS, NOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Entidade	Tipo de Ação	Data
IGF - Inspeção Geral de Finanças	Controlo das obrigações e objetivos resultantes adesão ao PAEL, Processo n.º 2016/240/A3/739	01/09/2016

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contabilístico

Em 2024 as demonstrações financeiras do Município Sesimbra foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNCAP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de Setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras de 2024 são comparáveis com as demonstrações financeiras de 2023.

A NCP 2 refere que uma entidade deve proceder à regularização das correções materiais de períodos anteriores, retrospectivamente, no primeiro conjunto de demonstrações financeiras, reexpressando as quantias comparativas do período anterior apresentado.

No ano de 2024 não existiu reexpressão das demonstrações financeiras.

1.3 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

(Valores em euros)

Conta	Designação	31/12/2024	31/12/2023
111	CAIXA	6 552,02	3 189,26
	DEPÓSITOS À ORDEM		
122	DEPÓSITOS BANCÁRIOS À ORDEM	1 164 414,59	2 139 200,25
	OUTROS DEPÓSITOS		
132	DEPÓSITOS CONSIGNADOS	117 186,15	39 590,21
133	DEPÓSITOS DE GARANTIAS E CAUÇÕES	1 664 276,01	1 630 606,85
TOTAL		2 952 428,77	3 812 586,57

(Valores em euros)

Designação	31/12/2024	31/12/2023
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	1 288 152,76	2 181 979,72
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1 664 276,01	1 630 606,85
SALDO DA GERÊNCIA	2 952 428,77	3 812 586,57

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

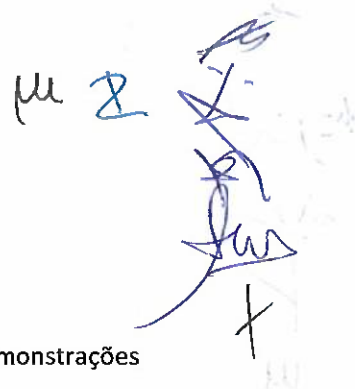
Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;

c) Razão para a reclassificação.

y.

mu 2



Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

67

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Sesimbra continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de *software*, programas de computador e a cedência de utilização da Fortaleza de Santiago.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo

valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de *software* e programas de computador tem uma vida útil estimada de 3 anos.

Com a inventariação da Fortaleza de Santiago, por celebração do Auto de Restituição, Cedência de Utilização e Aceitação, em 08 de Abril de 2010, como ativo fixo tangível, inicialmente valorizada com valor zero em POCAL, pela dificuldade em proceder à sua avaliação inicial, bem como, na transferência do Estado para a posse da autarquia não foi informado nenhum valor. O referido imóvel em SNC-AP foi desreconhecido e transferido para ativo intangível (Direito de utilização sobre património histórico). As obras de requalificação do espaço também foram capitalizadas no ativo intangível e respetivas amortizações acumuladas. De acordo com de cedência de utilização, o ativo é amortizado pelo prazo de 87 anos, com respetivo ajuste dos anos de vida e já decorridos à data de inventariação (2010), ressaltando-se a possibilidade de existir outra vida útil inferior estimada sob pena de uma nova “grande” requalificação do espaço ao longo dos 87 anos, conforme previsto no ponto 15 a 17 da NCP.

A base de mensuração usada foi através das grandes beneficiações no ativo;

O método de depreciação usado, as respetivas vidas úteis a serem utilizadas como referência, é aplicado o método de depreciação da linha reta, em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

1.

mu

b) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de Sesimbra controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

A NCP 4 do SNC-AP prescreve especificamente a contabilização de acordos de concessão de serviços na ótica do concedente para as entidades da Administração Pública, matéria que era omissa no POAL. No âmbito desta norma, a Entidade identificou 3 contratos de concessão relevantes, nomeadamente:

- Contrato de exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento, para a recolha, tratamento e rejeição de efluentes (Simarsul);
- Contrato de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (E-Redes);
- Contrato de exploração do complexo funerário e forno crematório na Quinta do Conde (Ambinecro);

Apesar das várias diligências efetuadas ao longo do ano, com exceção do contrato de exploração do complexo funerário e forno crematório na Quinta do Conde (Ambinecro) o Município não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão, tendo obtido apenas a informação agregada por categoria de ativos o que não inclui informação detalhada sobre a natureza dos mesmos, os números de cadastro ou a respetiva data de aquisição dos bens de concessão, o que inviabiliza qualquer cenário de validação da informação reportada pelo Concessionário. Perante as circunstâncias descritas, não foram reunidas as condições para se reconhecer com segurança e razoabilidade nas demonstrações financeiras os ativos de concessão proporcionados pelo concessionário.

69

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

Tal como é referido na NCP 5 Ativos fixos tangíveis, no seu ponto 4.5.2.1 Património histórico tangível no ponto 6 “No caso de não ser possível reconhecer tais ativos, a entidade deve, no mínimo, fazer a sua divulgação em notas às demonstrações financeiras”.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

70

Classe de Bens	Anos
Bens de domínio público	0 a 100
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Equipamentos biológicos	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

d) Locações

A classificação das locações operacionais são realizadas em função da substância dos contratos.
O Município de Sesimbra não tem locações financeiras.

e) Propriedades de investimento

Tal como já foi referido anteriormente, o Município de Sesimbra, não contabilizou as situações passíveis de serem consideradas como propriedade de investimento, porque de acordo com a parte final do parágrafo 9 da norma NCP 8 “Se estas partes puderem ser vendidas separadamente (ou locadas separadamente segundo uma locação financeira), devem ser contabilizadas separadamente. Se não puderem ser vendidas separadamente, a propriedade é considerada propriedade de investimento apenas se a parte detida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos for insignificante”.

f) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, deverá ser utilizado o método da equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo, que no caso do Município de Sesimbra em 2020, não existe nenhuma situação enquadrável.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
- (b) Participação em processos de decisão de políticas;
- (c) Transações materiais entre o investidor e a participada;
- (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- (e) Prestação de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

g) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o Município de Sesimbra procede à



determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender e o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada, quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao valor do custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio de saídas adotado pelo Município de Sesimbra é o Custo Médio Ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

i) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O Município de Sesimbra reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro e qualquer ativo que seja:

- (a) Dinheiro;
- (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- (c) Um direito contratual:
 - (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
 - (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) Uma obrigação contratual:
 - (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou
 - (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- (i) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- (ii) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município de Sesimbra não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o

período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l) Regime do acréscimo

O Município de Sesimbra regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

m) Rendimentos

O Município de Sesimbra aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município de Sesimbra benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas, ou outros documentos legais emitidos. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Impostos e taxas

O total da faturação relativa aos bens vendidos ou serviços prestados é reconhecido como dívida no momento da emissão da fatura ou documento equivalente.

Transferências e subsídios correntes e de capitais obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município de Sesimbra cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A dotação do Orçamento do Estado é atribuída anualmente ao Município de Sesimbra em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e a depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo na conta 2822-*Transferências e subsídios de capital obtidos com condições*, sendo posteriormente transferidos para Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

76

Ver Listagem da Divisão de Gestão de Aprovisionamento e Património - Subsídios ao investimento.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

n) Partes relacionadas

O Município de Sesimbra identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Entidades Intermunicipais

AIA-Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal

ENA-Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

Entidades Associativas Municipais

AMRS-Associação de Municípios da Região de Setúbal

ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses

Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis

AML-Área Metropolitana de Lisboa

Empresas Participadas

AMARSUL-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

MUNICÍPIA-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.,S.A.

SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S.A.

Entidades de outra natureza

FAM- Fundo de Apoio Municipal

ARTEMREDE-Teatros Associados

ADREPES-Associação de Desenvolvimento Regional da Península Setúbal

o) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 2 do artigo 9.º, do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais.

Para efeitos de IVA, o Município de Sesimbra, assume-se como sujeito passivo “Misto com afetação real” às despesas inerentes ao Parque de Campismo Forte do Cavalo e à produção e distribuição de água para consumo aos munícipes.

2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Sesimbra, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.



3. ATIVOS INTANGÍVEIS



Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Ver:

Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período

Q 3.2A - AI - desagregação das adições

Listagem da Divisão de Gestão de Aprovisionamento e Património- Ativos Fixos Intangíveis:

- ✓ **AF Intangíveis**
- ✓ **AF Intangíveis- Abatidos**
- ✓ **AF Intangíveis- sem valor - *Software***

4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

78

O Município detém quatro contratos de concessão de serviços, cujos objetos consistem na exploração:

- ✓ Contrato de exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento, para a recolha, tratamento e rejeição de efluentes (Simarsul);
- ✓ Contrato de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (E-Redes);
- ✓ Contrato de exploração do complexo funerário e forno crematório na Quinta do Conde (Ambinecro);
- ✓ Contrato de exploração e gestão de lugares e parques de estacionamento na Vila de Sesimbra (Dornier).

O contrato de Concessão celebrado entre o Município de Sesimbra e a E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A., foi assinado em 03 de Julho de 2002, pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos no nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 344-B/82, de 1 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de Outubro.

De referir que, no decurso do contrato não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos, correspondentes à renda trimestral paga pela E-REDES, S.A., nas condições definidas no contrato de concessão e que no ano 2024 ascendeu a 1.175.995,82 euros.

O contrato de exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão, dadas as suas características, e considerando o descrito na alínea b) do ponto 10 da NCP5 - Ativos Fixos Tangíveis (AFT) "o custo de um bem do ativo fixo tangível deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se, o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade". Nesta situação muito específica, não é possível a valorização fiável do ativo associado ao contrato de concessão ao abrigo da NCP 4, uma vez que não estão preenchidos os critérios para o reconhecimento e existem incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que nos impedem o reconhecimento do mesmo, o que nos leva a possíveis contingências conforme evidenciado na nota 15 - Provisões, passivos e ativos contingentes.

Ver:

Q 4-Concessões.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos fixos tangíveis registados ao custo de aquisição, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

79

Ver:

Q 5.1- AFT- Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas;

Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período;

Q 5.2A - AFT - desagregação das adições;

Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições

Q 5.6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Listagem da Divisão de Gestão de Aprovisionamento e Património- Ativos Fixos Tangíveis:

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- ✓ **AFT- Edifícios Domínio Privado**
- ✓ **AFT- Livros, Publicações e Documentos**
- ✓ **AFT- Livros, Publicações e Documentos- abatidos**
- ✓ **AFT- Bens Móveis**

- ✓ AFT- Bens Móveis- abatidos
- ✓ AFT- Outras Construções- Domínio Privado
- ✓ AFT- Outras Construções- Domínio Público
- ✓ AFT- Outras Infraestruturas- Domínio Público
- ✓ AFT- Outras Infraestruturas- Domínio Privado
- ✓ AFT- Domínio Público- Património Histórico e Cultural
- ✓ AFT- Domínio Público- Rede de Águas
- ✓ AFT- Domínio Público- Rede de Saneamento
- ✓ AFT- Domínio Público- Rede Viária
- ✓ AFT- Terrenos e Recursos Naturais- Domínio Privado
- ✓ AFT- Terrenos e Recursos Naturais- Domínio Público
- ✓ AFT- Viaturas
- ✓ AFT- Viaturas- abatidos
- ✓ AFT- Abatidos- Imóveis
- ✓ AFT- Investimentos em curso
- ✓ AFT- Investimentos em curso- abatidos
- ✓ AFT- Imóveis por Regularizar com valor e sem valor- notas justificativas
- ✓ AFT- Total abatidos

80

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS SEM VALOR

- ✓ AFT- sem valor-Edifícios
- ✓ AFT- sem valor-Outras Construções
- ✓ AFT- sem valor-Rede de Águas
- ✓ AFT- sem valor-Rede de Saneamento
- ✓ AFT- sem valor-Terrenos e Recursos Naturais
- ✓ AFT- sem valor-Móveis

6. LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2024, o Município de Sesimbra não tem locação financeira:

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2024, o Município de Sesimbra não tem registos em propriedades de investimento.

9. IMPARIDADES

Em 31 de Dezembro de 2024, o Município de Sesimbra apresentou os seguintes registos de imparidades.

Ver:

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - ANO

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2024, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Ver:

Quadro 10.1 - Inventários

Os movimentos ocorridos no período, consta dos quadros seguintes:

Ver:

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

Quadro 10.3 – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

81

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os movimentos ocorridos no período, consta dos quadros seguintes:

Ver:

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Ver quadro de rendimentos e ganhos

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Prestações de serviços e concessões apresentava a seguinte composição:

Ver:

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Ver quadro de rendimentos e ganhos

VENDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Vendas verificava a seguinte composição:

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Ver quadro de rendimentos e ganhos

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos apresentava a seguinte composição:

Ver quadro de rendimentos e ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos verificava a seguinte composição:

Ver quadro de rendimentos e ganhos

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Impostos, contribuições e taxas evidenciava a seguinte composição:

Quadro 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação

Ver quadro de rendimentos e ganhos

Quadro de Rendimentos e Ganhos

(Valores em euros)

Rendimentos e Ganhos	2024	2023
70 Impostos, contribuições e taxas	34 480 061,26	31 969 697,11
71 Vendas	5 367 426,74	4 997 824,59
72 Prestações de serviços e concessões	10 797 314,01	9 435 803,02
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	14 418 032,19	13 987 486,20
76 Reversões	879 685,37	1 106 872,60
78 Outros rendimentos	3 777 175,67	3 479 415,92
79 Juros, dividendos e out. Rendimentos similares	0,00	0,00
Totais	69 719 696,24	64 977 099,44

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais em curso, quer instaurados pelo Município de Sesimbra, quer por outras entidades, após reapreciação das ações em curso, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos mantendo-se o valor muito idêntico ao do ano anterior.

Relativamente ao contrato de concessão existente, o mesmo poderá originar quer um ativo quer um passivo contingente. A E-REDES, S.A. informa que o valor contabilístico dos ativos da concessão BT na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização) no montante de 5.881.958,00 euros, sublinhando, no entanto, que, em caso de hipotético resgate da concessão, este valor deverá ter em conta o valor líquido do património da empresa afeto à exploração da rede de baixa tensão. Com efeito, o cálculo do valor efetivo da indemnização a pagar, no caso de um eventual resgate, poderá ainda ter em consideração outros ativos, de âmbito supramunicipal, não considerados no valor acima indicado, que servem diversas concessões, de acordo com metodologias que, à data, não estão definidas legal ou regulamentarmente, e que pressupõem todo um conjunto de dados que só serão determinados com rigor à data do cálculo.

Ver:

Q15.1 - Provisões

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Nada a registar.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o valor dos Ativos financeiros era o seguinte:

Ver:

Q18. - Instrumentos financeiros - Ativos Financeiros

No quadro mencionado anteriormente, destacam-se os montantes a receber das AUGI's no valor de 8,5 milhões de euros, bem como os valores a receber dos impostos diretos no valor global de cerca de 5,8 milhões de euros, estando as quantias brutas a receber e as imparidades constituídas decompostas da seguinte forma:

(Valores em euros)		
Ativos Financeiros	31/12/2024	31/12/2023
Impostos diretos	5 758 846,85	5 910 094,96
- Impostos diretos quantia bruta	5 758 846,85	5 910 094,96
- SISA	29 260,63	270 698,82
- IUC	695 265,00	704 664,33
- IMI	3 896 572,98	3 757 330,92
- IMT	1 093 225,77	1 132 839,86
- Contribuição Autárquica	44 522,47	44 561,03
- Taxas e Loteamentos quantia bruta	8 801 380,13	9 012 721,76
- AUGIS	8 543 776,66	8 663 058,11
- Loteamentos e obras	257 603,47	349 663,65
Totais	14 560 226,98	14 922 816,72

(Valores em euros)		
Imparidades	31/12/2024	31/12/2023
Impostos diretos	4 746 905,02	4 529 642,88
- Impostos diretos imparidades	4 746 905,02	4 529 642,88
- SISA	29 260,63	270 698,82
- IUC	521 448,75	528 498,25
- IMI	3 112 329,07	2 627 485,56
- IMT	1 039 344,10	1 058 399,22
- Contribuição Autárquica	44 522,47	44 561,03
- Taxas e Loteamentos quantia bruta	89 837,20	165 060,79
- Loteamentos e obras	89 837,20	165 060,79
Totais	4 836 742,22	4 694 703,67

Handwritten signatures and initials in blue ink.

PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Ver:

Handwritten mark resembling a lightning bolt.

Q18. - Instrumentos financeiros - Passivos Financeiros

Financiamentos obtidos

(Valores em euros)

Financiamentos	31.12.2024			31.12.2023		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bonificados	724 886,93	1 621 021,52	2 345 908,45	742 516,62	2 346 236,43	3 088 753,05
- CGD	17 073,64	0,00	17 073,64	33 265,57	17 075,40	50 340,97
- BPI	0,00	0,00	0,00	6 606,02	0,00	6 606,02
- IHRU	64 163,87	977 372,18	1 041 536,05	58 995,61	1 041 862,27	1 100 857,88
- DGTF	643 649,42	643 649,34	1 287 298,76	643 649,42	1 287 298,76	1 930 948,18
Empréstimos financiamento	617 458,00	511 926,03	1 129 384,03	909 802,95	1 124 573,34	2 034 376,29
- CGD	240 000,00	0,00	240 000,00	240 000,00	240 000,00	480 000,00
- BPI	82 783,04	0,00	82 783,04	394 339,78	82 783,04	477 122,82
- CCAM	42 106,58	244 279,77	286 386,35	39 085,45	281 527,62	320 613,07
- TOTTA			0,00	0,00		0,00
- BCP	252 568,38	267 646,26	520 214,64	236 377,72	520 262,68	756 640,40
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 342 344,93	2 132 947,55	3 475 292,48	1 652 319,57	3 470 809,77	5 123 129,34

85

Horizonte de financiamentos obtidos

(Valores em euros)

ANOS	CGD	IHRU	DGTF	BPI	CCAM	BCP	Total
2025	257 073,64	64 163,87	643 649,42	82 783,04	42 106,58	252 568,38	1 342 459,78
2026		68 220,91	643 649,34		44 010,13	267 646,26	1 023 411,79
2027		71 017,98			46 093,96		117 111,94
2028		73 929,73			48 023,48		121 953,21
2029		76 960,86			50 033,74		126 994,60
2030		80 116,28			52 128,21		132 244,49
2031		83 401,06			274,42		83 675,48
2032		86 820,52			283,82		87 104,34
2033		90 380,17			293,55		90 673,72
2034		80 116,28			303,60		80 419,88
Anos seguintes		266 408,39			2 834,86		269 243,25
Totais	257 073,64	1 041 536,05	1 287 298,76	82 783,04	286 386,35	520 214,64	3 475 292,48

23. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO PERÍODO:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2024, o valor dos Investimentos financeiros contabilizados pela aplicação do método do custo era o seguinte:

	31/12/2023	Aumento	Redução	31/12/2024
(Valores em euros)				
Participações sociais				
Municipia, SA	74 850,00			74 850,00
Amarsul, SA	159 250,00			159 250,00
Simarsul, SA	529 585,00			529 585,00
Fundo de Apoio Municipal	1 042 618,50			1 042 618,50
TOTAL	1 806 303,50	0,00	0,00	1 806 303,50

Listagem da Divisão de Gestão de Aprovisionamento e Património- Participações Sociais:

✓ AF- Participações

OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
(Valores em euros)		
Outras contas a receber		
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	17 255 876,60	16 498 814,26
Impostos e taxas imputados ao período	16 669 397,78	16 056 378,36
- IMI	14 523 762,44	14 127 248,85
- IMT	1 072 968,78	1 013 544,30
- Derrama	976 522,61	808 614,90
- Outros	96 143,95	106 970,31
Contratação de serviços urbanos	488 914,92	360 679,07
Planos de amortização de dívidas	19 065,63	25 621,93
Rendas de concessão	0,00	32 418,80
Parques de estacionamento	0,00	7 594,54
Serviços desportivos	0,00	0,00
Verbas da Administração Central	77 439,00	15 512,70
Serviços culturais	161,65	0,00
Parque de Campismo	897,62	608,86

Gastos a reconhecer	207 924,40	196 432,79
Rendas	21 241,89	22 855,49
Pagamento antecipado de subsídios	65 156,36	65 156,36
Seguros	121 526,15	108 420,94
Outros devedores	0,00	0,00
Outros devedores	557 712,17	555 817,21
Outros ativos financeiros	7 633,89	7 633,89
- Devedores por empréstimos não bonificados	7 633,89	7 633,89
Totais	18 029 147,06	17 258 698,15

DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Diferimentos Ativos tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)		
Diferimentos Ativos	31/12/2024	31/12/2023
Gastos a reconhecer		
- Rendas	21 241,89	22 855,49
- Seguros	121 526,15	108 420,94
- Outros	65 156,36	65 156,36
Totais	207 924,40	196 432,79

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Diferimentos Passivos tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)		
Diferimentos passivos	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos a reconhecer	11 341 940,30	9 127 269,44
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	10 902 254,38	8 610 453,52
- Cooperação Técnica e Financeira	3 772 787,84	3 772 787,84
- Serviços e Fundos Autónomos	1 223 590,59	697 413,27
- Administração Local	1 028 106,25	1 006 476,50
- FEDER	2 758 058,60	3 093 794,52
- Fundo de Coesão	89 168,08	39 981,39
- Outras Entidades	2 030 543,02	0,00
- Outros (acordos de concessão de serviços corrente e não corrente)	439 685,92	516 815,92
Totais	11 341 940,30	9 127 269,44

FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Fornecedores tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)		
CONTA	01/01/2024	31/12/2024
Outros Credores por Transferências e Subsídios	614,00	63 447,66
Adiantamento de Clientes - Taxas	777 000,00	777 000,00
Fornecedores C/C - Exigível até 12 meses	676 979,67	2 333 269,65
Fornecedores - Faturas em receção e Conferência	2 597 263,99	3 487 332,27
Estado e outros entes públicos	730 245,90	763 760,25
Fornecedores de Investimentos C/C - exigível até 12 meses	549 597,59	1 044 033,14
Fornecedores de Investimentos - Faturas em receção e Conferência	815 278,17	792 816,27
Operações de Tesouraria	1 630 605,53	1 664 275,69
Outros Credores- Outras Entidades	27 066,76	32 167,54
Totais	7 804 652,61	10 958 102,47

Ver listagem de Endividamento-Outras dívidas a terceiros.

OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica *Outras Contas a Pagar* tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)		
Outras Contas a Pagar	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO NÃO CORRENTE		
- Cauções	917 316,02	535 982,99
PASSIVO CORRENTE		
- Credores por acréscimos de gastos	6 029 776,37	5 635 070,01
- Remunerações a Liquidar	3 906 297,90	3 730 991,84
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	14 832,80	0,00
- Outros acréscimos de gastos	2 108 645,67	1 904 078,17
- Credores por subscrições não liberadas		
- Cauções	737 596,23	1 076 237,76
- Outros credores	39 060,15	42 492,81
- Credores Diversos - Outros	39 060,15	42 492,81
Totais	7 723 748,77	7 289 783,57

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Em 2024 e 2023, a rubrica Transferências e subsídios concedidos tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2024	2023
Transferências correntes concedidas		
- Estado	0,00	0,00
- Serviços e Fundos Autónomos	10 200,19	11 776,24
- Freguesias	169 925,05	137 959,84
- Associações de Municípios	124 037,00	99 969,00
- Outros	1 282 809,57	1 001 702,00
- Instituições sem fins lucrativos	4 337 374,62	4 622 590,36
- Famílias	195 848,97	163 817,61
- Resto do Mundo	0,00	990,00
Subtotal	6 120 195,40	6 038 805,05
Transferências de capital concedidas		
- Freguesias	472 994,00	469 898,00
- Associações de Municípios	34 650,00	34 650,00
- Instituições sem fins lucrativos	319 368,59	280 940,58
- Famílias	29 612,17	2 617,00
Subtotal	856 624,76	788 105,58
Totais	6 976 820,16	6 826 910,63

89

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Transferências e subsídios obtidos tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	2024	2023
Artigo 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013	176 254,50	-
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 217 007,00	1 602 285,00
Fundo Social Municipal (FSM)	1 843 120,00	1 539 307,00
Participação no IRS	3 374 193,00	3 359 130,00
Transferências de competências-Lei n.º 50/2018	6 424 352,00	6 004 051,00
Participação do IVA	496 899,59	299 809,21
Serviços e Fundos Autónomos	162 079,95	343 781,27
Outras Entidades	174 683,10	823 633,70
Fundo Social Europeu	44 438,05	5 489,02
Totais	14 418 032,19	13 987 486,20

SESIMBRA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 2024 e 2023, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

		(Valores em euros)	
Fornecimentos e serviços externos		2024	2023
621	Subcontratos e parcerias	6 461 100,80	5 297 472,86
	- Serviços de Saneamento básico	2 806 685,62	2 454 250,77
	- Serviço Recolha e Tratamento Depósito Resíduos	3 649 481,34	2 842 292,20
	- Outros subcontratos ou parcerias	4 933,84	929,89
622	Serviços especializados	6 822 117,21	6 305 015,76
	- Trabalhos especializados	2 523 686,42	2 265 335,68
	- Publicidade comunicação e imagem	64 123,13	60 541,41
	- Vigilância e segurança	288 831,54	287 646,19
	- Honorários	1 531 029,36	1 340 866,24
	- Comissões de cobrança de impostos e taxas	741 328,98	716 282,52
	- Comissões de outras cobranças (Serviços Urbanos)	83 488,59	79 795,23
	- Conservação e reparação	921 411,88	948 178,97
	- Outros serviços especializados	668 217,31	606 369,52
623	Materiais de consumo	1 362 549,84	1 435 569,03
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	442 555,27	509 543,92
	- Livros e documentação técnica	2 370,75	3 203,59
	- Material de escritório	33 036,48	44 780,04
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	66 739,20	102 643,59
	- Material de educação cultura e recreio	4 143,21	13 598,36
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	57 212,38	101 327,48
	- Medicamentos e artigos para a saúde	29 355,43	17 352,55
	- Produtos químicos e de laboratórios	735,06	4 050,20
	- Outros fornecimentos e serviços	726 402,06	639 069,30
624	Energia e fluídos	2 086 777,25	2 292 910,07
	- Eletricidade	1 900 286,96	2 120 724,87
	- Combustíveis e lubrificantes	137 521,33	130 768,31
	- Outros	48 968,96	41 416,89
625	Deslocações, estadas e transportes	223 077,06	338 680,46
	- Deslocações e estadas	79 176,41	86 063,35
	- Transportes de pessoal	3 599,60	3 400,00
	- Transportes Escolar	89 570,85	246 762,63
	- Outros	50 730,20	2 454,48
626	Serviços diversos	4 210 965,11	3 438 875,76
	- Rendas e alugueres	896 158,38	1 046 578,46
	- Comunicação	432 448,01	477 126,05
	- Seguros	199 166,10	171 173,97
	- Contencioso e notariado	19 869,26	14 115,40
	- Despesas de representação dos serviços	116 331,16	97 642,41
	- Limpeza, higiene e conforto	31 721,21	33 570,38
	- Outros serviços	2 515 270,99	1 598 669,09
	- Fornecimentos e serviços diversos		
Totais		21 166 587,27	19 108 523,94

GASTOS COM PESSOAL

Em 2024 e 2023, a rubrica de Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)

Gastos com o Pessoal	2024	2023
Remunerações Órgãos Autárquicos	342 613,42	332 477,67
Remunerações do pessoal	24 735 987,31	22 992 575,68
- Remunerações base	16 518 459,56	15 387 028,73
- Subsídios de férias	1 620 592,60	1 503 452,27
- Subsídios de Natal	1 414 866,10	1 331 041,81
- Despesas de representação	107 865,24	47 420,98
- Subsídio de refeição	1 763 105,00	1 735 869,65
- Trabalho extraordinário	2 074 694,71	1 782 423,64
- Subsídio prevenção, trabalho noturno e de turno	847 819,64	814 374,53
- Abono para folhas	39 707,80	41 609,97
- Ajudas de custo	101 647,68	104 656,37
- Outros suplementos	247 228,98	244 697,73
Pensões		
Indemnizações		
Encargos s/ Remunerações	5 786 073,32	5 580 459,53
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	272 645,16	269 928,20
Outros gastos com o pessoal		
Outros encargos sociais	541 213,61	1 021 502,52
Totais	31 678 532,82	30 196 943,60

91

GASTOS E PERDAS

Em 2024 e 2023, as rubricas gastos e perdas tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)

GASTOS E PERDAS	2024	2023
60 Transferências e subsídios concedidos	6 976 820,16	6 826 910,63
61 Custo das mercadorias vendidas matérias consumidas	1 475 649,00	1 697 219,96
62 Fornecimentos e serviços externos	21 166 587,27	19 108 523,94
63 Gastos com o pessoal	31 678 532,82	30 196 943,60
64 Gastos de depreciação e de amortização	7 000 215,98	7 347 754,03
65 Perdas por imparidade	1 064 324,56	1 519 276,06
67 Provisões	7 910,64	67 459,91
68 Outros gastos	1 943 953,70	598 785,68
69 Gastos por juros e outros encargos	396 077,99	271 459,44
Totais	71 710 072,12	68 134 333,25

OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 2024 e 2023, a rubrica de outros gastos e perdas tinha a seguinte composição:

(Valores em euros)		
OUTROS GASTOS E PERDAS	2024	2023
Impostos e Taxas	0,00	2 661,17
Dívidas incobráveis	58 313,85	21 054,97
Perdas em Inventários	220,46	19,77
Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos	1 033,87	30 020,01
Gastos em investimentos não financeiros	680 562,95	62 457,55
Correções relativas a períodos anteriores	952 729,71	405 467,99
Donativos	0,00	4 174,01
Quotizações	12 041,39	11 728,44
Outros não especificados	239 051,47	61 201,77
Totais	1 943 953,70	598 785,68

Relato por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos. O Município apresenta diversas competências e atividades desenvolvidas, tais como abastecimento de água, saneamento, resíduos urbanos, educação, saúde, ação social, desporto, entre outros.

Dada a existência de uma elevada complexidade na elaboração da informação necessária no âmbito da NCP 25 – Relato por Segmentos, que exige a recolha e tratamento de dados para preparar tal informação, e um consequente aumento de recursos humanos, técnicos e informáticos para produzir a mesma, e tendo presente todos os factos e circunstâncias relevantes, considera-se que os benefícios que decorriam da segregação da informação financeira por segmentos não justificam o custo da respetiva preparação e divulgação nos termos da NCP 25 - Relato por Segmentos conjugada com a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As presentes demonstrações orçamentais estão de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP).

O SNC-AP introduziu o conceito de plano de contas multidimensional (PCM) para que a mesma estrutura de codificação possa promover a comparabilidade da informação financeira e orçamental entre as entidades públicas, fazendo parte dele o quadro de correspondência entre as rubricas orçamentais e as contas do PCM.

A Unileo definiu a correspondência entre os códigos da classificação económica da receita e da despesa, aprovados pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais. Da mesma forma, as fontes de financiamento foram associadas em quatro grandes grupos: Receitas gerais, Receitas próprias, União europeia e Empréstimos.

No que respeita a receita, o circuito manteve-se o mesmo, isto é, Liquidação, Anulação e Recebimento. Os Reembolsos e Restituições são uma regularização de um recebimento indevido. Passou a existir o reconhecimento de montantes a liquidar em anos futuros. Na despesa, temos as fases do Cabimento, do Compromisso, da Obrigação, do Pagamento e da Reposição abatida ao pagamento.

No que respeita às despesas com pessoal, de salientar que os descontos e retenções inerentes ao processamento das remunerações (caso da Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, entre outros) são relevados como despesa.

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelo conjunto de elementos que a seguir se apresentam, de acordo com a numeração sequencial definida no SNC-AP. Os mapas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações orçamentais.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO**1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA****2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA****4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA****6. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS****6.1 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA****6.2 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA****OUTROS**